

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - RJ
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E DE PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A JUSTIÇA DISTRIBUTIVA COMO CRITÉRIO FUNDAMENTAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DOS JOGOS PANAMERICANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA A OBTENÇÃO DE GRAU DE MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARLOS HENRIQUE DANTAS DA SILVA

Rio de Janeiro / 2005

AGRADECIMENTOS

Gostaria de fazer breves agradecimentos a todos aqueles que me ajudaram até este momento.

Em primeiro gostaria de agradecer a Providência Divina. Sem ela muita coisa não seria possível na minha vida. Dentre muitas outras coisas: a) os meus entrevistadores não esperariam meu atraso de mais de uma hora na minha entrevista de seleção; b) não teria forças para prosseguir em muitos momentos e c) no encaminhamento da direção certa, apesar dos desvios que este insiste em fazer de vez em quando.

Gostaria de agradecer a minha mãe, Dona Eliana, e ao meu pai, Seu Gregório, por todo o apoio dado durante o período de Mestrado, não há palavras que possam descrever o que sinto.

A minha namorada, Ângela, que acredito ser mais uma obra da Providência Divina na minha vida.

Ao meu orientador e professor Marco Aurélio Ruediger pela paciência com a minha displicência, aos (muitos) ajustes e correções feitos nos meus trabalhos, na sua insistência na criação de um trabalho com alguma qualidade e não simplesmente num trabalho de final de curso e por fim

Ao professor Paulo Emilio, que graças ao seu apoio e ajuda, pudemos escrever um artigo originado numa aula de Administração Brasileira.

RESUMO

Esta dissertação é um projeto de avaliação das propostas dos Jogos Panamericanos de 2007, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Grandes eventos esportivos apresentam a possibilidade de melhoria do espaço urbano e de desenvolvimento econômico, dentre outras oportunidades bem vistas por políticas e planejadores urbanos. Para tal empreitada buscamos discutir e problematizar a cidade como campo de estudo específico, entendendo-a no atual cenário mundial de globalização e de informatização, com as suas relações políticas, econômicas e sociais internas e específicas.

Buscamos na literatura material para avaliar o que seria uma “boa cidade” e estudos que compreendam o desenvolvimento do espaço urbano. Procuramos também compreender a cidade do Rio de Janeiro como um espaço urbano singular, desde a origem da cidade como um espaço urbanizado, chegando as propostas presentes de modificação do espaço carioca.

Dedicamos parte do trabalho, dentro do capítulo em que entendemos a cidade do Rio de Janeiro, a apresentação do projeto do Panamericano de 2007, comparando-o com grandes eventos esportivos anteriores. A união das visões de técnica e política durante as entrevistas foi essencial para a melhor compreensão das propostas dos Jogos.

Por fim, avaliamos as propostas de modificação do Pan2007 para a cidade do Rio de Janeiro com a metodologia de Kevin Lynch para mensurar a “boa forma da cidade” em comunhão com a proposta de justiça distributiva de Rawls.

O resultado dessa avaliação foi que as atuais propostas de modificação da cidade pelo Pan2007 poderá gerar resultados não premeditados para uma parcela considerável da população e modificar prejudicialmente as relações econômicas, sociais e políticas dentro do território da cidade. Para tal propomos medidas compensatórias satisfatórias que possam alcançar os objetivos de uma cidadania igual e de uma igualdade equitativa de oportunidades, começando pelo oferecimento dos mínimos sociais de forma justa.

ABSTRACT

This dissertation is a project of evaluation of the proposals of the Panamerican Games of 2007, that they will be carried through in the city of Rio De Janeiro.

Great events present the possibility of improvement of the urban space and economic development, amongst other chances seen by politics and urban planners well. For this work we search to argue the city as field of specific study, understanding it in the current world-wide scene of globalization and computerization, the relations politics, economic and social existing interns.

We search in material literature to study and to evaluate what it would be a “good city” and studies that had understood the development of the urban space. We also look for to understand the city of Rio de Janeiro as a singular urban space, since the origin of the city as a urban space, passing for the proposals gifts of modification of the carioca space. We dedicate part of the work, inside of the chapter where we understand the city of Rio de Janeiro, the presentation of the project of the Panamerican of 2007, comparing it with great previous events. The vision of technique and politics during the interviews was essential for the best understanding of the proposals of the Games.

Finally we evaluate the proposals of modification of the Pan2007 for the city of Rio de Janeiro with the methodology of Kevin Lynch to evaluate the "good form of the city" in communion with the proposal of distributive justice of Rawls.

The result of this evaluation was that the current proposals of modification of the city for the Pan2007 will be able to generate resulted not deliberate for a considerable parcel of the population and to modify the economic relations harmfully, social and politics inside of the territory of the city. For such we consider measured compensatory satisfactory that they can reach the objectives of an equal citizenship and an equitable equality of chances, starting for the offering of the social minimums of just form.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	06
2.	A PROBLEMÁTICA DA CIDADE	19
	2.1 A dinâmica do espaço urbano e a dinâmica da pobreza	19
	2.2 A cidade e atratividade local	40
	2.3 A função social da propriedade no espaço urbano e os valores da cidade	43
	2.4 A Boa Forma da Cidade	48
	2.4.1 O que é a forma e como se constrói essa forma	49
	2.4.2 Uma teoria sobre a forma da cidade e as dimensões de execução	50
	2.4.3 Os critérios de execução	52
	2.4.4 Justiça Distributiva na Cidade	67
3.	A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PANAMERICANO DE 2007	81
	3.1 A origem, a construção, a imagem e o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro	81
	3.2 As propostas do presente	84
	3.2.1 O Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro	86
	3.2.2 O Plano Estratégico II	87
	3.3 Os Jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro	90
	3.4 As experiências de outras cidades de grandes eventos esportivos	95
	3.5 Comparação entre experiências	99
4.	AValiação DO PROJETO DOS JOGOS PANAMERICANOS DE 2007	105
	4.1 A visão dos técnicos e do poder público sobre o PAN2007	105
	4.2 Avaliando o Pan2007 através dos critérios e meta-critérios de execução	113
5.	CONCLUSÃO: Uma proposta de Justiça Distributiva	139
6.	BIBLIOGRAFIA	145
7.	ANEXOS	
	ANEXO I – Tabelas de IDH por ordem de IDH por RA e bairros	149
	ANEXO II – Mapas e Gráficos	154
	ANEXO III - Definições dos tipos de turismo e de turistas segundo o Glossário do Turismo da EMBRATUR	162

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

O problema do eu na sociedade liberal surge do fato de que cada indivíduo deve formular e expressar, para si e para os outros, um esquema ordenado de preferências. Cada indivíduo deve apresentar-se como uma vontade singular, bem ordenada. Mas o que ocorre se tal forma de apresentação sempre exige que uma ruptura e os conflitos interiores sejam dissimulados e reprimidos e que uma unidade de apresentação falsa e psicologicamente incapacitadora seja, conseqüentemente, exigida pela ordem liberal?

Alasdir MacIntyre

Os valores de uma cidade são aspectos das culturas de sua população e de como esta vive com a dinâmica deste ambiente, são estes valores que conferem regras à conduta pública e que produzem normas ideais para o estilo de vida citadina e, por isso, é desejado por aqueles que convivem neste espaço.

Os valores de uma cidade são também as expressões de sua sociedade e época, aquilo que os alemães chamariam de *folksgeist* e *zeitgeist* respectivamente, e apesar destes termos serem oriundos do romantismo alemão do século XVIII, eles ajudam a entender que os valores são condicionados por juízos morais, culturais e econômicos que fazem da cidade a expressão daquela cultura, “tempo” e povo.

Podemos ver na cidade a expressão do belo e do feio, do bom e do mal, das formas de vida que ali vivem, sejam elas humanas, animais, vegetais e espirituais, todos estes compondo uma paisagem e um ambiente que sempre estará em transformação. Contudo, o que caracteriza o ambiente urbano é a velocidade da sua transformação e os poderes de distribuição de seus recursos e oportunidades. Os valores de uma cidade como o Rio de Janeiro não dependem de uma convenção ou plenária, de uma câmara de representantes ou mesmo do livre arbítrio de alguns, pois são, em verdade, a comunhão de esforços da população em fazer deste ambiente um lugar para se viver, de acordo com que estas acreditam e aceitam. Mas para que estes valores produzam regras à conduta pública e normas para a vida

citadina tornam-se necessária a criação de instrumentos que se coadunam na busca por tal resultado.

Kevin Lynch ao falar dos valores das primeiras cidades esclarece que o:

“ambiente físico desempenha um papel fundamental em toda essa manifestação. É a base material da idéia religiosa, o estímulo emocional que liga os camponeses ao sistema. A cidade é um ‘local grandioso’, uma libertação, um mundo novo e também uma nova opressão. (...). Como é evidente, à medida que a civilização se desenvolve, a cidade assume muitos outros papéis, para além do seu papel primário” (LYNCH, 1999, pág.15).

Nesse sentido o Rio de Janeiro sofreu as primeiras modificações substanciais no espaço urbano com a facilitação do acesso a capital por meio de ferrovias por volta da metade do século XIX, o que ocasionou um aumento considerável da população em poucas décadas, devido a facilidade ao acesso a este espaço e aos interesses de estar próximo aos centros de poderes políticos e econômicos, ou seja, pelo desejo do Imperador e pelas necessidades que emergiam no mundo, o Rio de Janeiro passou a exercer maiores domínios físicos, simbólicos e políticos. Estes novos valores emergentes deveriam ficar expostos a todos e serem percebidos de maneira que evidenciassem a origem e o destino final do poder.

Assim, podemos observar outra mudança substantiva no espaço urbano da cidade nos primeiros anos da República, época em que se inicia o processo de mudança do sistema econômico e social, onde moedas tiveram que ser cunhadas emergencialmente, pois a maioria dos pagamentos eram feitos em espécie e o dinheiro circulante era mínimo pela falta de necessidade da utilização deste para as transações de trocas.

Esta intensa e repentina circulação de dinheiro começou a provocar, junto com o aumento populacional, todas as imposições de uma sociedade monetária, urbana e moderna. Começou neste momento a se modificar com mais intensidade o valor das coisas e das pessoas, modificaram-se na mesma medida, as relações pessoais e de poder dentro do espaço urbano. Antes com a presença ubíqua de um imperador que comandava e regulava as mediações de poder deixando pouco espaço para grandes realizações fora de sua órbita, e que, com o advento da República e logo após Deodoro e Floriano Peixoto, tivemos surtos industriais, deslocamentos migratórios para os grandes centros urbanos, imigrações européia e japonesa, em resumo, nossas grandes cidades começaram a criar forma de centros urbanos modernos, em todas as suas características e mazelas.

Nos primeiros anos como república os governos tinham a intenção de recriar a cidade do Rio de Janeiro, dando-lhe aspectos e características urbanas européias, com a intenção de refutar o modelo imperial de cidade, mas ao mesmo tempo em comunhão com os ideais positivistas, criar uma capa de urbanicidade que fosse palco para as novas relações econômicas, sociais e políticas. Um século depois podemos observar e vivenciar uma nova transformação urbana, tornando a cidade uma nova arena de múltiplas relações econômicas, sociais e políticas, trazidas pela pós-modernidade.

Atualmente se faz necessário criar novos mecanismos para que as condições de vida e a qualidade do ambiente citadino sejam mantidas ou melhoradas. Esta dissertação tem a preocupação de demonstrar um destes aspectos de mensuração das possibilidades de vida das cidades, a justiça distributiva.

A justiça distributiva é o mecanismo pelo quais as vantagens e os benefícios produzidos pela sociedade são repartidos pelos seus membros. A justiça distributiva diz respeito à divisão dos benefícios, dos recursos e dos custos comuns pelos indivíduos e pela coletividade. Uma distribuição justa dos recursos não diz respeito apenas políticas públicas que visem eliminar a pobreza ou de melhorar as condições de segurança e lazer. Da mesma forma, o acesso a todos os recursos de infra-estrutura básica urbana não necessariamente leva a uma melhor qualidade de vida, considerando que fatores culturais são importantes para se entender o que chamar de uma vida boa ou digna. Entender que tipo de vida a população local quer ter é uma das chaves para a formulação de uma distribuição justa dos recursos.

Wanderley Guilherme dos Santos em “Razões da Desordem” (1994) faz uma diferenciação entre políticas distributivas e redistributivas. No primeiro caso podemos encaixar todas aquelas políticas que necessariamente não bloqueiam outras do mesmo gênero, como por exemplo, o calçamento ou iluminação das ruas. No segundo caso podemos colocar aquelas políticas que necessariamente obstruem o acesso a políticas do mesmo gênero aos diversos interessados, como por exemplo, a distribuição de bolsas para o fomento à pesquisa científica, se um determinado grupo de pessoas ganha este tipo de benefício, necessariamente os outros pretendentes ficarão sem, já que os recursos disponíveis para este tipo auxílio são escassos e limitados a um número específico. Entendendo a natureza da diferença dos recursos e posteriormente criando mecanismos para a sua destinação conseguiremos criar metodologias mais precisas para os recursos públicos que podem melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A justiça distributiva não se baseia apenas em mecanismos sociais de controle e gerenciamento dos benefícios e vantagens produzidas pela sociedade, o acesso à imprensa, à informação e a representação política eficazes, por exemplo, são caminhos estratégicos para se alcançar à qualidade de vida esperada. Toda política que vise uma justiça distributiva tem de levar em conta a intergeracionalidade e a diversidade da população a que se destina, e, de preferência, interrelacionando-a com o restante da sociedade. O primeiro objetivo da intergeracionalidade na justiça distributiva, pelo menos em nossa sociedade, é quebrar as bases das relações sociais oligárquicas ainda presentes na sociedade brasileira exemplificadas em duas tradições: o “medalhão machadiano”ⁱ e a herança da misériaⁱⁱ. O segundo objetivo é favorecer e aproveitar o que de melhor uma sociedade ibero-americana traz no bojo de sua cultura e povo com o objetivo de levar esta sociedade a um patamar desenvolvido e de igualdade com outras nações, sem esquecer as suas características que a fazem única e peculiar e contribuindo à humanidade bem mais do que o “homem cordial” de Sergio Buarque de Holanda (HOLANDA, 2003).

O primeiro elemento da justiça distributiva é o de analisar as perspectivas a partir da totalidade do território e não apenas de algumas áreas específicas da urbe, ou seja, compreender que uma teoria de justiça distributiva pensada a partir de uma localidade pode provocar uma discriminação perversa ou ajudar a manter um sistema excludente de uma grande parcela da população.

A territorialização de mecanismos de justiça distributiva pode provocar consequências não-esperadas pelos planejadores destas políticas. Um exemplo de como consequências não-esperadas podem ocorrer quando políticas de melhoria de qualidade de vida são aplicadas a um território, ignorando a população que ali reside, é o fenômeno de alteração do status social da região por migração. Esse fenômeno acontece quando uma área antes degradada, principalmente as próximas a regiões centrais, recebe melhorias na sua infra-estrutura (água, luz, gás, telefone) e em serviços públicos difusos, como segurança, iluminação pública e limpeza. Com esse aumento das condições de qualidade de vida, pessoas com possibilidade de pagar mais por esses recursos se sentirão atraídas por essa região, elevando o preço dos aluguéis e dos imóveis, favorecendo o surgimento de novos negócios, aumentando a sua quantidade e variedade, mas provocando sobremaneira o aumento do custo de vida da localidade. Nessa situação de aumento de custo de vida e com os aluguéis inacessíveis aos antigos moradores, estes serão obrigados a ir para outras regiões com um custo de vida menor.

Já os proprietários de imóveis se sentirão em condições de fazerem bons negócios pelas suas casas ou apartamentos.

O segundo elemento analítico é humanizar os objetivos da justiça distributiva considerando a pluralidade social, como diferenças culturais e sociais e favorecer as interações pessoais. Humanizar os objetivos compreende favorecer as interações de qualquer natureza entre os membros de uma sociedade, levando a um maior padrão de sociabilidade, como por exemplo, a vigília dos adultos para com as crianças brincando na rua de Jane Jacobs ou o contrato social rawlsiano que conduziria a um acordo inicial sobre os princípios da justiça.

Devido a essas experiências e situações comumente encontradas em cidades, precisamos de uma teoria de justiça distributiva capaz de atender a vários requisitos ao mesmo tempo, considerando a variedade e a pluralidade presente nas sociedades, que procure o bem e o justo, que favoreça a democracia e as virtudes das instituições sociais e os direitos individuais, coletivos e difusos das pessoas. Grande parte desta iremos encontrar na obra de Rawls (RAWLS, 2000, 2001) sobretudo na sua teoria de justiça e na literatura dos seus comentadores e críticos.

Rawls não se propôs a criar uma teoria da moral ou dos costumes, mas sim a criar a teoria sobre as condições para uma sociedade bem ordenada. O resultado deste trabalho não são propostas ou proposições, mas sim a construção de um pacto social completamente novo baseado na idéia de que pessoas racionais, bem intencionadas e iguais buscam o consenso original.

Na construção de sua obra, Rawls considera três razões para se preocupar “com a desigualdade na sociedade nacional” e criar uma sociedade mais justa e estável:

- *“Aliviar o sofrimento e a dificuldade dos pobres”.*
- *“A Segunda razão para diminuir a distância entre ricos e pobres numa sociedade nacional é que essa distância muitas vezes leva alguns cidadãos a serem estigmatizados e tratados como inferiores, e isso é injusto”.*
- *“(…) ao importante papel da equidade no processo político da estrutura básica(…)” (RAWLS, 2001)*

Assim, utilizaremos a obra de Rawls como bibliografia básica desta dissertação pois este trabalha com a idéia de que todo o sistema social deve ser construído de maneira que a distribuição seja justa e igualitária, independente de fatores ou forças que o levem em direção contrária. Essa proposta é alcançada com as instituições básicas organizadas de maneira apropriada, onde as instituições políticas e jurídicas sejam adequadas para que o processo distributivo seja justo e equânime. Com isso retomo a proposta anterior de quebrar as tradições sociais oligárquicas e de eliminar a “miopia” sobre as possibilidades existentes, favorecendo sobremaneira nesta a intergeracionalidade da justiça e a justiça distributiva como um todo.

Mesmo com uma teoria capaz de resolver questões de ordem social e econômica, precisamos operacionalizar nossos intentos. Para tal utilizaremos como a segunda bibliografia básica o trabalho de Kevin Lynch (1999) sobre a “boa forma da cidade”. Utilizaremos principalmente sua metodologia de critérios e meta-critérios de mensuração e execução da cidade.

Os critérios e meta-critérios irão mensurar as dimensões de execução de uma cidade, sendo parte tanto da premissa como do resultado da construção de um ambiente salutar e estimulante para as pessoas.

Os critérios são: vitalidade, sentido, adequação, acesso e controle, e os meta-critérios são a eficiência e a justiça, logo abaixo resumidos:

- *Vitalidade: o grau em que a forma da cidade suporta as funções vitais, os requisitos biológicos e as capacidades dos seres humanos.*
- *Sentido: compreensão das diferenças e valores de uma população, indicando de que forma a cidade deverá evoluir com o tempo.*
- *Adequação: adequação dos cenários comportamentais, nomeadamente e sua adaptabilidade às ações futuras.*
- *Acesso: capacidade de poder alcançar os recursos e pessoas dentro da cidade.*
- *Controle: o grau de controle das pessoas sobre o espaço.*
- *Eficiência: meta-critério para bem utilizar os recursos públicos.*

- *Justiça: meta-critério utilizado para distribuir estes recursos.*

O critério da vitalidade visa à salubridade do ambiente, tornando-o seguro, limpo e que suporte as condições de vida daqueles que ali vivem. A adequação se refere aos cenários comportamentais e a sua adaptabilidade às ações futuras, não fazendo do ambiente da cidade um lugar inerte ou sem condições de se adaptar às necessidades não premeditadas do futuro. O acesso é a capacidade de poder alcançar os recursos e pessoas dentro da cidade favorecendo as interações pessoais. O meta-critério da eficiência é a compreensão e a prática da boa utilização dos recursos públicos e por fim o meta-critério da justiça são os mecanismos e políticas utilizadas para distribuir os recursos e benefícios produzidos socialmente.

A teoria de Lynch se torna oportuna para este trabalho no momento em que esclarece que o julgamento do que seja qualidade está nas pessoas e não somente em critérios, indicadores ou índices, onde o cotidiano, as atitudes e os pensamentos das pessoas são os maiores parâmetros de avaliação da qualidade de vida, tendo três expoentes claros destes “avaliadores”, a cultura, as instituições sociais e as relações permanentes das pessoas com o local.

Adotando como objeto de estudo a teoria normativa que trata das “ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma dos aglomerados populacionais, ou de como se reconhece uma boa cidade quando se encontra uma” (LYNCH, 1999, pág. 43), este autor propõe que uma teoria evoluída das cidades deverá ser ao mesmo tempo normativa e explicativa, ou seja, além da capacidade de entender o que se passa dentro de um aglomerado populacional citadino, uma teoria das cidades deve ser capaz de propor soluções para os problemas que são apresentados.

Apesar de tudo Lynch corre o risco da generalização exacerbada ao definir os objetos de seu estudo e ao assegurar que seus critérios e meta-critérios possam ser utilizados em qualquer aglomerado populacional, imaginando que esta teoria normativa de cidade seja capaz de abarcar qualquer situação, povo, cultura ou tempo de evolução das cidades.

Sua definição de aglomerado populacional inclui qualquer disposição espacial humana, como podemos perceber abaixo:

“Vou adotar uma perspectiva de que a forma do aglomerado populacional é a disposição espacial das pessoas a desenvolverem atividades, os fluxos espaciais resultantes de pessoas, produtos e informações, e as

características físicas que modificam o espaço de um modo significativo para essas ações, incluindo recintos, superfícies, canais, ambiências e objetos. Além disso, a descrição inclui mudanças cíclicas e seculares nessas distribuições espaciais, o controle do espaço e a percepção dele. Estes dois últimos elementos, como é evidente, são incursões nos domínios das instituições sociais e da vida mental”. (idem, pág. 53)

A tentativa deste autor é a de construir uma teoria completa, ampla e generalizável e pretendendo numa única premissa tratar das formas e dos processos e que ainda possua capacidade compreensiva, avaliativa, preditiva e receituária. Tudo isso tendo como base o entendimento do comportamento humano intencional, das imagens e dos sentimentos que estes trazem dentro de si.

A proposta desta dissertação é mais modesta. Deseja apenas extrair desta metodologia sua capacidade avaliativa, sendo reduzida ao universo de uma proposta de política pública municipal de uma grande cidade que será sede do segundo maior evento do planeta depois das Olimpíadas.

A idéia de fazer a avaliação de um projeto como o Pan2007 partiu do referencial de outras experiências de eventos similares ao redor do mundo, como Olimpíadas e Panamericanos anteriores. Todas as cidades que foram sedes destes eventos esportivos sofreram transformações na sua estrutura para se adaptarem às regras e exigências estabelecidas pelas organizações responsáveis por eles. Acumularam-se neste tempo sucessos e fracassos provenientes das estratégias de melhoria da qualidade de vida das cidades-sede, por isso fará parte desta dissertação a comparação entre experiências anteriores, sem é claro, na tentativa de generalizar demais as expectativas, os sucessos e fracassos de cada evento. O Rio de Janeiro possui as suas próprias características como cidade e por isso receberá uma metodologia avaliativa capaz de responder a essas situações que se apresentam.

O objetivo de se tratar um projeto desta natureza como uma estratégia foi considerar que os recursos investidos irão procurar fazer mudanças rápidas nos relacionamentos competitivos (HENDERSON, 1998), sociais, econômicos e de qualidade de vida urbana. Considerando que investir esse montante de recursos, num período tão breve de tempo e numa circunstância efêmera como os jogos Panamericanos sem com isso trazer para a cidade vantagens competitivas para com relação a outras cidades do Brasil e do mundo e melhorar a

qualidade de vida da população é ilógico, principalmente depois de experiências consideradas exitosas como os Jogos Olímpicos de Seul e Barcelona, por exemplo.

Uma estratégia deverá ter ações planejadas, com cronograma, recursos, materiais e pessoal já preparados para colocar em ação os objetivos definidos, caso contrário torna-se apenas uma declaração de propósitos ou de intenções ao acaso, o que faz aumentar o descrédito e a desconfiança do poder público perante a população e esvazia qualquer tipo de empreendimento particular articulado com estas estratégias.

Investimentos mal planejados numa cidade com concentração de renda e recursos em determinadas localidades, como é o caso do Rio de Janeiro, podem agravar ainda mais a situação de parcelas da população com menor acesso a estes recursos. Por isso uma avaliação do projeto do Pan 2007 se faz necessária, propondo desta forma uma melhor distribuição e utilização dos recursos produzidos pela sociedade.

Buscaremos nesta dissertação priorizar o tratamento qualitativo dos dados pesquisados, sem, é claro, diminuir a importância da avaliação quantitativa, que também será aqui utilizada, mas em menor escala. Tal iniciativa possui algumas justificativas. A primeira diz respeito à própria construção da metodologia de trabalho. Como faremos uma “projeção” de possíveis cenários futuros a partir das propostas para o Panamericano de 2007; assumimos o risco de contar com a realização de todas as propostas feitas, mas sem nos esquecer que nem todas podem ser concluídas, assim sendo, decidimos realizar um trabalho que priorizasse a construção de resultados amplos e que pudessem ser verificáveis mesmo sem a presença de alguns itens propostos, ou mesmo no atraso de algumas obras ou metas. A segunda justificativa para a priorização da análise qualitativa é que os resultados desta darão suporte para as propostas apresentadas no Capítulo 5 (Conclusão). Caso procedêssemos com uma análise quantitativa, teríamos que circunscrever os resultados a algumas possibilidades, sendo que nenhuma delas pudesse de fato ocorrer. Mas com a análise qualitativa, podemos observar uma gama maior de possibilidades, e mesmo assim, poderemos compreender melhor os resultados das propostas feitas, mesmo que estas não tenham sido realizadas na sua totalidade.

Parte da crítica ao projeto do Pan2007 será a releitura deste sob a ótica de trabalhos que abordaram programas de reforma do espaço da cidade, como, por exemplo, o trabalho de Dennis R Judd sobre a criação de “bolhas de turismo”, que trata das cidades que vêm transformada as suas formas e espaços em prol de uma competição por turistas e eventos em geral e que não necessariamente visa atender a necessidade da população, ou ainda na

discussão de Paul Kantor e H. V. Savitch de como pode a cidade formular seu próprio futuro e não simplesmente ficar à mercê dos grandes investidores; no funcionamento da dinâmica da pobreza em Bates.

Especificamente sobre o Rio de Janeiro, alguns autores nos ajudarão a entender a dinâmica da cidade e como esta se relaciona com a sua população. O Rio de Janeiro é uma cidade que rejeita a modernidade e que acentua a si mesmo como espaço impar diante das outras cidades do mundo (MAGALHÃES, 2002), esses e outros fatores nos ajudará a entender a cidade que temos hoje para melhor planejar a cidade que queremos, principalmente na pós-modernidade onde o ambiente dos espaços de fluxos redimensiona a forma como encaramos o espaço, o tempo e a própria vida, sendo este novo espaço uma nova lógica espacial, que reorganizará o tempo na sociedade em rede (CASTELLS, 2000).

Com a intenção de entender essas mudanças e avaliar as políticas públicas que vêm ao encontro desta nova realidade, esta dissertação têm a preocupação de pesquisar que tipo de legado o Panamericano de 2007 irá deixar para a cidade do Rio de Janeiro, sendo o problema expresso pela questão: **o Panamericano de 2007 irá deixar um legado de “justiça distributiva” para a cidade do Rio de Janeiro?**

Para buscar responder a essa questão partiremos da investigação da metodologia apresentada por Kevin Lynch em A Boa Forma da Cidade (1999) para averiguar que tipo de aglomerado populacional poderia ser uma boa cidade. A teoria sobre justiça distributiva baseada na obra de John Rawls será parte integrante desta metodologia de avaliação, substituindo o critério de justiça apresentado por Lynch.

Analisaremos os projetos referentes ao Pan2007 e entrevistaremos pessoas-chave envolvidas com os jogos; caberá ainda investigar os impactos, a sustentabilidade do legado e os trabalhos e projetos realizados nas cidades onde já ocorreram jogos Pan-americanos, Olimpíadas e grandes eventos esportivos; investigaremos também trabalhos sobre a cidade, principalmente na pós-modernidade. Contextualizaremos essa situação com a obra de Castells que analisa a construção das redes dos espaços de fluxos nas atuais sociedades e a relação entre o ser e a rede.

O capítulo 1 da dissertação será dedicado à introdução, onde serão esboçados os principais componentes, além da questão norteadora, deste trabalho. Caberá ainda neste

capítulo a metodologia que explicitará os componentes, os prazos, as técnicas e metodologias que serão utilizadas no decorrer desta dissertação.

O capítulo 2 da dissertação será dedicado a estudar a problemática da cidade como um campo de estudo específico. Recortaremos em quatro partes o estudo das cidades. A primeira tratará da dinâmica do espaço urbano como um espaço de convivência e congruência entre as pessoas que ali habitam, produzem ou mesmo que estão de passagem. Outros autores que realizaram trabalhos sobre as políticas de desenvolvimento urbano serão utilizados para ajudar na compreensão das cidades como um *locus* de vida e convivência. Farão parte deste esforço o estudo do trabalho de Bates e Fusfeld (1984) sobre a economia do gueto urbano norte-americano. Esta parte nos ajudará a entender como uma zona pobre continua a se manter pobre e estigmatizada a despeito dos investimentos nas pessoas e no espaço daquela localidade. Este estudo nos ajudará a entender, a partir destes novos paradigmas e experiências anteriores, quais os possíveis resultados das transformações que a cidade irá sofrer por advento dos jogos, além da relevância para a análise do projeto do Pan2007. Questionaremos se os jogos acentuarão ou atenuarão a dinâmica de escoamento de recursos e renda, do fluxo populacional, da política de baixos salários e demais componentes da dinâmica da pobreza apresentada por estes autores.

A segunda parte do estudo será dedicada à cidade pós-moderna, compreendendo que tipo de mudanças e transformações estão acontecendo com as pessoas e os seus relacionamentos, que mudanças as cidades estão sentindo em suas formas e fluxos, etc. O principal autor a ser abordado nesta parte será Castells, que descreve uma nova sociedade baseada em sistemas de informações e conectada em redes, onde o sistema de produção se transformou consideravelmente pelo informacionalismo e onde o poder dos fluxos se tornou mais importante que os fluxos de poder. A importância deste estudo sobre a pós-modernidade e as cidades é poder enquadrar a cidade do Rio de Janeiro numa perspectiva global e questionar que tipo de importância tem nossa cidade como um dos nós dessa rede global de fluxos, principalmente depois dos jogos de 2007. Ainda dentro deste tema será discutida a atratividade que a cidade oferece aos recursos internos e externos, utilizando, dentre outros, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro.

A terceira parte irá dissertar brevemente sobre a função social da propriedade e sua relevância para a construção do espaço e sobre alguns valores presentes na construção da forma deste espaço.

A quarta parte será dedicada ao estudo da metodologia de Lynch para mensurar o que seria uma boa cidade. A metodologia de Lynch para medir a “boa forma da cidade” será criticada, adequando-a, na medida do possível, às questões mais presentes no cotidiano de uma cidade pós-moderna como o Rio de Janeiro. Seus critérios e meta-critérios de mensuração ajudarão a formular uma nova metodologia de avaliação do espaço urbano a ser modificado pelos jogos Panamericanos de 2007, analisando o projeto, bem como o seu legado. A teoria de Rawls sobre justiça distributiva irá complementar critérios de Lynch, dando perspectivas de justo e justiça para a avaliação da estratégia, do planejamento e da execução do projeto para o legado dos jogos.

O capítulo 3 trará as especificidades do Rio de Janeiro como cidade e como campo de estudo de diversos autores. Este capítulo será dividido em cinco partes. A primeira contextualizando a história, a construção da cidade, a imagem e o desenvolvimento desta cidade. A segunda parte tratará das atuais propostas para cidade do Rio de Janeiro a partir do seu responsável direto, a Prefeitura Municipal. Para a primeira parte serão utilizados autores preocupados em problematizar a questão do espaço urbano do Rio de Janeiro sobre diferentes perspectivas, dando-nos uma visão holística. Autores como Maria Alice Rezende de Carvalho (1994) que pesquisou a origem das propostas para a cidade na virada do século XIX para o XX com uma República recém fundada e com propostas próprias de construção do espaço urbano, ou ainda, Carlos Lessa e Sérgio Magalhães em seus ensaios conferem ao Rio de Janeiro características próprias dentro de perspectivas e cenário mundial do século XXI. A segunda parte analisará também as propostas para o Rio de Janeiro a partir da perspectiva da Prefeitura Municipal com o seu Plano Diretor Decenal e Plano Estratégico II, ambos os instrumentos são basilares para a construção e remodelação do espaço da cidade.

A terceira parte será a apresentação do Pan2007, com suas propostas e projetos. A apresentação dos jogos Panamericanos de 2007 na cidade do Rio de Janeiro, seguindo-se da quarta parte com uma explanação sobre as experiências anteriores de eventos similares como Olimpíadas e Panamericanos anteriores. A quinta e última parte deste capítulo será comparação entre as experiências, expondo as suas qualidades e defeitos, evidenciando que tipos de transformações as cidades sedes passaram para recepcionar os jogos e que tipo de legado foi deixado para as cidades além dos equipamentos esportivos.

O capítulo 4 pode ser considerado o coração deste trabalho, pois é a avaliação do projeto dos jogos Panamericanos utilizando todo o material exposto até o momento,

principalmente a metodologia de mensuração da boa forma da cidade de Lynch e a teoria sobre justiça distributiva de Rawls. Será dividido em duas partes. A primeira será o resultado das entrevistas com técnicos especialistas na área de esportes, arquitetura, cidade e política, de órgãos públicos e privados.

As entrevistas serão com personagens-chave no processo de construção do projeto do Pan 2007, como, por exemplo, representante da equipe técnica da FGV Projetos responsável pelo planejamento da proposta do Rio de Janeiro como cidade candidata. Com os representantes responsáveis pela formulação da proposta da cidade como candidata aos jogos, procurarei conhecer a proposta e como foi formulada; com os “políticos” entrevistados procurarei desvendar qual perspectiva estratégica foi adotada e o que se pretende fazer com os equipamentos construídos para os jogos; com os demais entrevistados procurarei a ampliação do entendimento deste evento e nas suas repercussões para a cidade.

As entrevistas serão feitas a partir de questionários semi-estruturados. Esta opção foi escolhida como sendo a melhor por dois motivos: perfil dos entrevistados e informações a serem obtidas. O perfil dos entrevistados é o político-técnico, ou seja, apesar de quase todos serem especialistas em suas áreas, estes estão inseridos dentro de um contexto político específico. As entrevistas serão preferencialmente gravadas, de acordo com a disponibilidade do entrevistado, posteriormente transcritas e enviadas ao mesmo para um “visto” do que foi dito. Este procedimento visa evitar constrangimentos futuros por parte do entrevistado como do entrevistador.

Para ajudar a compor o quadro de avaliação da mensuração do projeto do Pan2007 será utilizado o material resultante das fases anteriores, além da análise espacial de dados utilizando informações de grandes bancos de dados, como o IBGE e o IPP, por exemplo.

O capítulo 5 será a conclusão desta dissertação, onde será ensaiada uma proposta de justiça distributiva para a cidade do Rio de Janeiro a partir dos estudos e da análise anteriores.

CAPÍTULO 2

A PROBLEMÁTICA DA CIDADE

2.1 A dinâmica do espaço urbano e a dinâmica da pobreza

Para Castells (2000) nossas sociedades estão cada vez mais estruturadas em uma oposição bipolar entre a Rede e o Ser e onde o Estado é um fator determinante no processo geral de produção tecnológica, pois é, ao mesmo tempo, a expressão e onde se organizam os atores, as principais forças e agentes sociais dominantes descritos num território e épocas específicos. Vemos emergir uma nova estrutura social associada a um modelo de desenvolvimento chamado por ele de informacionalismo, sendo este fruto da reforma do modo de produção capitalista da virada do século XX para o XXI.

O que difere o informacionalismo do industrialismo para Castells é o seu “princípio de desempenho estruturalmente determinado”, ou seja, a base da organização dos processos. Se no industrialismo tínhamos o intento de fazer crescer a economia e a produção, no informacionalismo busca-se o desenvolvimento tecnológico, a acumulação de conhecimentos e a geração de níveis mais elevados de processamento e tecnologias de informação.

Essas novas tecnologias da informação aliadas aos novos processos de produção estão integrando o globo em redes, mas não necessariamente homogeneizando a população mundial em torno de uma cultura global, pelo contrário, as identidades primárias ou as recém-construídas ganham cada vez mais força, pois personalizam marcas, produtos e locais e criam um valor agregado cultural, ou, em outra ponta, reforçam valores religiosos, ajudando em reconstruções identitárias geralmente opositoras a esta sociedade global. Mas essa dinâmica de construção de identidades, principalmente em cidades globais, parece formar uma nova lógica de conexão com a sociedade global pelas redes, onde as megacidades são os nodos centrais. A construção desta nova identidade global de cidadãos de megacidades passa por uma redefinição de valores, signos e significados, pois estas pessoas são obrigadas a serem usuárias de computadores pessoais e da rede de tecnologia da informação, por exemplo, caso contrário podem estar de fora desta nova sociedade, que ao mesmo tempo em que está aberta a novos personagens e funções, exclui aqueles que consomem menos. A lógica da exclusão

torna-se duplamente perversa, pois esses excluídos criam suas identidades fora das referências instrumentais globais e, por essa medida, fora dos meios de poder empreendidos estruturalmente na sociedade, gerando dessa forma uma segregação completamente nova e característica das sociedades informacionais, a exclusão passa a ser quase total, inclusive espacialmente, e com pouquíssimas chances de inclusão nessa nova sociedade global.

A primeira dentre as novas características da sociedade informacional para Castells é esta se basear em espaços de fluxos, partindo da hipótese de que atualmente é o espaço que organiza o tempo na sociedade em rede, onde a atual transformação histórica pela que passamos instiga um novo paradigma tecnológico e novas formas e processos sociais, que combinados reconstróem a cognição do espaço e do tempo.

A sociedade informacional organiza a economia também informacional e global em torno de grandes centros de controle, os nodos da rede, geralmente cidades globais, onde se encontram no mesmo espaço uma gama de serviços avançados centrais a todos os processos econômicos, da produção científica à indústria, passando pelos agronegócios e energia. Esses serviços avançados são geralmente mais concentrados em centros nodais de alguns países, onde observamos que tal concentração de serviços centrais modifica as camadas sociais da sociedade dos centros urbanos e as funções superiores agregam ao mesmo tempo poder e pessoal qualificado num espaço virtualmente homogeneizado, segregados do restante da sociedade ou daqueles que não fazem parte desta nova configuração social.

A cidade global é um nodo dentro de uma rede global. Como o próprio Castells esclarece, esta conecta centros de produção de bens, de conhecimento, mercados financeiros e serviços avançados a centros globais e regionais:

“Dessa forma, o fenômeno da cidade global não pode ser reduzido a alguns núcleos urbanos no topo da hierarquia. É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global. Em cada país a arquitetura de formação de redes reproduz-se em centros locais e regionais, de forma que o sistema todo fique interconectado em âmbito global. Os territórios em torno desses nodos desempenham uma função cada vez mais subordinada, às vezes perdendo a importância (ou até mesmo a função)” (CASTELLS, 2000, pág. 407).

Apesar da concentração e da hierarquia entre os centros nodais da rede, estes não são fixos ou estáveis. A rede está constantemente em concorrência, seja pela centralização de serviços especializados, seja pela especulação imobiliária ou pelos investimentos de alto risco nos mercados financeiros. Assim sendo, as cidades são as concorrentes por esses serviços e investimentos, contribuindo com recursos públicos para a atração, manutenção e desenvolvimento destes serviços e processos.

Cada vez mais as cidades globais tornam-se a combinação de diversos fatores que as caracterizam como tal. Congregam, em espaços relativamente pequenos, novas formas e estratégias, pois são geralmente centros tradicionais de poder político, comercial e financeiro e, por isso, tornam-se os locais preferidos de gerenciamento e controle da economia global, dos serviços especializados, da produção e inovação para todos os setores e, por fim, como mercados de tudo o que é produzido por todos os setores da economia, inclusive pessoal altamente qualificado para exercer as funções necessárias na economia global.

A sociedade informacional é responsável pelo aparecimento de um novo tipo de espaço, chamado de espaço de fluxos, capaz de suportar e gerir as transformações que vem ocorrendo nas sociedades mundiais. Podemos perceber transformações em todos os espaços e formas urbanas ao redor do mundo, cada uma atendendo as necessidades que lhe são impostas pelas suas particularidades, como história, cultura e instituições locais. Pela mesma via o espaço de fluxos reforça a interconexão entre as localidades e tem como base esta rede fluídica de intercâmbios.

Essa era da informação reconstrói a forma urbana transformando-a, segundo Castells, na cidade informacional. A cidade informacional para este autor é, em verdade, um processo, e não uma forma, sendo estruturada pelo espaço de fluxos. A forma espacial mais expoente deste seriam as megacidades, que possui, como primeira característica, enormes ajuntamentos humanos, contudo, somente isso não a define. Estas são nodos da economia global e concentram em seu território serviços avançados especializados, poder político nacional e internacional e grande parte das forças econômicas mais atuantes no planeta, além de congregam as hinterlândiasⁱⁱⁱ de sua zona de influência. São as megacidades as principais articuladoras da economia e do poder global e das redes informacionais. Mas a principal característica das megacidades é que estas são ligadas às redes globais e a segmentos determinados de seu território; contudo, as megacidades são quase desconectadas das suas

populações regionais vendedoras em grande parte de funções desnecessárias ou excluídas pelas relações sociais existentes.

Podemos entender as megacidades, principalmente as cidades globais, e o Rio de Janeiro pode ser considerada uma (apesar de perder cada vez mais influência e poder para São Paulo) como sendo ao mesmo tempo uma megacidade e uma cidade global, como nodos da rede global por que são ao mesmo tempo os centros econômicos, tecnológicos, culturais e sociais de seus países, onde podemos encontrar as novas tendências culturais e políticas e também são as principais localizações dos grandes centros de telecomunicação mundial.

O bom gerenciamento de uma megacidade (ou de uma cidade global) tende a surtir efeitos em todo o país, pois é a partir deste ponto que o país se comunica com o globo e, por isso, suas formas e processos devem atender ao mesmo tempo às necessidades estruturais do espaço de fluxos globais e às necessidades humanas básicas de todas as camadas sociais. Isto desde os profissionais especializados que farão desta megacidade um centro nodal competidor, passando pela população excluída ou ignorada pelos novos processos sociais, até atores de forte presença regional, como forças políticas tradicionais.

As cidades globais fornecem os suportes materiais, físicos e humanos para as formulações e processos do espaço de fluxos e, para Castells, a nova sociedade informacional está baseada em torno de fluxos, melhor explicado pelo próprio autor:

Fluxos não representam apenas um elemento da organização social: são a expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica. Nesse caso, o suporte material dos processos dominantes em nossas sociedades será o conjunto de elementos que sustentam esses fluxos e propiciam a possibilidade material de sua articulação em tempo simultâneo. Assim, proponho a idéia de que há uma nova forma espacial característica as práticas sociais que dominam e nossa sociedade em rede: o espaço de fluxos. O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as seqüências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna

desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral” (idem, pág. 436/7).

O espaço de fluxos possui camadas de suporte para poder funcionar e se conectar com o globo. A primeira a ser considerada são os conjuntos materiais e os processos da tecnologia da informação, que são a base das redes da sociedade. As redes de tecnologia da informação passam a ser o *locus* fundamental do espaço de fluxos, contudo, o espaço físico não desaparece, apenas reconfigura sua lógica e significado para ser parte da rede. A segunda camada deste espaço de fluxos são os seus nós e centros de comunicação, onde suas funções caracterizam a rede tornando-o um nodo competidor e privilegiado, sendo que “cada rede define seus locais de acordo com suas funções e hierarquia de cada local e segundo as características do produto ou serviço a ser processado na rede” (idem, pág. 439). A terceira camada do espaço de fluxos é a própria organização das elites gerenciais dominantes das funções diretivas de onde o espaço de fluxos se articula.

As elites gerenciais possuem uma lógica excludente daqueles que não são necessários ao desenvolvimento do nodo na rede de fluxos globais ou que são estigmatizados pela própria cultura local, sendo que o espaço está sendo construído de modo a que as formas de dominação e exclusão possam exercer seus papéis simbólicos de poder. Uma das formas de dominação das elites gerenciais no espaço de fluxos é manter enraizadas as vidas, as experiências cotidianas, as políticas e algumas relações econômicas presas ao local, enquanto a geração de poder e riquezas são geradas globalmente, passando por fluxos baseados em tecnologias da informação que, por sua vez, conforma espaços e arquiteturas aculturais e aistóricas. Para os mantidos dentro das funções da localidade, que muitas vezes visa atender as necessidades culturais e econômicas, com profissionais semiqualeificados, o lugar ainda conserva suas características anteriores onde a forma, sua função, direção e símbolos são interconectados pela cultura e com certa independência entre si, conservando as características da modernidade, enquanto a camada superior, exercendo as funções dos serviços especializados, recria e flexibiliza as relações de trabalho, o próprio trabalho, o espaço e as dinâmicas sociais.

A circulação de poder, do processo e das formas dominantes, dentro do espaço de fluxos organizados em torno de redes, tendo como nodos competidores entre si as cidades globais e as suas esferas de influência, o que leva Castells a acreditar essa nova lógica gera

interesses específicos expressos por meio de redes, onde o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos de poder.

Apesar de uma elite gerencial ser capaz de gerar poder e riquezas através da rede e do espaço de fluxos, os poderes locais, através de seus representantes políticos, tendem, dependendo do caso, a fortalecer, competir ou mesmo boicotar empreendimentos privados, principalmente se estes vão de encontro a certos aspectos culturais ou de salubridade da localidade. Mas, de modo geral, as cidades tendem a competir entre si para atrair uma maior quantidade de negócios e empresas para o seu território. As competições por atividades econômicas, militares, culturais ou políticas aparecem geralmente na forma de incentivos, financiamentos, investimentos e renúncias fiscais. O Pan2007 corrobora com esta lógica. Como mostraremos mais adiante, a idéia é desenvolver a cidade do Rio de Janeiro para que esta seja uma competidora de eventos esportivos internacionais, associando estes ao turismo tradicional e ao turismo esportivo.

Encontramos aqui pelo menos dois interesses distintos, um público e outro privado. O primeiro, o do setor público, orientado por políticos e pela burocracia pública, busca, entre outros tantos objetivos, melhorar o espaço, as formas urbanas e aumentar a qualidade de vida da sua população como um todo. O setor privado visa a continuação dos seus negócios e o aumento dos seus lucros e das suas forças nos mercados nacionais e internacionais. Nas megacidades (que estas disputam poder e influência na sociedade global), torna-se necessária a comunhão de esforços entre esses dois setores para que o espaço e a forma da cidade informacional possam ao mesmo tempo ser um nó mais forte e influente na sociedade global e uma cidade mais salutar e convidativa para as pessoas, ou seja, uma boa cidade para se viver.

A interdependência entre os sistemas de controle públicos e privados é encontrada em três momentos. O primeiro são as condições de mercado, que consistem nas forças ou circunstâncias que fazem da cidade locais mais ou menos atrativos para investidores privados ou públicos. O segundo nos sistemas de controle popular, que é o processo pelo quais as decisões do setor público que afetam o setor público e privado são legitimadas, e o terceiro são os mecanismos de intervenção pública, onde são encontrados os relacionamentos e métodos usados por instituições estatais para regular o mercado (KANTOR e SAVITCH, 2001).

Considerando essas perspectivas, cabe perguntar de que maneiras a localidade pode favorecer o seu desenvolvimento urbano. Uma resposta possível é favorecer as condições de cada localidade dentro de perspectivas globais e regionais.

O Rio de Janeiro adotou uma estratégia de desenvolvimento local com base no fortalecimento da sua capacidade turística, aproveitando a sua condição de cidade sede dos jogos Panamericanos de 2007.

A aposta da prefeitura no legado dos jogos pode ser compreendida a partir de alguns pontos:

1. Promover mudanças socioeconômicas profundas e duradouras;
2. Elevação do grau de credibilidade internacional de uma cidade brasileira em relação à sua capacidade de promover grandes eventos internacionais;
3. Exposição mundial e aumento da credibilidade internacional da cidade do Rio de Janeiro como capaz de organizar grandes eventos e dona de riquezas esportivas, artísticas, culturais e naturais;
4. Consolidação do Rio como líder da indústria de turismo na América Latina;
5. Modificação e melhorias na infra-estrutura urbana nas adjacências das instalações dos Jogos;
6. Construção de uma memória coletiva em torno da realização dos jogos (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005).

Essa aposta do poder local no fortalecimento da sua capacidade turística nos forçou a procurar estudos e experiências anteriores que utilizaram a mesma lógica de desenvolvimento local baseada neste setor econômico. Um resultado não premeditado desta estratégia de desenvolvimento pelo turismo pode ser a criação de uma “bolha de turismo” (JUDD, 2001). A bolha de turismo pode ser encaixada dentro do entendimento de Castells do novo espaço de fluxos e suas conseqüências, já que a promoção da cultura e do turismo é uma estratégia de desenvolvimento econômico.

A idéia de reavivar o passado de centralização da produção industrial, econômica, financeira e da administração pública federal está fora de cogitação para a atual realidade carioca. A diáspora dos poderes e das influências tem sido gestada desde a República Velha,

com a política do café com leite, passando pela transferência da capital federal para Brasília por Juscelino Kubitschek, na perda da autonomia da Guanabara, com sua fusão ao Estado do Rio de Janeiro, com a perda da Bolsa de Valores no Rio de Janeiro para a BOVESPA, até os tempos atuais com o aumento das transferências das sedes de empresas privadas para São Paulo. O Rio de Janeiro precisava de uma estratégia própria e particular de desenvolvimento econômico que utilizasse suas características singulares como motor do desenvolvimento local, escolheu-se o complexo da indústria turística para ser esse motor desenvolvimentista.

Carlos Lessa (2000) ao escrever sobre a perda de centralidade do Rio de Janeiro expôs que muito deste fenômeno se deveu a própria incapacidade do Rio de Janeiro se estabelecer como um território único e singular, formando sua identidade, a partir da contraposição de diferenças entre seus pares, aqui, a cidade do Rio de Janeiro viu sua formação ligada diretamente a uma perspectiva nacional.

“Na negociação da transferência da capital prevaleceu um padrão alegre e pouco cuidadoso. Observada retrospectivamente, ganha visibilidade a falta de uma cultura tipicamente provinciana, como responsável pela desatenção. O povo do Rio estava acostumado a ser tutelado por um prefeito de confiança do presidente. Não valorizava o voto para vereador. Tudo se passou como se a população do Rio não tivesse tônus muscular em seu próprio e direito interesse. O Rio de Janeiro não tinha uma oligarquia local estruturada em torno de interesses regionais. A cidade estava acostumada a ser administrada por elites recrutadas em todo o país. As decisões compatíveis com os interesses da nação compunham o quadro de referência para a prosperidade urbana. O Rio viu seus interesses locais serem atendidos sempre subordinados e em nome da função política maior da nação. Não se sentia discriminado, pois, pelo contrário, estava acostumado a ser pioneiro nas atenções. Essa displicência, explicável pelo seu longo passado como capital, lhe custou caro quando perdeu a função. Pesou nas décadas subseqüentes, e ainda é subjacente na conduta de sua representação política ao Congresso Nacional” (pág. 355).

Um componente na construção de uma bolha de turismo de Judd é a segregação espacial dentro do próprio território, separando claramente zonas prósperas de zonas degradadas ou marginalizadas, mas ambas numa perfeita simbiose, pois para exemplificar, as zonas mais abastadas utilizam a mão-de-obra barata e geralmente desqualificada destas zonas

pobres e próximas para aumento do seu conforto e maximização dos rendimentos com terceiros.

Talvez a parte mais importante da construção de um complexo turístico é o reforço da sua imagem e infra-estrutura, como nos mostra Judd (2001):

“Turismo não é como qualquer outra estratégia de desenvolvimento econômico, pois envolve trazer a reboque uma imagem e uma infra-estrutura: cidades devem ser vendidas como constelações de “sinais e imagens” que podem ser consumidas pelos turistas; igualmente, fazer delas mesmos espaços para turistas consumires, cidades devem fornecer lugares onde os turistas podem encontrar facilidades convenientes e amenidades, dentro de um ambiente de segurança e comodidade” (JUDD, 2001, pág. 243).

Parte da atração turística que a cidade oferece deve ser direcionada na construção de uma identidade local capaz de ser comercializada e aproveitável em diferentes níveis e estratégias políticas e econômicas, onde locais medíocres e ordinários possam ser transformados num espaço relativamente curto de tempo num extraordinário pólo de atração.

A transformação envolve a utilização das técnicas, métodos e amenidades da pós-modernidade em comunhão com um passado recheado de símbolos facilmente reconhecíveis por qualquer um e não somente aqueles iniciados na cultura local. Caso se faça necessário, as cidades podem conjugar a sua imagem com o total envolvimento com a atração de turistas, como alguns lugares do Caribe, onde reconhecemos estes como um local próprio para férias de veraneio.

A cidade durante a construção de um espaço privilegiado de negócios e turismo deve providenciar no mesmo conjunto de atratividades, entretenimento e emoção, combinar limpeza e um ambiente atrativo para todos os tipos de turistas ou negociantes, desde famílias até aqueles que simplesmente pernoitarão na cidade.

O complexo turístico é atualmente uma indústria inserida no espaço de fluxos, tendo como ponto de referência e de conexão com o globo as megacidades e as economias informacionais, por isso, o estilo fordista para as massas não se aplica aos objetivos de construção deste espaço diferenciado, as vantagens competitivas são essenciais não só na construção de uma bolha de turismo, mas no reforço da cidade na competição pelos fluxos da

rede, ou seja, aumentando a atratividade do nosso elo nodal com a rede de fluxos globais. Porém algumas características em comum compõem a padronização das cidades com bolha de turismo.

Entendemos pós-modernidade como uma característica sócio-cultural, estética e moral do avanço do capitalismo pós-industrial em comunhão com as características da sociedade informacional e do espaço de fluxos. Esta nova realidade provocou uma reavaliação (e relativização) necessária aos conceitos fundamentais da modernidade, como o conceito de Homem, liberdade, Estado e humanidade, por exemplo. A relativização de muitos conceitos básicos para a construção do pensamento moderno, como a busca da verdade, da razão e do progresso histórico, provocou, por seu turno, a construção de novos paradigmas mais abertos e complacentes capazes de abarcar a universalização de direitos e conceitos, mesmo aqueles destinados às chamadas minorias. Aliás, algumas das revoluções (sociais, políticas, econômicas, etc.) do século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, tinham por objetivo esta meta; tendo como baluarte desta a Revolução Feminista e Sexual, a ampliação dos direitos sociais básicos com a doutrina do Bem-Estar Social e as reformas no Estado e nos seus aparelhos.

Centros de Convenção e de Excelência são os primeiros casos da padronização das cidades na construção da bolha de turismo. Criar centros de convenções ou de excelência não coloca necessariamente a cidade no centro do mapa das convenções ou dos eventos, sejam nacionais ou internacionais. O conjunto da cidade, ou seja, a sua história, infra-estrutura, tradição cultural e posição política tornam-na mais atraente.

Todos os centros de convenções ou de excelência requerem subsídios para o pagamento de construção e para os custos de operação, mas a manutenção e os custos de promoção não tem desestimulado as cidades para investimentos grandes e mais elaboradas facilidades para as convenções e eventos.

O que chamo de centros de excelência são locais onde algum tipo de arte, esporte, conhecimento, inovação, etc., são produzidos ou gestados. São exemplos de centros de excelência escolas de arte, de aprimoramento esportivo, centros tecnológicos ou mesmo Universidades proeminentes em alguma área.

As franquias de esportes profissionais são o segundo caso de padronização. Muitos investidores consideram as franquias de esportes profissionais como pivô para a revitalização

econômica das cidades centrais, mas os argumentos mostram sem dúvida que é limitada a contribuição econômica destes esportes na economia local, mas isto não deterá os esforços de se ter ou se manterem times profissionais, como é o caso, atual, da manutenção do Autódromo de Jacarepaguá e do Complexo do Maracanã.

Estádios e arenas esportivas são alguns dos mais caros componentes do turismo e do complexo recreativo subsidiado pelas cidades, mas os investidores consideram que isto tem um significado essencial de status da ligas profissionais aos padrões internacionais.

O Maracanã é o caso clássico deste tipo de empreendimento. Qualquer estádio para grandes jogos ou eventos esportivos necessita de um grande terreno, de infra-estrutura condizente com a capacidade de suportar pessoas e, por fim, de subsídios públicos diretos (por que quase todos perdem dinheiro), onde as operações de déficits anuais são geralmente consideráveis, pois estes estádios são muito caros para construir e uma agenda de eventos não cobre esses déficits, principalmente quando estes necessitam de manutenção, reforma ou ampliação. Os estádios não trazem o efeito esperado para a economia local, mas investidores e políticos são unânimes ao afirmar que as vantagens trazidas não podem ser mensuradas somente em critérios financeiros e econômicos.

Shopping Centers e Zonas Especializadas são o terceiro exemplo de padronização. Essas localidades fechadas são uma das principais armas de recreação e turismo. Além de deter o declínio de parte da cidade, eles significam espaços seguros, longe da decadência de outras partes da cidade.

Zonas especializadas são localidades onde podemos encontrar algum tipo de atração, especialidade ou variedades de um mesmo produto ou serviço. Exemplos deste tipo são o centro gastronômico de Vargem Grande e a rua dos Lustres (Rua Senador Bernardo Monteiro em Benfica) e as galerias especializadas em produtos de informática.

Contudo, este tipo de estratégia causa consequências não premeditadas. Os shoppings centers, por exemplo, criam um “deserto” a sua volta, pois todo o comércio é concentrado num lugar ao mesmo tempo em que isola as pessoas do ambiente público da rua, causando um efeito circular, pois com menos pessoas nas ruas teremos uma menor variedade e quantidade de comércio em vias públicas, causando assim uma menor movimentação de transeuntes no espaço público, que dessa forma transforma estes espaços em localidades mais inseguras, desvalorizando os imóveis e o comércio local.

Dentre as metas do legado para a cidade do Rio de Janeiro está a promoção de mudanças socioeconômicas profundas e duradouras. Contudo devemos recordar outras experiências e estudos sobre o tema e tomar nota que casos semelhantes ao invés de promover o desenvolvimento econômico alimentaram a dinâmica da pobreza da região.

O trabalho de Bates e Fushfeld (1984) nos ajudará a entender como funciona esta dinâmica. O estudo em questão destinava-se a entender como funcionava a economia política dentro dos guetos norte-americanos, desde o pós-guerra até a data de publicação do estudo, na década de 80, do século XX. Podemos encontrar muitas similaridades, guardando as suas devidas especificidades, entre os guetos norte-americanos e zonas pobres dentro da cidade do Rio de Janeiro, como favelas e localidades como a zona oeste e trechos da zona norte da cidade.

Não procuraremos necessariamente conclusões explicativas da semelhança ou das diferenças entre os fenômenos urbanos dos guetos norte-americanos (em 1984) e das favelas e áreas pobres do Rio de Janeiro (em 2004). O gueto norte-americano pode ser reconhecido como uma parte da cidade, geralmente numa área chamada *slum*^{iv}, que se aproxima visualmente de alguma de nossas favelas, ocupada geralmente por grupos minoritários. Contudo o entendimento do que seja uma favela ou um aglomerado subnormal no Brasil precisa de um melhor entendimento da sua natureza e das suas diferenças entre as regiões. O Instituto Pereiras Passos (IPP) da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entendem, respectivamente favela e aglomerado subnormal das seguintes maneiras:

“FAVELA (Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro – Lei Complementar nº 16, de 1992). Área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação da terra por população de baixa renda, precariedade de infra-estrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e de alinhamento irregular, lotes de forma e tamanho irregulares e construções não licenciadas, em desconformidade com os padrões legais” (ARMAZÉM DE DADOS, 2004).

“Aglomerado subnormal - conjunto (favelas e assemelhados) constituído por unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando, ou tendo ocupado até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou

particular), dispostas, em geral, de forma desordenada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais” (IBGE, 2000).

As definições do IBGE e do IPP possuem alguns problemas conceituais, pois não refletem o racismo e as barreiras econômicas e sociais a grupos ou categorias que moram nessas localidades. Favela também é o lugar onde reside um imaginário próprio e que possui características peculiares que a caracterizam como favela. É o espaço onde pessoas encontram um lugar separado, e de preferência perto, daqueles a quem elas geralmente servem. Favela não é somente o lugar ou o espaço ocupado de forma irregular e ilegal, em condições precárias e carentes de serviços públicos essenciais. Se assim fosse, pela definição do IBGE, a maior parte da Barra da Tijuca poderia ser considerada uma favela e pela definição do Armazém de Dados, poderíamos considerar o entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, entre as décadas de 60 e 70 do século XX uma grande favela. Essas definições despersonalizam e despersonificam a favela e seus habitantes. A favela é um local segregado, no imaginário social e no espaço, ocupado também por parcelas excluídas, marginalizadas e rejeitadas da população, mas podemos encontrar vários tipos humanos dentro deste espaço. Este que em muitos casos não é um local sujo, mal construído e necessitado, é, também, o espaço onde outras parcelas da sociedade desejam conscientemente que a uma parcela da população more e viva. Uma das diferenças entre o gueto e a favela é que o gueto é geralmente o local escolhido, reservado ou tradicionalmente aceito onde determinados grupos se localizam, como os guetos judaicos espalhados pela Europa ou os guetos negros norte-americanos. As favelas geralmente não são locais reservados para a ocupação de grupos ou pessoas marginalizadas pela sociedade ou simplesmente pobres.

Pelas definições do IBGE e do Armazém de Dados às obras do Programa Favela Bairro descaracterizariam uma favela e a transformariam num bairro pela adição de equipamentos de urbanização. Apesar das obras de infra-estrutura e regularização fundiária, o maior desafio não será transformar o espaço, mas o imaginário social sobre eles. Obras de infra-estrutura podem ajudar a modificar a relação da cidade e dos seus habitantes com o espaço da favela, mas as modificações necessárias para transformar a favela num espaço incorporado à cidade podem demorar mais um pouco.

Bates e Fusfeld apresentam a seguinte definição para os guetos norte-americanos:

“O gueto urbano é um deprimido e subdesenvolvido enclave dentro de uma próspera e progressiva economia. Ele produz pouca coisa que pode ser

vendida fora do gueto além de mão-de-obra barata. O subdesenvolvimento é mantido por um contínuo escoamento de renda e recursos que este gueto pobre mantém. O pool de mão-de-obra barata é preservado por barreiras que dificultam a sua saída, enquanto outras forças sociais e econômicas propiciam “recrutamento” para fora do gueto. Estes fluxos de renda, recursos e pessoas interagindo dentro de condições de subdesenvolvimento e pobreza num sistema de circular que mantém o gueto com as características apresentadas na economia nacional” (BATES e FUSFELD, 1984, pág. 136).

Um estudo realizado por Pedro Abramo (2003) na favela do Jacarezinho demonstrou que as favelas cariocas possuem características singulares que a diferenciam ou a aproximam de outros espaços da cidade. A interpretação da realidade de zonas pobres dentro do tecido urbano para Bates e Fusfeld e Abramo é sensivelmente diferente. Para os primeiros os guetos formam uma região diferenciada do resto da sociedade, da economia e até mesmo da política, onde existem características próprias e singulares para o funcionamento destas, e, apesar de fazerem parte da economia como um todo, esta região possui relações de dependência e subordinação com o restante da sociedade e economia. Em resumo, a zona pobre dentro de um enclave urbano possui uma dinâmica econômica própria, estruturas de representação políticas próprias e até mesmo uma cultura de sobrevivência singular dentro desta região. Para Abramo esta região seria apenas uma região pobre dentro da sociedade, onde as regras capitalistas ainda valem e as características próprias desta região pobre dentro da cidade se devem em grande parte à baixa renda de seus moradores. O comércio e os serviços nas favelas cariocas possuem uma grande variedade de tipos e tamanhos, funcionando normalmente segundo as regras do mercado, diferenciando do restante da cidade pela maior informalidade, mas mesmo assim com um percentual de formalidade visível.

“As favelas do Rio abrigam uma imensa população de trabalhadores que, diariamente, se dirigem aos locais de trabalho situados em diversos pontos da cidade como um todo. Incluem também um sem número de atividades econômicas desenvolvidas por empreendedores, geralmente moradores locais, que também empregam pessoas, moradoras ou não na localidade.

(...) Muitos dos bens e serviços consumidos pelos moradores são adquiridos na própria favela que ainda os “exporta” para as comunidades da vizinhança. Em função da concentração de população nas grandes favelas, é

comum se encontrar estabelecimentos mais amplos e diversificados do que nos bairros do entorno, aonde a densidade demográfica é menor.

O relacionamento com a economia urbana também se processa de forma normal, uma vez que a maioria dos bens comercializados nas favelas são produzidos externamente e entregues pelos meios convencionais aos comerciantes locais. Observam-se lojas que fazem parte de cadeias existentes em outros bairros da cidade.

(...) A renda das pessoas é menor do que no resto da cidade. Em 2000, segundo o IBGE, a renda média mensal dos responsáveis pelos domicílios na cidade era de US\$781, enquanto que no Jacarezinho era de US\$ 178, na Rocinha US\$ 213.

O mercado imobiliário de compras e aluguel funciona perfeitamente, dando aos agentes confiança na segurança das transações efetuadas e certeza da possibilidade de operações futuras. É comum haver organismos comunitários locais, que funcionam como cartórios, registrando as negociações realizadas, uma vez que a propriedade, embora efetiva, não seja totalmente formalizada. Também nessa área, verifica-se um longo processo de criação de um parque imobiliário como também de compras, vendas e locações. As Associações de Moradores, sobretudo as mais organizadas, quando não o próprio Poder Público, costumam regulamentar, minimamente, as formas de uso e ocupação do solo no interior das favelas, de modo a preservar o espaço público e orientar as formas de construção” (ABRAMO, 2003).

As zonas pobres perdem várias formas de recursos, como renda, profissionais, valoração imobiliária e negócios para outros setores da economia. Uma substancial porção de depósitos monetários vai para instituições financeiras cujas políticas de investimento retiram fundos da área do gueto para reinvestir em empréstimos, negócios, hipotecas e diversos investimentos noutros sítios mais rendosos. Os residentes compram bens e serviços produzidos em outros lugares e para ter acesso a lojas e pessoal especializados somente fora deste, o que vem a descapitalizar ainda mais esta região, pois um volume grande de bens e serviços é “importado” de regiões mais prósperas.

Apesar dos fluxos internos de renda poderem suportar uma grande atividade econômica, grandes rendas são quase inexistentes ou exclusivos de determinados atores ilícitos como contraventores e traficantes. Os fluxos de renda de zonas pobres, em verdade ajudam a dar suporte a atividades econômicas de outros lugares que não a localidade imediata, o que vem a aumentar o seu estado de depressão ou de estagnação.

Essa condição de depressão impera em áreas pobres urbanas, onde o desemprego continua alto, mesmo quando o resto da economia continua próspera. Quando comparado à economia como um todo, esta região sempre tende a apresentar sinais de séria depressão. Outro fator que faz aumentar a depressão das zonas pobres alimentando a dinâmica da pobreza são os fluxos de renda não favoráveis à economia da região. Os fluxos de renda para dentro do gueto são em parte de rendas salariais. A maior parte deste é de empregos de baixos salários, uma das causas fundamentais, junto com as altas taxas de desemprego, que auxiliam na continuação do subsistema econômico e social desta área.

Estes fluxos de renda sustentam três aspectos característicos da economia das zonas pobres urbanas, distinguindo-o mais claramente do resto da economia, esses três aspectos da economia desta região pobre, sobrepostos e inter-relacionados fundamentam a economia destas zonas. O setor de negócios privados, com os seus aspectos especiais de “economia da balinha”^v derivados da natureza dos baixos salários de seus clientes. O segundo aspecto é a sua economia irregular e por fim o setor criminal. Estes são os três aspectos da economia do gueto sobrepostos e inter-relacionados que fundamentam a economia das zonas pobres.

Cada um dos subsistemas dentro do qual o sistema social se autodivide aceita ou rejeita indivíduos de acordo com seus próprios critérios formais ou informais. Bates e Fustfeld ao examinarem as características dos residentes dos guetos indicaram que os fatores chave de rejeição para os setores progressistas da economia. O primeiro fator chave é o racismo, o segundo é o preconceito aos migrantes ou imigrantes recém-chegados e o terceiro fator chave de rejeição são as diferenças culturais, onde são rejeitadas as pessoas com uma cultura diferente da classe média branca ou das características de sociabilidade de uma determinada região. O quarto fator chave é a baixa produtividade e o baixo poder de ganho resultado de falta de habilidades especializadas, educação pobre, saúde ruim, velhice, e fatores relacionados. Por último, os autores consideram que a baixa renda produz uma inabilidade de

viver nos padrões da classe média porque os recursos são inadequados ou em quantidade insuficiente (BATES e FUSFELD, 1984, pág. 149).

O gueto ainda apresenta três barreiras para a inamovibilidade da maioria da população residente. A primeira barreira apresentada pelos autores terá de ser relativizada no caso brasileiro e carioca, estes acreditam que o mérito ou a renda não são fatores cruciais para saída destas pessoas das zonas pobres, a raça é um fator mais importante para a inamovibilidade, sendo que esta barreira não existe para brancos. Carlos Lessa (2000) acredita exatamente no oposto desta proposição, ou seja, fatores econômicos são mais importantes que os sociais para a manutenção do estado de pobreza de certas regiões ou pessoas. Castells ainda apresenta uma terceira posição sobre a segregação entre os profissionais de serviços especializados e os dispensáveis da economia informacional como apresentado acima. Por minha parte acredito que relativizar estes três autores é a melhor resposta, pois as três proposições assumem papéis importantes e que não podem ser ignorados no contexto social que nos é apresentado, pois o racismo, as dificuldades econômicas e educacionais e a nova ordem mundial compõem uma estrutura que, dependendo do contexto, um destes fatores poderá assumir a dianteira da exclusão de pessoas ou regiões.

Voltando aos autores norte-americanos, estes apresentam a segunda barreira para a inamovibilidade das pessoas para fora do gueto ao esclarecerem que o estilo de vida e trabalho no gueto criam hábitos que dificultam a assimilação de indivíduos em outros setores da economia. Estes hábitos são criados por uma economia irregular quando o resto da economia vive num sistema de bem estar social e de formalização da economia. A terceira barreira é a própria condição das zonas pobres serem depósitos de pessoas rejeitadas pelo sistema econômico e social.

As combinações destes diversos fatores causam um “efeito circular” e “efeitos acumulativos”, ou seja:

“A condição da economia do gueto é um clássico exemplo de efeito circular no processo social. A economia do gueto perpetua sua própria pobreza. Baixas rendas significam baixos níveis de vida. Este estilo de vida tem obviamente suas deficiências: más condições de alimentação, moradia, saúde, e condições sanitárias. Essas condições atraem o trabalho de baixa produtividade e a perpetuação de rendas baixas. O escoamento de recursos para fora de áreas urbanas pobres servem para reforçar a pobreza. O

capital social é inadequado. Os serviços públicos superam parte dos problemas e as rendas privadas são insuficientes. Em particular, deficiências no sistema educacional estão ligadas a um treinamento inadequado, baixos níveis de habilidades, e baixa produtividade” (idem, pág. 151).

O modelo de economia das zonas pobres urbanas apresenta uma série de influências que reforçam a sua condição. O primeiro é que a própria situação de pobreza permanente reforça as condições que ligam à pobreza, a segundo influência que reforça as condições de pobreza são que os recursos para melhoramento e desenvolvimento são escoados para fora, ou seja, uma parte consistente dos baixos recursos ganhos, sendo os mais representativos os baixos salários, é gasta fora do gueto. A terceira condição é a falta de organicidade em termos de sua representação política e sua escassez de possibilidade de influencia na agenda pública, como decorrência os programas públicos são quase sempre prejudiciais para a economia do gueto. E a última condição são as atitudes racistas e sócio-econômicas que mantêm os residentes do gueto nas regiões pobres, dificultando a mudança e a devida inserção para regiões mais prósperas.

Até agora examinamos três aspectos da dinâmica das zonas pobres urbanas. O primeiro ponto nos diz que número de habitantes dessas localidades é determinada pela taxa de crescimento da população; pela taxa com a qual a maior parte da sociedade força as pessoas para dentro do gueto e a taxa em que as pessoas mudam-se ou aumentam a sua condição social. O processo de seleção tem um componente racial importante, mas educação e habilidades especializadas são importantes. Esse topo de zona pobre continuará a existir enquanto um mecanismo não existir um planejamento para parar o processo de rejeição e de não inclusão. O segundo aspecto examinado indica que os níveis de renda dentro do gueto, dado o tamanho da população, são determinados por três fluxos: os fluxos internos; as transferências de pagamentos e os fluxos para fora de renda e riqueza. E o terceiro demonstra que essas localidades têm desenvolvido suas próprias características de relacionamentos dentro dos quais seus habitantes funcionam.

O efeito circular possui características acumulativas e inter-relacionais, o que na introdução chamamos de herança da pobreza. Estes tendem a preservar a posição e situação dessas zonas pobres estável entre as gerações mesmo que o tamanho desta e os níveis de renda mudem. Assim sendo, *uplifts*^{vi} não causarão o impacto premeditado de mudar os

processos de perpetuação da pobreza e da criação dos guetos, zonas pobres e favelas. Mesmo que esses programas e projetos sejam sustentados e mantidos através do tempo, no máximo tenderão a contribuir para uma melhoria da situação das pessoas que ali residem, contudo estes programas afetam os sintomas ao invés das verdadeiras causas da perpetuação da dinâmica da pobreza, as mudanças necessárias deveriam ocorrer em todo o sistema social e econômico, ao invés de serem projetados para serem investidos somente em localidades ou em grupos específicos de pessoas.

A própria economia dessas zonas pobres é um mundo a parte. Quando o resto da economia vai bem e se desenvolve, esta melhora, porém, quando o resto da economia sofre problemas, essa região piora ainda mais. Isso ocorre pelo fato desta se articular com o resto do mundo de forma parcial ou incompleta, não sendo parte constituinte da economia formal, apesar destas zonas contribuírem de forma significativa para a alimentação dos fluxos desta economia formal.

As rendas de áreas urbanas pobres vêm de quatro grandes fontes distintas, sendo somente uma das quais é viável e continua ligada com a economia de fora destas zonas pobres. A primeira fonte são os maiores salários e os setores progressistas da economia provêm empregos somente para alguns, onde podemos identificar dois modelos principais: os empregos de altos salários no setor de manufatura e os empregos do serviço público e no setor de serviços da economia. Setor que abre espaço para mulheres em particular, mais estáveis que a manufatura, todavia, os salários são mais baixos. Estas fontes de renda em particular suportam o médio e o médio-baixo setores de renda da população, por sua vez, provêm a base da economia para os mais afluentes profissionais e negociantes de dentro da cidade. Estes grupos vivem em outras áreas fora do centro do gueto. A segunda fonte é carro chefe da base da economia de áreas urbanas pobres é o mais atrasado setor da economia, caracterizado por baixos salários, relativizado por grandes variações cíclicas, exposta a todas as forças de competição desabilitadoras. A terceira é a própria economia de baixos salários, que é suplementada por uma economia irregular, parte legal, parte ilegal, com o qual provê uma renda a mais para os residentes de áreas pobres. A quarta são os suplementos de renda de fora de áreas urbanas pobres, algumas públicas outras privadas, provendo a transferência de pagamentos sem o qual a população não poderia sobreviver.

O trabalho pobre da velha indústria, não sindicalizado, indústrias que estão desaparecendo, da construção civil e de serviços não especializados, como cabeleireiros,

manicures, encanadores, etc., são sinais dos baixos salários. A presença de um grande contingente de mão-de-obra de baixos salários é o mais expressivo na maior parte das regiões urbanas metropolitanas. Os autores dividiram em três grupos as indústrias nestas regiões. A do tipo “exportação”, que são orientadas pelos mercados nacionais e internacionais. As fornecedoras de matérias primas para este primeiro grupo e as indústrias de geração de valor agregado, onde encontramos uma grande organização formal, como sindicalização e alta tecnologia. E o terceiro grupo de fornecedores para a economia local, em sua maioria de baixos salários ocupando a maior parte da população (idem, pág. 161).

Esse terceiro tipo são em sua maioria os fornecedores de mão de obra barata, desqualificada e que sustenta algumas condições, facilidade, amenidades e conforto para as outras camadas da população, torna-se importante, por causa deste fator, manter uma certa estabilidade nos baixos salários desta camada da população, já que grande parte do custo de vida das grandes cidades incide sobre os trabalhos destes. A pobreza continuada é constituída de interesses políticos, econômicos e sociais, fomentadores de barreiras claras a ascendência de camadas ditas populares.

A economia irregular das zonas pobres urbanas, como dito anteriormente, é uma característica constituinte não só da manutenção da dinâmica da pobreza, mas é um alimentador da economia formal. Este tipo de economia possui vantagens e desvantagens em relação a economia formal. As vantagens, por exemplo, podem ser expressas nas relações de trabalho, onde o trabalhador não está sujeito a regras ou impostos e a dedicação pode ser total ou parcial, dependendo do caso. Outra vantagem é que capacita a pessoa a competir; empreender e a ter iniciativa. Mas uma desvantagem é que este modelo encoraja modelos de comportamento não tolerados na economia formal.

A economia irregular também é uma fomentadora do crime, seja ele organizado ou não. A simples inserção no mundo formal do trabalho e os *uplifts* fornecidos por agências governamentais ou não governamentais não fornecem as condições necessárias para a diminuição do crime, principalmente o tráfico de drogas, onde qualquer pessoa da “comunidade” pode encontrar, de acordo com as suas capacidades, contatos ou especializações uma fonte de renda que não encontraria na economia formal.

As dinâmicas das forças que criam as zonas pobres urbanas também trazem sobre si um modelo de segmentação no mercado de trabalho no qual minorias são concorrentes dentro

de ocupações de baixo salário, que segundo as leis de mercado, força ainda mais a redução dos salários desta camada da população.

O mercado e os negócios dentro e nas proximidades dessas zonas pobres possuem características próprias refletindo as qualidades sócio-econômicas dos seus clientes, que em sua maioria são os moradores da própria localidade. Sendo trabalhadores de baixa renda, as populações das zonas pobres urbanas gastam boa parte dos seus recursos em artigos de primeira necessidade, qualquer tipo de produto ou serviço mais especializado tem que ser comprado de fora. O mesmo acontece com os comerciantes, que escoam boa parte dos seus ganhos para fora da sua região, pagando mais pelos produtos pela pouca quantidade a ser comprada e pela falta crédito, muitas vezes tendo que buscar ele mesmo a matéria prima necessária. Em resumo, o pobre pago mais pelos produtos que compra, o crédito é dificultado e os juros são geralmente altos. Mas de outra maneira eles não comprariam. Tudo isso favorece a uma estruturação do “comércio da balinha”, geralmente não legalizado, pouco variado e com constante escoamento dos seus recursos para outras regiões.

Os contínuos e ininterruptos escoamentos de recursos de regiões mais pobres para regiões centrais impedem os primeiros de acumular quantidades significantes de recursos, principalmente o financeiro. Como mesmo nos ajudam a entender Bates e Fushfeld:

“A falta de capital é a mais importante barreira para o desenvolvimento econômico da região. O mercado interno do gueto é fraco devido às baixas rendas dos residentes. As barreiras gêmeas de capital inadequado e mercados pobres poderão ser superados pelo desenvolvimento da economia e aos planos de assistência análogos a estes aplicados em alguns países desenvolvidos no exterior. Mercados poderão ser encontrados fora do gueto, especialmente através de contratos do governo, se o capital estava fornecido para suprir os recursos de produção” (idem, pág. 234).

Uma das soluções para essa condição de pobreza inata seria a eliminação dos escoamentos constante de recursos de toda natureza para fora das zonas pobres em direção as zonas centrais, não somente através de pagamentos em salários, de transferência de rendas ou insumos básicos como cestas básicas. A eliminação dos escoamentos constantes se daria pela inserção destas regiões pobres na economia formal.

Castells (2000) nos dá uma contribuição ao tema ao dizer que nas cidades informacionais a dominação das elites gerenciais se baseia na desorganização da maioria dos

grupos, que só vêm seus interesses atendidos dentro dos interesses dominantes. O espaço possui um papel fundamental na organização das elites e na desarticulação das demais camadas sociais, tornando as elites globais e as demais pessoas presas ao local, ou seja, o poder e a riqueza são gerados e gerenciados globalmente ao mesmo tempo em que a vida e o cotidiano das pessoas são locais. Dessa forma, enquanto o poder e as riquezas forem baseados e aistóricos, mais estes escaparam dos controles sociais das sociedades nacionais ou locais. Sendo “a verdadeira dominação social provém do fato de os códigos culturais estarem embutidos na estrutura social, de tal forma que a posse desses códigos abre o acesso à estrutura do poder sem que a elite precise conspirar para impedir o acesso às suas redes” (CASTELLS, 2000, pág. 440). Sendo que esses símbolos, segundo o próprio Castells, não estão ligados necessariamente a nenhuma cultura específica, mas sim a pessoas que são membros de círculos empresariais da economia global.

A idéia de avaliar um projeto que intenta modificar profundamente as relações sócio-econômicas da sociedade carioca, e por conseqüência, o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, visa, em primeiro lugar, melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam, estudam ou trabalham na cidade. Sem esquecer das mudanças que vem ocorrendo nos espaços urbanos ao redor do planeta, principalmente nas megacidades, torna-se desejoso criar um ambiente em que todas as pessoas se sintam seguras, onde possam criar seus filhos, se sentirem acolhidas pelos seus pares e pessoas próximas e, na medida do possível, viver a vida que desejaram para si mesmas e para os seus. Para tentar cumprir essa tarefa utilizaremos na próxima seção trabalhos que tratem da qualidade de vida na cidade e atratividade, principalmente o trabalho de Jacobs (2000), que propunha uma cidade para as pessoas que nela vivem, numa diversidade de usos densa e complexa, e não uma cidade planejada para exercer funções de acordo com as idéias ou ideologias de outrem que ali nunca viveu ou viverá.

2.2 A cidade e atratividade local

Para Jane Jacobs as cidades possuem uma necessidade onipresente (mas prefiro pensá-la como ubíqua) de uma diversidade de usos complexa e densa, que se sustentem mutuamente e de forma constante e concreta. Para que essa diversidade de usos possa acontecer as pessoas precisam se sentir (e realmente estarem) seguras, ou seja, terem certeza de que a sua vida e a

dos outros, seus bens e propriedades não sofrerão ameaças ou prejuízos decorrente de atos violentos, sejam eles decorrentes da falta de justiça, policiamento ou mesmo da vigília de adultos para com as crianças. Para Jacobs esse seria o principal atributo duma cidade:

“O principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos. Não devem se sentir ameaçadas por eles de antemão. O distrito que falha nesse aspecto também fracassa em outros e passa a criar para si mesmo, e para a cidade como um todo, um monte de problemas”.
(JACOBS, 2000, pág. 30)

A ordem pública, para esta autora, está muito acima da manutenção da segurança, não é essencialmente mantida pelos representantes oficiais do Estado ocupados no uso legítimo da violência, mas sim pelas próprias pessoas, numa complexa relação de comportamentos de proteção e ajuda mútua, indo contra a idéia de que a remoção, a dispersão, o uso privado de meios de proteção e a coerção oficial são as melhores soluções para a manutenção da ordem.

Segundo a própria Jacobs, uma rua movimentada consegue garantir a segurança que uma rua deserta não oferece, mesmo que os transeuntes sejam desconhecidos. As pessoas sejam elas conhecidas ou desconhecidas, se sentirão atraídas para a convivência nas calçadas se estas oferecem uma infra-estrutura mínima, com três características principais. A primeira é a separação do público e do privado, a segunda é a coerção advinda das pessoas que estão com os “olhos voltados para a rua” e a terceira é o trânsito constante de pessoas nas calçadas, sendo esta terceira característica a alimentadora da quantidade de pessoas na rua e do interesse que as pessoas têm de simplesmente olhar para fora da janela para apreciar a paisagem da rua, que ficaria muito monótona sem o movimento das pessoas e dos carros.

As ruas ficariam desertas se todos os espaços fossem privados, sendo somente a rua o espaço público. Uma quantidade mínima de comércio e locais de uso comum e uma forte iluminação tornam-se condições básicas para a vigilância, sendo abertos inclusive de noite. Esse comércio, que se for variado e numa quantidade razoável produz melhores resultados, dará razões às pessoas de usar as calçadas, fazendo com que estas percorram vias e espaços para chegarem aos seus destinos. Os próprios comerciantes procuram fornecer algum tipo de segurança para os seus clientes, já que se isso não acontecer estes podem sumir daquela localidade e tornar aquele espaço estigmatizado, mesmo que o ambiente seja realmente seguro. Em resumo podemos dizer que a presença de pessoas atrai outras pessoas e que a

iluminação favorece a contribuição das pessoas com seus olhos e seu “pressuposto inconsciente do apoio geral da rua quando a situação é adversa” (JACOBS, 2000) para a manutenção da ordem.

Existe um sentimento que só é formado com o tempo e a partir dos contatos informais entre as pessoas nos espaços públicos que evita, constrange ou ataca as situações adversas quando necessário este sentimento é a confiança. Caso os pressupostos deste sentimento não existam, as pessoas tenderão a se isolar nos seus espaços privados e abandonando o espaço público. O resultado deste abandono do espaço público é geralmente também o abandono das obrigações públicas formais e informais, desde cuidar das crianças dos conhecidos que brincam na rua até mesmo a capacidade associativa na luta pelos direitos sociais oferecidos numa democracia. Contudo, os contatos entre as pessoas e a confiança gerada por estes, quase sempre aleatórios e desprezíveis produzem expoentes a partir do qual vemos crescer a vida pública, cívica e fraternal, tornando a cidade salutar e, segundo termo de Jacobs, exuberante.

Cabe aqui especular qual será o real destino destes equipamentos no futuro? Como este é um trabalho científico que visa avaliar o Pan2007 e saber se este deixará um legado de justiça distributiva na cidade do Rio de Janeiro, buscamos experiências e trabalhos anteriores para tentar com isso validar nossa proposta. Obviamente seria leviano e inconseqüente fazer uma ligação direta entre essas experiências, quase todas em outras sociedades que não a brasileira, mas guardando as devidas proporções, estas nos fornecem pistas dos seus erros e acertos. Parte de toda estratégia é lembrar o que foi feito e executar para que os mesmos erros não sejam cometidos, e Jacobs nos fornece alguns pontos para a discussão.

O Estádio Olímpico João Havelange, o Engenhão, é um exemplo de equipamento esportivo que está sendo construído e que possivelmente terá seu uso destinado também ao grande público, além do treinamento de atletas de alto nível. Contudo, Jane Jacobs nos esclarece que, com relação aos parques públicos, a sua utilização sofrerá mudanças de acordo com a vizinhança e com os seus freqüentadores. Nas palavras da própria autora podemos perceber melhor o que esta nos diz:

“Como todos os parques urbanos, ela é fruto de sua vizinhança e da maneira como a vizinhança gera uma sustentação mútua por meio de usos diferentes ou deixa de gerar essa sustentação”. (idem, pág. 107)

Certas conseqüências podem ser vistas em parques públicos norte-americanos por esta autora podem ser apropriados como lição, e não como paradigma, para os nossos equipamentos esportivos, que, como dito anteriormente quando falamos sobre a “bolha de turismo”, costumam ser caros para se construir, para se manter e sua utilização não costuma cobrir seus custos. Uma das lições ensinadas por Judd e por Jacobs é que estes locais, apesar de serem públicos, costumam ficar vazios a maior parte do dia, estabelecendo uma espécie de círculo vicioso que prejudica a atração deste local pelos mais diversos tipos de pessoas. Recordando novamente o ponto de que pessoas atraem pessoas Jacobs nos esclarece:

“Nas cidades, a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida. E esse é um princípio crucial não apenas para o desempenho social das cidades, mas também para seu desempenho econômico”. (idem, pág. 108)

Cabe ressaltar novamente que as conseqüências “negativas” desses exemplos não necessariamente serão as mesmas para o Rio de Janeiro, mas cabe o alerta aos estrategistas e políticos envolvidos nos jogos que estas podem ser evitadas, ao mesmo tempo em que os pontos “positivos” podem ser revisitados, aprendidos e executados, de maneira que gerem uma série de benefícios, sociais, econômicos e políticos para esta cidade.

Retornando a experiência de Jacobs com os parques urbanos esta compreende que a ligação com este tipo de espaço nada tem a ver com a renda e a ocupação das pessoas que possam vir a utilizá-lo. Um parque urbano não é necessariamente um *locus* de virtude e de vantagens para a população, para que isso possa acontecer torna-se necessária a utilização deste espaço associado aos usos reais para o qual foram destinados e influenciados pelos bairros próximos que fazem uso dele, e quanto mais as pessoas conseguirem misturar seus interesses com a diversidade de usos destes parques, mais a população irá sustentar o sucesso deste local, que assim poderá oferecer à circunvizinhança mais do que amenidades e lazer, mas também um certo sucesso econômico e social.

2.3 A função social da propriedade no espaço urbano e os valores da cidade

Devemos entender a função social da propriedade como uma função diferente do simples direito comercial ou privado. Este tem como objetivo a sustentabilidade da sociedade,

da natureza, dos recursos naturais e o bem-estar das pessoas. Em resumo podemos dizer que a função social da propriedade se cumpre de fato quando assegura condições dignas de vida, sociabilidade, trabalho e proteção aos recursos naturais, no presente e para gerações futuras.

O conceito *lato* de função social da propriedade comumente usado tem origem no conceito da função social da propriedade da terra, que no direito brasileiro possui a sua origem no Estatuto da Terra (Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964). Esta lei estabelece que a “propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente”:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;*
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;*
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;*
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (ESTATUTO DA TERRA, 1964)*

O Poder Público ainda é encarregado de promover as condições de acesso aos trabalhadores rurais à propriedade de terras produtivas, preferencialmente onde habita, além de garantir e assistir este trabalhador o direito de permanecer na terra em que trabalha, não deixando sob os auspícios das leis do mercado a distribuição de renda e de recursos.

Este conceito de função social tem o sentido de dar uma razão econômica liberal à propriedade, tornando-a por isso, uma produtora de riquezas e de bens que satisfaçam as necessidades da pessoa humana e da sociedade, com as devidas adaptações para a nossa cultura e política. Como Morse (2000) esclarece, nossa formação religiosa, política e moral têm origem no tomismo aristotélico, sendo seguido até hoje por nossas instituições e leis (inclusive no Estatuto da Terra).

A característica da racionalidade tomista se caracteriza por partir de um dado, passa a uma certa classe de coisas e retorna a este dado para análise, tendo, portanto, as características de indução e generalização. A partir desse método de análise, é possível explicar bem, por exemplo, o porquê dos ibero-americanos serem partidários da ordem social ao contrário dos anglo-americanos que partem de uma racionalidade pragmática e empírica. A função de bem estar social, inclusive em detrimento, em alguns casos, dos direitos básicos da pessoa, é

condicionante na estruturação das leis brasileiras em vários momentos, como, por exemplo, em campanhas e leis de desarmamento, dentre outros casos clássicos da primazia do bem estar da sociedade para depois a contemplação dos interesses individuais. A perseguição individual utilitarista eficiente da satisfação própria é impensável para um ibero-americano, esta deve ser perseguida socialmente e publicamente apreciada e demonstrada, ao contrário do que demonstrava Weber na Ética Protestante (2004), que as conquistas materiais e espirituais eram perseguidas e adquiridas para satisfação pessoal, familiar ou do pequeno grupo.

Podemos considerar que a função social da propriedade é um valor inerente a todo tipo de posse, incluindo as ocupações do espaço urbano. A idéia de que qualquer bem não possui um valor por si mesmo independente do seu detentor ou do que este bem venha a executar é uma característica da modernidade que nos acompanha até os dias de hoje.

Um conceito (e a aplicação deste) de função social da propriedade deverá satisfazer as necessidades da justiça distributiva assim como os valores da população que ele atenderá. A função social da propriedade pode modificar as relações de trabalho e do uso da terra, que por sua parte vem a influenciar a forma espacial do ambiente urbano, dos fluxos das pessoas, das condições de acesso aos ambientes, etc. A prática deste conceito, por exemplo, pode favorecer ou negar a remoção de favelas ou de zonas pobres, ao contrário do que aconteceu em muitos momentos do século XX no Rio de Janeiro e que hoje o Plano Diretor Decenal e o Plano Estratégico estabelecem que tal política é legalmente impossível. Muito mais que uma lei com a sua devida jurisprudência, a função social da propriedade que atenda as necessidades da população e da cidade é um valor que as pessoas cultivam entre si para melhorar a qualidade de vida do ambiente e delas mesmas.

Os valores de uma cidade são oriundos de sua população. É resultado de uma convivência diária com conhecidos e desconhecidos e com o meio ambiente, convivência essa que se estendem as todas as formas de contatos humanos, sejam eles econômicos, sociais ou religiosos. A cidade do Rio de Janeiro, como ambiente urbano, teve seus valores agregados à sua condição de capital, primeiro do Império e depois da República, situação única e peculiar que possui conseqüências marcantes no espaço e na população carioca visíveis até hoje, como nos mostra Maria Alice Rezende de Carvalho (1994) ao que os valores e ideais de formação de uma cidade que seria porta de entrada do Brasil passaram ao largo das necessidades reais de sua população, dos seus intelectuais e acadêmicos, tornando a rua e não os salões o ponto focal desta elite intelectual:

“No Rio de Janeiro, em contraste com esta trajetória, a modernização não produziu modificações significativas na estruturação da sociedade, reafirmando, outrossim, a polaridade entre la Cour et la ville, polaridade essa que passava a ganhar cores mais dramáticas no início do século XX, quando a determinação política em tornar a capital da República um cartão de visitas da nova nação emergente precisou banir das suas ruas o espectro da desordem representada pelos mulatos e pelos cortiços. Foi assim que os intelectuais cariocas, girando num espaço que não os continha e não os obrigava, e ameaçados pela ação disciplinadora que despencou sobre a ville, puderam figurar as ruas da Capital Federal como uma ambiência organizadora e educativa dos homens, afeita a uma “legalidade” e a um padrão de socialização alternativos à realidade institucional. Vale a ressalva de que a relação desta intelligentsia com a ville também não de deu de forma orgânica, pelo caminho das instituições – mas, antes, procurando a cumplicidade na “imaginação”. Tal relação, em suma, não se orientou pela busca de uma “transparência” das contradições sociais – ao contrário, moveu-se em um registro político e epistemológico de outra natureza, mais preocupado em “produzir” possíveis tradições e em imprimir direção à cidade futura, a uma cidade ideal”. (CARVALHO, 1994, págs 33 e 34)

Os primeiros governos República modernizaram o espaço urbano carioca com a intenção de contrapor o modelo de cidade do Império. Ideais positivistas de desenvolvimento técnico, científico, político e econômico criaram num primeiro momento “uma ‘fachada’ urbana na capital, que funcionasse como um cenário para as ações de defesa de novas relações econômicas e políticas” (REIS, 1994).

A renovação republicana da cidade aconteceu principalmente nas áreas centrais e nos novos bairros exclusivos às classes dominantes e abastadas. Tinha o propósito não só de rejeitar o passado monárquico, mas também uma tentativa de eliminar o que era considerado como a imagem e as mazelas da pobreza, como cortiços, epidemias, miséria, os próprios pobres e os negros.

A política de construção de espaço urbano no Rio de Janeiro início do século XX se baseou na segregação e na ordenação do espaço de acordo com os valores republicanos da República Velha. Onde antes tínhamos o aproveitamento de uma massa de mão de obra escrava próxima aos senhores, com conseqüências na cultura, na vida cotidiana e sociabilidade, a partir deste momento podemos perceber as perseguições aos centros de

cultura de afro-descendentes como terreiros de Candomblé, rodas de capoeira e de samba ao mesmo tempo em que vemos a ordenação do espaço como a construção da Avenida Central, a eliminação dos cortiços da Praça XI e a Campanha de Vacinação de Carlos Chagas que culminou na Revolta da Vacina.

O espaço deveria ser reconstruído ou readaptado para atender aos valores conscientes e programáticos dos engenheiros da República com seu realismo contestador da expressividade intuitiva, qualitativa e concreta dos conservadores da época (CARVALHO, 1994).

A mudança de regime político trouxe a tona valores insurgentes e latentes contrários ao conservadorismo oligárquico e escravocrata imperial. Como exemplos desta mudança de perspectiva com propósitos insurgentes e quase provocativos vêm ao rever que o desenvolvimento da cidade à época Imperial acontecia do Palácio Imperial para dentro do Estado, sendo as áreas costeiras destinadas aos despejos de dejetos urbanos coletados pelos escravos nas casas urbanas da cidade. Com a mudança do regime e do ordenamento da cidade estas áreas junto ao mar foram valorizadas e as áreas marginais às ferrovias foram destinadas a produção fabril e residencial dos trabalhadores destas. O interior da baía foi destinado ao porto e os antigos depósitos de lixo foram adaptados e urbanizados para a acomodação da elite nacional (REIS, 1994).

A intenção neste momento não é fazer uma revisão dos valores que transformaram a cidade do Rio de Janeiro do século XIX até o início do século XX, mas ilustrar com um exemplo pertinente ao tema desta dissertação, quais os valores dos grupos sociais, políticos e econômicos que modificaram o espaço urbano desta cidade.

A idéia principal deste trabalho é fazer um esforço teórico e conceitual que promova, ao final deste, uma crítica atual das reformas previstas que a cidade vem sofrendo, com o intuito de articular uma discussão que promova a melhoria da qualidade de vida da população da cidade do Rio de Janeiro, especificamente se as mudanças propostas em advento dos jogos de 2007 irão deixar um legado de justiça distributiva para a cidade. Com a intenção de operacionalizar tal proposta utilizaremos a metodologia de Lynch para descobrir o que seria uma boa cidade.

2.4 A Boa Forma da Cidade

O que Lynch chama de execução da cidade é a forma como a cidade se realiza como tal, ou seja, como um aglomerado populacional se faz uma cidade. Por isso, as dimensões de execução são os parâmetros escolhidos para medir a evolução da cidade e avaliar se esta possui uma boa forma. As dimensões de execução são:

“As características da execução podem ser mais gerais e mais fáceis de usar desde que a execução possa ser medida unicamente por referência à forma espacial da cidade. Mas sabemos que a qualidade de um local se deve ao efeito conjunto do local e da sociedade que o ocupa. Posso imaginar três tácticas para evitar a necessidade de tomar em consideração todo o universo nesta tentativa de medir a execução da cidade. Em primeiro lugar, podemos analisar as interligações entre a forma e o objetivo, existentes devido a certas regularidades inerentes a toda a espécie ou a todos aglomerados humanos: (...). Em segundo lugar podemos acrescentar à descrição da forma espacial de um local as instituições sociais e as atitudes mentais específicas diretamente ligadas a essa forma, e sucessivamente fundamentais para a sua qualidade, (...). No entanto, em terceiro e último lugar, temos de compreender que seria insensato estabelecer padrões de execução para as cidades se a nossa intenção é simplesmente estabelecer generalizações. (...) O que podemos generalizar são as dimensões de execução, isto é, certas características identificáveis da execução das cidades que se devem prioritariamente às suas características espaciais e que são escalas mensuráveis, ao longo das quais grupos diferentes pretendem alcançar posições diferentes”. (LYNCH, 1999, pág. 111)

Lynch considera que as dimensões de execução serão ferramentas úteis se estas forem relacionadas principalmente com a forma espacial da cidade e não com os valores propostos pelas culturas da população local. As características da forma da cidade deverão ser tão gerais quanto possíveis e devemos ser capazes de estabelecer ligações entre as características da forma e os objetivos e os valores mais importantes para qualquer cultura. Deverá se considerar ainda que o conjunto destas características deverá abranger os aspectos relevantes da forma da cidade. As dimensões de execução devem ser mensuráveis, identificáveis e independentes entre si, apesar delas serem harmoniosas entre si.

Segundo o próprio autor, devemos ter a sensibilidade de perceber que diferentes culturas e povos têm concepções diferentes de bem estar, ou, no nosso caso, das qualidades que um aglomerado populacional deve ter, devido a isso, as generalizações se fazem necessárias. Mas o autor, apesar de reivindicar as generalidades de suas propostas de dimensões de execução, não foge da tradição que ele gostaria de manter para si.

Lynch apresenta critérios e meta-critérios de mensuração com fortes tendências liberais e utilitaristas. A “boa cidade” para ele é um lócus de desenvolvimento e da satisfação das necessidades físicas, materiais, culturais e emocionais do indivíduo e do grupo. Sua teoria enraíza o pensamento liberal na construção e transformação do espaço da cidade, onde, apesar de apelar para a generalização de critérios universais e abstratos, em verdade, só torna interminável o debate em torno de uma teoria da boa forma da cidade, pois podemos chegar a níveis de generalização amplos ou complexos os não chegar a nenhum denominador comum. E com relação a configuração da pessoa humana dentro do espaço da cidade, os critérios e meta-critérios não foram capazes de fechar um debate sobre a natureza, as necessidades e os princípios dos cidadãos, ou seja, como pessoas que vivem e que produzem no espaço e num aglomerado populacional específico. Por fim Lynch utiliza um sistema liberal para a construção da sua “boa cidade”, sendo que esta boa cidade é aquela que oferece uma infraestrutura básica, além de compensações e intitamentos para o desenvolvimento pessoal e individual da pessoa.

Lynch coloca o que seria uma boa cidade, configurada a partir da sua teoria, ao dizer que o bem fundamental de uma cidade é o “desenvolvimento contínuo do indivíduo ou do pequeno grupo e da sua cultura” (LYNCH, 1999, pág. 115/116).

2.4.1 O que é a forma e como se constrói essa forma

No objetivo de construir uma teoria “evoluída” das cidades, que seja ao mesmo tempo normativa e explicativa, Lynch adota a teoria normativa como campo de estudo, pois esta trata das “ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma dos aglomerados populacionais, ou de como se reconhece uma boa cidade quando se encontra uma. (idem, pág. 43)”.

A sua teoria normativa necessita de certos requisitos básicos para se tornar útil aos propósitos da cidade. Esta deve partir do comportamento, das imagens e sentimentos, além de lidar com a forma e as características da cidade e não ser uma aplicação de outras áreas. A teoria normativa deverá ligar ainda valores universais da sociedade a sua forma e as ações e práticas desta forma, e ainda ser capaz de suportar as diferenças e os interesses das pessoas atuais e futuras, além de ser simples, flexível e divisível para serem tomadas decisões rápidas e acessíveis a todos, para que assim surjam novas possibilidades de forma para a cidade.

2.4.2 Uma teoria sobre a forma da cidade e as dimensões de execução

Na teoria normativa de Lynch sobre a boa forma da cidade existem cinco dimensões básicas:

1. Vitalidade: o grau em que a forma do aglomerado populacional suporta funções vitais, os requisitos biológicos e as capacidades dos seres humanos – acima de tudo, como protege a sobrevivência da espécie. É um critério antropocêntrico, apesar de um dia podermos analisar como o ambiente suporta a vida de outras espécies, mesmo quando isso não contribui para a nossa própria sobrevivência.
2. Sentido: o grau em que um aglomerado populacional pode ser compreendido e mentalmente diferenciado e estruturado no tempo e no espaço pelos seus residentes, e o grau em que essa estrutura mental se liga com os seus valores e conceitos – a correspondência entre o ambiente, as nossas capacidades mentais e sensoriais e as nossas construções culturais.
3. Adequação: o grau em que, num aglomerado populacional, a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos correspondem ao padrão e à quantidade de ações em que as pessoas normalmente se envolvem, ou que se querem envolver – ou seja, a adequação dos cenários comportamentais, nomeadamente a sua adaptabilidade a ações futuras.

4. Acesso: a capacidade de alcançar outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, incluindo a quantidade e a diversidade dos elementos que podem ser alcançados.
5. Controle: o grau em que a utilização e o acesso a espaços e atividades, e a sua criação, reparação, modificação e gestão são controlados por aqueles que os usam e neles trabalham ou residem.

Apesar de estas cinco dimensões abrangerem as principais qualidades de um aglomerado populacional, Lynch ainda acrescenta dois meta-critérios, que sempre atravessa a qualquer lista de elementos positivos.

6. Eficiência: o custo, em termos de outros elementos valorizados, da criação e da manutenção do aglomerado populacional, para qualquer dos níveis de concretização das dimensões ambientais anteriormente listadas.
7. Justiça: o modo como os benefícios e os custos ambientais se encontram distribuídos pelas pessoas, em conformidade com alguns princípios específicos como a igualdade, a necessidade, o valor intrínseco, a capacidade de pagamento, o esforço despendido, a contribuição potencial, ou o poder. A justiça é o critério que equilibra os ganhos entre as pessoas, ao passo que a eficiência equilibra os ganhos entre diferentes valores.

Os meta-critérios diferem dos critérios por atravessarem estes, ou seja, fazem parte da sua constituição e objetivo, por exemplo, no critério de acesso, que é capacidade de poder alcançar algo ou alguém que se deseje dentro do espaço, cabe perguntar: qual é o custo desse acesso ao que se deseja e quem ganha e quanto ganha com esse acesso? O mesmo pode e deve ser feito com os demais critérios. Mas antes de se fazer esta pergunta, cabe ressaltar que os custos de criação e manutenção e os benefícios devem ser definidos através da especificação de dos valores previamente acordados.

Utilizaremos a teoria de Lynch para a construção de uma boa cidade por acreditar que estes critérios e meta-critérios de execução serem suficientes para a proposta desejada, porém, não da maneira como se apresentam. Minha proposta será avaliar, na medida do possível, a validade desta teoria para a realidade brasileira e carioca e caso seja necessário propor mudanças no padrão, na forma e na utilização destes critérios para melhor mensurar o projeto do Pan2007.

Agora farei a demonstração e as críticas necessárias dos critérios e meta-critérios da teoria da boa forma da cidade, com as propostas das suas devidas adaptações para o caso e realidades brasileiras.

2.4.3 Os critérios de execução

2.4.3.1 - Vitalidade

Para Lynch a vitalidade é uma medida de execução que visa mensurar a capacidade do ambiente em servir de suporte de vida à saúde das espécies que ali vivem, as atuais e futuras. Lynch enumera três características fundamentais para que o ambiente seja adequado para a manutenção da vida: sustentação, segurança e consonância. O que este autor chama de sustentação são recursos necessários para a manutenção da vida, ou seja, água potável, comida, energia e ar limpos, e a produção industrial não pode impedir a manutenção das formas de vida. Uma cidade é segura quando os riscos tóxicos e as doenças são controlados e não chegam a ameaçar a vida das pessoas. Por fim, a consonância são os estímulos sensoriais que o ambiente oferece e estes não devem sobrecarregar e nem faltar, ou seja, retornamos a discussão de Simmel sobre o ambiente citadino, que pela sua natureza característica provoca a reserva e o fenômeno blasè nas pessoas que habitam em tal ambiente.

O conceito de vitalidade, ou seja, um ambiente saudável ao ser humano enquanto ser biológico e que forneça as condições de sobrevivência e desenvolvimento das espécies dentro do habitat nos ajuda a construir uma teoria para construir uma boa cidade, porém, da forma como o critério de vitalidade é apresentado não corresponde mais a realidade política, cultural e social do mundo no século XXI.

As metodologias de pesquisa e os conceitos sobre ecologia e a relação do ser humano com a natureza foram melhor trabalhadas e difundidas por algumas conferências mundiais e por estudos de grande impacto, que tiveram consequências na formulação de tratados e na teorização sobre do assunto. Lynch utiliza o material teórico disponível sobre ecologia e meio ambiente para formular sua teoria sobre a boa forma da cidade. Poderia ousar e arriscar que sua formulação de Vitalidade sofreu fortes influências da Conferência de Estocolmo de 1972 e do primeiro Relatório do Clube de Roma, Limites do Crescimento, já que as formulações

sobre manutenção e sustentação de Lynch são muito similares a estes marcos paradigmáticos sobre o tema.

Cabe aqui fazer algumas distinções conceituais sobre termos que serão utilizados neste trabalho para ajudar na crítica e na adaptação do critério de vitalidade de Lynch para as propostas atuais de qualidade ambiental.

O termo Sustentação (ou Manutenção) é largamente utilizado num estudo patrocinado pelo Clube de Roma chamado Limites do Crescimento (MEADOWS, 1973). Tanto o termo Sustentação como o termo Sustentabilidade, são usados para designar sustentação ou manutenção. A evolução do conceito de Sustentabilidade nos levou a superar o simples entendimento de que a natureza tem de ser preservada para manter as formas de vida biológicas existentes no ecossistema.

O objetivo central do estudo é criar um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, como manter ao longo do tempo um modelo mundial estabilizado apostando no desenvolvimento tecnológico, no uso controlado do capital, controlando a população, os recursos naturais renováveis e principalmente os não-renováveis, terminando assim com o crescimento exponencial do capitalismo antes que este acabe com a humanidade.

Os termos chaves das questões apresentadas são controle, administração e gerência dos recursos da natureza, da população e do capital, através de mecanismos coercitivos se necessário, mas respeitando as tradições e os costumes das nações. A formulação central, apesar da simplicidade foi bastante controversa e revolucionária para o seu tempo: através do controle do aumento da população, da limitação do uso de capital ao necessário, da devida administração da natureza e uma aposta nos milagres da tecnologia, sendo esta última alavancada pelo ócio e ilustração da parcela da população não envolvida diretamente na produção, conseguiremos contornar a destruição do planeta em pouco tempo.

Apesar deste estudo não constar nas referências de Lynch ao escrever “A Boa Forma da Cidade” toda a obra está claramente impregnada com os resultados da Conferência de Estocolmo de 72 e dos resultados do estudo do Clube de Roma.

O conceito de sustentação para a vitalidade do planeta e das espécies foi aprimorado e melhor debatido através de mais estudos e conferências internacionais, até chegarmos a uma multiplicidade de variantes do termo Desenvolvimento Sustentável, que vem a responder a uma série de questões não colocadas e por isso não conhecidas por Lynch.

Uma definição de Desenvolvimento Sustentável nos diz que a política de sustentabilidade, “por outro lado, supõe uma transformação estrutural nos próprios padrões de produção e consumo, gerando modelos de sociedade que possam, no seu funcionamento cotidiano, garantir e reforçar, por tempo indeterminado, a sobrevivência ecológica e o desenvolvimento qualitativo da vida humana no espaço concreto do planeta e de suas diferentes regiões. (...). A confluência desse conjunto de sustentabilidades representa a busca por um modelo de desenvolvimento, na verdade um modelo de sociedade, que seja sustentável no sentido pleno da palavra” (PÁDUA, 2003). O conceito de Desenvolvimento Sustentável da maneira como o conhecemos possui a característica de universalizar os problemas e de criar respostas e soluções para os problemas ambientais a partir do consenso dos diversos personagens envolvidos, por mais ou menos influentes que estes sejam. Se definir e conceituar o que é Desenvolvimento Sustentável se torna um desafio, pelo menos teremos a clareza de que ele se propõe a resolver e a partir daí criar as soluções que sejam globais.

A noção de Lynch de vitalidade está relacionada numa relação apenas de aproveitamento eficiente dos recursos naturais e nos riscos ambientais da produção industrial, quando, em verdade, seria mais proveitoso acreditar numa relação harmoniosa com o meio ambiente, ou seja, do ser humano e da sociedade como sendo partes deste ecossistema. A simples manutenção da vida ou mesmo a exigência de um ambiente salutar permite, de acordo com a idéia de vitalidade de Lynch, a sobrevivência das sociedades no limite da saturação ambiental, sendo exatamente este ponto que o conceito de desenvolvimento sustentável proposto deseja modificar. Não precisamos viver nos limites da sobrevivência para subsistir neste planeta, pois qualquer mudança no perfil da base tecnológica ou nos tamanhos das populações pode superar a capacidade desta saturação e tornar o ambiente insalubre às condições de vida aceitáveis para o ecossistema e às culturas humanas. Neste ponto o conceito de desenvolvimento sustentável deu um avanço aparentemente simples, mas de grandes conseqüências futuras, pois propõem um conceito mais fechado e acabado sobre a responsabilidade intergeracional na formulação de políticas, nas construções ou nos aproveitamentos de espaços e dos recursos.

A idéia de uma sociedade que não só elimine a pobreza, mas reforce a condição cidadã, é condição peremptória para a formulação de políticas que visem o desenvolvimento sustentável de uma região, pois, além da responsabilidade intergeracional, esta estará

preocupada com as necessidades daqueles que estão de certa forma marginalizada e excluída, ou que não possuem posição representativa ou ainda que não são devidamente representados.

Uma boa cidade não deverá apenas ser um ambiente destinado à sobrevivência das espécies, ela possui uma função política que promoverá ao mesmo tempo um ambiente salutar a sobrevivência como ao desenvolvimento sustentável que promova uma melhor interação entre as pessoas e um processo político mais justo, onde as desigualdades gerem resultados benéficos a todos.

2.4.3.2 - Sentido

Lynch explica sentido como:

“(...) a clareza com que ele pode ser apreendido e identificado, e a facilidade com que seus elementos podem ser ligados acontecimentos e locais numa representação mental coerente com do tempo e do espaço, e o modo como essa representação pode ser ligada a conceitos e a valores não espaciais. Esta é a união entre a forma do ambiente e os processos humanos de percepção e de cognição. Demasiadas vezes mal definida e, portanto omitida com alguns lamentos piedosos, esta qualidade está na base dos sentimentos pessoais acerca das cidades. Não pode ser analisada senão como interação entre pessoa e o local. A percepção é um ato criativo e não de recepção ativa.”. (LYNCH, 1999, pág. 127)

O autor ainda entende algumas variações do conceito de sentido, como, por exemplo, a identidade, que vem a diferenciar determinado local de outras regiões, sendo reconhecida pelas pessoas pela sua singularidade ou pelas lembranças que venha a trazer e que só poderiam ser realizadas neste determinado local. Exemplos disso no Rio de Janeiro temos em lugares como o Maracanã, O Pão de Açúcar, a praia de Copacabana, dentre outros.

Outra variação apontada pelo autor é o que ele chama de “sentido de ocasião”, ou seja, os acontecimentos podem gerar alguma forma de identidade para a localidade, como celebrações e grandes festivais. Exemplos deste tipo de sentido no Rio de Janeiro têm com o carnaval e a queima de fogos na virada do ano.

Estes dois ajudam a criar a personalidade de uma localidade e a formar um presente que possa ser vivido por aqueles que ali habitam ou passam. Não é simplesmente “fazer parte da paisagem”, mas sim ser um dos aspectos dinâmicos do reconhecimento não só das localidades, mas das pessoas que ali estão.

A estrutura formal também é constituinte do critério de sentido adotado pelo autor. Este elemento implica, numa cidade grande o sentido de orientação, ou seja, “saber onde (ou quando) se está, implica em saber como outros locais (ou tempos) estão ligados a este local” (LYNCH, 1999, págs. 128). Ainda segundo o autor, o tempo e o espaço, ambos os elementos da forma, podem ser padronizados e reconhecidos por si próprios através da identidade e da estrutura.

Há ainda algumas qualidades do sentido que nos ajudam a ligar a forma da cidade com aspectos cotidianos, e estes são a congruência, a transparência e a legibilidade. Estes componentes do sentido são as ligações entre a forma da cidade e os valores e conceitos não espaciais desta população. A congruência é a correspondência entre o puramente formal da estrutura ambiental com a estrutura não espacial (idem, pág. 131). A transparência ou “proximidade” é o grau em que cada um pode compreender diretamente a operação de várias funções técnicas, atividades e processos sociais no seio do aglomerado populacional (idem, pág. 134). A legibilidade é o grau em que os habitantes de um aglomerado populacional conseguem comunicar bem uns com os outros através das suas características físicas simbólicas (idem, págs. 134/5).

Por fim Lynch arrisca uma “proposta geral”:

“um local bom é aquele que, de algum modo adequado à pessoa e à sua cultura, consegue tornar essa pessoa consciente da sua comunidade, do seu passado, da teia da vida e do universo do tempo e do espaço em que estes integram. Estes símbolos são específicos da cultura em causa, mas também assentam em experiências da vida comum como calor e o frio, o seco e o molhado, o escuro e o luminoso, o alto e o baixo, o grande e o pequeno, o vivo e o morto, o movimento e a quietude, o cuidado e a negligência, o limpo e o sujo, a liberdade e a restrição” (LYNCH, 1999, pág. 137).

2.4.3.3 - Adequação

Para Lynch a:

“adequação de um aglomerado populacional está relacionado com o modo como o seu padrão espacial e temporal corresponde ao comportamento habitual dos seus habitantes. É a correspondência entre a ação e a forma nos seus cenários comportamentais e nos seus circuitos de comportamento. Portanto, podemos perguntar se o edifício de uma fábrica, as máquinas que se encontram no seu interior, e o modo como esses espaços e elementos são colocados em uso, são um bom sistema para atingir a produção a que a fábrica se dedica” (LYNCH, 1999, pág. 145).

A adequação para Lynch pode ser entendida como um critério cultural embebido de eficiência, ou seja, é dependente dos comportamentos, das expectativas e dos hábitos da população que tem por objetivo o desenvolvimento dos seus membros. A adequação precisa estar em comunhão não só com os aspectos culturais, torna-se necessária a adequação ao ambiente físico e da proposta de transformação. Todos têm a perder, por exemplo, com um empreendimento historicamente poluidor do ambiente e que ocupa uma área extensa e de uso privado que auxilia na especulação imobiliária ao seu redor.

Lynch entende que a cultura é compartilhada por todos num determinado aglomerado populacional, e por isso deixa de lado a pluralidade oferecida atualmente em cidades globais, sua fé em um *folksgeist* acaba gerando uma distorção que não é possível se aceitar nas sociedades em que vivemos.

Lynch peca nesta sua obra pelo excesso de generalismo que emprega para entender e avaliar um aglomerado populacional. Segundo esses padrões universais de avaliação de execução não há distinção entre uma pequena cidade interiorana e mega-cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

O esforço que iremos empreender ao utilizar o critério de adequação para avaliar a execução de um projeto como o Pan2007 será de tentar compreendê-lo dentro do contexto em que ele está inserido. Discutimos algo semelhante quando apresentamos a teoria de Jacobs sobre a utilização dos parques públicos, quando a utilização destes dependia daqueles que o usavam, com relação a adequação Lynch faz um esforço similar ao dizer que é impossível medir a adequação se ignorarmos a cultura local, ou seja, o espaço adequado é aquele que

preenche as necessidades dos que o utilizam, apesar de ser possível perceber a inadaptação dos ambientes sem que saibamos o que provoca tal fenômeno.

O autor sugere duas formas de se observar a adequação. A primeira consiste em observar a ação das pessoas num local para verificar como correspondem as ações públicas às características do local. O segundo método consiste em fazer perguntas aos próprios utilizadores, cujo sentido de ajustamento de um local é a medida final da sua adequação. Ambos são métodos de avaliação *a posteriori* ao empreendimento e vale a sugestão para pesquisas futuras, mas podemos empreender um esforço de pesquisar experiências anteriores sobre o tema para que esta lição não fique no vazio.

Para Lynch um local bem adaptado “é aquele em que a função e a forma estão bem adequadas uma à outra” (LYNCH, 1999, pág. 159). Esta pode ser conseguida através da adaptação do local a alguma atividade, vice-versa ou em ambas ao mesmo tempo. Contudo a história carioca mostra que adequar função a forma (ou a forma função) não foi necessariamente um problema, pelo contrário, como esclarece Maria Alice Rezende de Carvalho:

“A idéia de modernização que prevaleceu na produção intelectual carioca esteve ligada a constituição de um novo pacto político republicano, que deveria encontrar na Capital Federal o cenário para a sua realização. A remodelação da Capital Federal de Passos foi a expressão material do embate entre a velha elite agrária fluminense e as novas forças de tendências republicanas. A urbanidade carioca se baseou em “manuais de conduta capazes de modelar a subjetividade do carioca moderno, sem que o individualismo de matriz utilitária inscrevesse fortemente os símbolos da autonomia, da racionalidade instrumental e da ética do trabalho entre os habitantes da Capital republicana” (CARVALHO, 1994, página 37).

Esse mesmo processo de modernização, revitalização e remodelação da República não considerou a incorporação dos cortiços e dos seus moradores à cidade. Não fazia parte dos planos desta modernidade à brasileira nem mesmo a incorporação dos intelectuais que formaria a o corpo intelectual desta mudança, ficando estes as mesmas intempéries dos moradores dos cortiços no que diz respeito à formação de uma cidade a partir dos seus moradores. Este mesmo progresso, de grandes avenidas e limpeza urbana, não tinha nenhuma

proposta de condicionar a “experiência dos homens a uma nova ética social de caráter universalista” (CARVALHO, 1994, pág. 41).

Em nosso caso específico, torna-se necessário pensar, com base na nossa própria história, que a simples a adaptação das funções a forma ou vive-versa, pode até ser benéfico a cidade como um todo, mas pode vir a se tornar injusta se não considerar as necessidades, anseios ou expectativas dos moradores das redondezas das áreas onde se efetuarão as maiores transformações.

O próprio Lynch sugere duas formas de medir a adaptabilidade:

“A primeira é a capacidade de manipulação: a medida em que um cenário de comportamento pode ser alterado atualmente na sua forma ou uso, de maneira fácil e crescente, e se essa capacidade de resposta pode ser mantida no previsível futuro próximo. (...)

Como tal, a segunda medida restrita da adaptabilidade relaciona-se com a necessidade de evitar futuros becos sem saída, e pode ser designada por reversibilidade, ou, menos desajeitadamente, por elasticidade”(LYNCH, 1999, págs. 163/164).

A idéia dessas medições pode ser descrita com a visão do Complexo Esportivo do Maracanã, que para muitos é a concretização factual de um “elefante branco” ao passo que para outros é “o templo maior do futebol”.

Inaugurado no dia 16 de junho de 1950, com capacidade para mais de 120.000 pessoas, este estádio veio concretizar os anseios da população para um local de referência a um esporte que se tornava cada vez mais comum e nacional e sob pressões da imprensa esportiva da época.

Indubitavelmente o Maracanã faz parte do cenário da cidade do Rio de Janeiro, sendo um dos seus cartões postais e um grande centro de visitação por turistas. É um local de fácil acesso por vários meios de transporte públicos, sendo problemática a ida com automóvel por falta de local para estacionar, mas fica relativamente perto dos dois aeroportos da cidade. Tanto o Maracanã quanto o Maracanãzinho, além das disputas esportivas, foram e são palcos para vários shows, espetáculos e celebrações religiosas.

Mas o mais peculiar sobre este complexo esportivo é a sua falta de condições de sediar eventos internacionais oficiais. Somente agora o Estádio Mário Filho está sofrendo reformas para sediar alguns jogos do Pan2007. O parque aquático Júlio Delamare e o Estádio de Atletismo Célio de Barros não podem sediar disputas de natação e atletismo devido a “problemas técnicos” de engenharia que os deixam de fora dos padrões internacionalmente estabelecidos.

Em resumo, se fossemos medir a adequação do Complexo Esportivo do Maracanã, segundo a proposta de Lynch, poderíamos dizer que o Maracanã mudou a maneira como o carioca se relaciona com a cidade, principalmente com relação ao esporte, principalmente com o futebol, sendo parte integrante de roteiros turísticos, do destino de torcedores, etc., e com uma boa capacidade de resposta da população, não só ao Mário Filho, mas com relação a todo o complexo. Alguns inconvenientes existem, além dos acima citados, como a violência nos dias de grandes eventos ou a má iluminação e a baixa frequência de pessoas circulantes ao entorno do complexo esportivo em certos horários.

Entretanto Lynch nos fornece mais duas lições ao argumentar que as formas de uma cidade devem ter um mínimo de capacidade de manipulação pois reconhecemos que ao longo do tempo os comportamentos podem ser alterados, modificando a forma e o uso dos cenários urbanos. Essa capacidade de resposta dos ambientes pode ser prevista, pois podemos adaptar os cenários as necessidades futuras, como transformar o Maracanã ou a Apoteose em palcos para shows para os quais não foram originalmente planejados. A segunda lição é a de evitar “becos sem saída” ou o comumente conhecido “elefante branco”, ou seja, empreendimentos que não podem ser modificados caso as necessidades da população mudem.

2.4.3.4 - Acesso

O acesso para Lynch pode ser entendido como todo recurso que possa levar ao desenvolvimento individual e comunitário de um aglomerado populacional.

Para este autor as formas de acesso podem ser classificadas de acordo com o que se busca, como acesso a outras pessoas para os relacionamentos pessoais e sociais, o acesso as atividades humanas como serviços ou o trabalho; acesso a recursos materiais e infra-estruturais de uma cidade como água, energia e locais específicos e também o acesso a informação. Por isso um sistema de transporte eficiente pode ser um recurso propulsor para o

desenvolvimento da cidade ou mesmo pessoal e caso contrário pode gerar problemas de ordem estrutural e social, como trabalhadores que preferem dormir sob marquises durante a semana do que ter gastos excessivos com dinheiro, tempo e esforço no deslocamento de casa para o trabalho e vice-versa.

O acesso não pode ser medido apenas numa relação de eficiência ou custo-benefício aos elementos que se quer alcançar. A diversidade possui um importante papel na construção de uma boa qualidade de vida na cidade. O acesso à diversidade destes elementos acessíveis, de pessoas, objetos e serviços, melhora a adequação do ambiente as reais necessidades das pessoas que o procuram. O acesso é uma variável comparável a outros aglomerados urbanos desde que guardada as devidas proporções, além de ser é um dos componentes da adaptabilidade.

Na seção 2.4.4 (Justiça Distributiva na Cidade) tratarei a abordagem de Amartya Sen na visão de Vita (1999) em que este procura demonstrar que o “desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” em comparação a outras metodologias, como a de Rawls onde este busca a igualdade de oportunidade e a distribuição justa do esforço da sociedade na produção e na qualidade de vida.

2.4.3.5 - Controle

Controle para Lynch é o direito que toda pessoa ou grupo de pessoas tem sobre o espaço. O controle para este autor se aproxima a um direito natural sobre a propriedade conquistado principalmente pelo trabalho, mas incluindo neste mesmo sentido o controle adquirido pela lei, pelo contrato ou pela cultura.

São considerados cinco tipos de controle para a construção do critério controle na formulação da metodologia de mensuração da boa forma da cidade. A primeira é o direito espacial “da presença”, isto é, o direito que toda pessoa tem de ocupar um determinado espaço acrescentando quando necessário o direito de excluir os demais. O segundo direito seria o usufruto do espaço sem apropriação do mesmo. O terceiro direito seria o da apropriação em si, que pode ser utilizado em benefício dos seus detentores. O quarto tipo de direito sobre o espaço é o da modificação, ou seja, modificar o ambiente como quiser, desde que não cause danos permanentes ou incomode os vizinhos. E por fim, o direito da disposição, que pode ser

entendida como a capacidade de oferecer os direitos sobre o espaço (LYNCH, 1999, págs. 195 e 197).

Seria prudente retornar à discussão da função social da propriedade, que Lynch não aborda como parte da construção deste critério. A compreensão de Lynch sobre a utilização do espaço está baseada no contexto cultural anglo-americano (MORSE, 2000) em que está inserido, orientada pelo contrato entre partes interessadas no benefício comum, onde o próprio Estado é entendido como um contrato social deste tipo. Contudo, o contexto cultural em que estamos inseridos é o ibero-americano (idem), o que por sua parte torna a presença do Estado obrigatória para oficializar ou mesmo arbitrar qualquer tipo de controle, direito ou mesmo posse.

As diferenças se fazem presentes e devemos torná-las claras. Ao ponto que Lynch nos diz que a congruência entre o utilizador e o controlador do espaço é peça fundamental para a melhor adequação futura e maior segurança, satisfação e liberdade dos usuários, dando a certeza de que as pessoas compreendem o sistema de controle dando-as a tranquilidade da previsibilidade e da segurança, já que elas fazem parte do processo de construção e legitimação do controle. No caso ibero-americano a legitimidade é dada pelos representantes eleitos ou nomeados que trabalham a partir da estrutura estatal, nesse caso a presença do Estado é forte pois as pessoas se reconhecem e legitimam apenas aquilo que está oficializado pelo poder coercitivo.

A função da propriedade para Lynch não precisa ser social, podendo as partes interessadas usufruir benefícios privados caso assim lhes interesse. No caso brasileiro a propriedade possui uma função social anterior aos seus detentores, tendo estes que “contribuírem” ao interesse “coletivo” (ou seja, o Estado) quando estes se tornam possuidores de bens de qualquer natureza. Um exemplo simples que podemos mostrar é o direito de uso do subsolo. Na anglo-américa se a pessoa descobrir um poço de petróleo nas suas terras ela pode fazer o que bem entender com essa descoberta, desde contratar uma empresa especializada em perfuração e extração e ganhar os dividendos acertados em contrato até mesmo não fazer nada, se assim for do seu agrado. No Brasil a Constituição esclarece que o direito de uso do subsolo é de âmbito federal. Seja o que for o que a pessoa encontre embaixo de suas terras, estes são de direito da União, que no caso oferece uma quantia indenizatória ou parte dos lucros ao antigo dono, dependendo do que estiver disposto em lei específica sobre o assunto.

Toda a metodologia de construção do controle sobre o espaço de Lynch está baseada na comunicação entre as partes, no contrato firmado entre estas e nas adaptações que este contrato deverá sofrer com a evolução dos utilizadores deste espaço. Seria difícil para um ibero-americano realizar tal empreitada sem a presença marcante e por vezes exclusiva do Estado. Podemos pensar em outro exemplo para distinguir as formas de controle sobre o espaço quando nos questionamos sobre as diferenças do uso legítimo da violência. Na anglo-américa o representante do uso legítimo da violência e do controle local da lei e da ordem pública é o Xerife. Como já dissemos anteriormente, os anglo-americanos entendem que o Estado é um contrato social firmado entre partes livres e interessadas no benefício comum. Nesse caso as partes são livres para eleger através do voto uma pessoa capaz de manter a lei e a ordem pública. O Xerife assina um contrato com a unidade administrativa representativa oficial da população (o condado/county) e este se torna obrigado por contrato (e não por lei) a exercer os controles limitados por lei. Na ibero-américa o representante do uso legítimo da violência para controle local da lei e da ordem pública é o Delegado. O processo de legitimação do uso da violência é dado por processos burocráticos estatais, começando pelo concurso público, passando pelo treinamento até a finalização com a investidura do cargo. O Delegado assume o compromisso de ser o representante oficial do Estado, usando desta forma as atribuições previstas em lei, a norma nesse caso não possui um papel limitador e sim discricionário das funções que este deverá exercer.

Todos os indicadores que utilizaremos para mensurar o controle na forma como nós (ibero-americanos) entendemos, deverão passar pela compreensão que temos sobre o tema. O entendimento ibérico de Estado não está baseado no contrato social, seja ele hobbesiano, lockeano ou rousseauiano, mas sim na compreensão orgânica da sociedade, onde geralmente as pessoas se aglutinam em torno de um líder personalista, carismático ou tradicional, buscando geralmente desenvolver as culturas tradicionais de valores familiares, protecionismo e de clientelismo, legando ao Estado a função mantenedora da ordem e do desenvolvimento público, situação na anglo-américa legada o povo. Enquanto a Jane Jacobs (2000), uma norte-americana, acredita e promove a possibilidade de olhos direcionados para a rua para a proteção e segurança desta, ou seja, o controle do local sendo feito pela própria população, no Brasil tendemos a acreditar que uma rua segura é aquela que oferece o policiamento e a iluminação adequados, dois recursos oferecidos exclusivamente pelo Estado, como nos respondeu Maria Alice Rezende de Carvalho, uma brasileira.

2.4.3.6 - Eficiência e Justiça

Podemos entender como *eficiência*, na teoria administrativa, o maior rendimento global com o menor dispêndio total possível, em outras palavras, procura-se ter o melhor produto ou serviço, no menor tempo, de preferência, em maior quantidade, com o menor custo possível.

Para Lynch a eficiência é um critério de equilíbrio

“A eficiência é o critério de equilíbrio: relaciona o nível de concretização numa execução com uma perda numa outra. As eficiências dos aglomerados populacionais só podem ser comparadas através da observação de qual delas atinge o melhor nível numa dimensão, tendo em conta uma quantidade fixa de outros valores despendidos ou concretizados. Uma vez que os valores que integram o cálculo, não são objetivamente coincidentes uns com os outros (por exemplo, dinheiro versus imagem ambiental clara), as comparações “objetivas” da eficiência só podem ser feitas quando todos os custos e benefícios, à exceção de um, se mantiverem constantes. Podem fazer-se sempre comparações subjetivas entre essas variações mais complexas. Fazemos escolhas deste gênero todos os dias. Podemos explicitar essas escolhas necessárias, mas não as podemos medir” (LYNCH, 1999, pág. 211).

Na construção de uma forma que atenda as necessidades de sua população a cidade deverá procurar padrões baratos e menos consumidores de recursos naturais ou de produtos industrializados.

Limitar a termos econométricos a avaliação da eficiência da cidade pode gerar distorções nos planejamentos futuros para este espaço. Lynch sugere para resolver esta questão fazer uma lista das áreas onde as dimensões de execução entram em conflito, podendo estes elementos ser os mais “inovadores” e sobre os quais possamos fazer os cálculos da eficiência.

O próprio autor não se alonga muito na discussão sobre a função da eficiência na cidade ou de como esta deve ser precisamente medida, deixa apenas umas considerações gerais sobre o conceito e deixa a cargo do leitor a execução com os parâmetros gerais dados.

A época da publicação do livro “A Boa Forma da Cidade” o mundo anlgo-saxão já vivia as primeiras tentativas de reforma do Estado pelo New Public Management. Essa onda de remodelação do Estado teve sua primeira face aqui no Brasil com Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995, de Bresser Pereira. Com isso podemos considerar que o Brasil já possui uma história de pelo menos dez anos no esforço de fazer uma administração pública responsável e eficiente. Considerando leis como a de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), emendas constitucionais como a nº19 e as reformas até então executadas.

Na administração brasileira o termo eficiência foi introduzido na Constituição, especificamente no artigo 37, pela Emenda Constitucional nº19, de 4 de junho de1998. A introdução da eficiência como princípio norteador da administração pública brasileira era parte do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995. Neste, Bresser Pereira define as principais características da nova administração pública gerencial, tendo como foco da ação estatal o atendimento do cidadão-cliente, no controle de resultados e nos contratos de gestão.

Serão utilizados neste trabalho prioritariamente os indicadores de eficiência que venham consolidados pelas reformas administrativas e gerenciais amadurecidos nos últimos dez anos. Isso visa facilitar a utilização dos dados, pois utilizarei dados secundários já amadurecidos ao invés de dados primários inovadores mas sem a garantia de que indicar precisamente aquilo que desejamos.

Lynch reforça a sua tese da necessidade do meta-critério de eficiência com a utilização concomitante do meta-critério de justiça:

“Apesar de a eficiência tratar do modo como se distribuem os custos e os benefícios num grupo qualquer, entre os vários tipos de valor, a justiça é o modo como os custos e benefícios de todos os tipos se distribuem pelas pessoas. Uma distribuição justa é variável consoante as diferentes culturas”. (LYNCH, 1999, pág. 214)

Lynch também não se aprofunda nas questões de justiça dentro do espaço urbano, tentarei fazer isso aqui aprofundando as questões propostas do Rawls na sua Teoria de Justiça, a seção a seguir tratará especificamente disto.

De qualquer forma Lynch utiliza três dispositivos simplificadores para amenizar as diferenças e favorecer a igualdade, favorecendo desta forma a justiça dentro do aglomerado populacional. O primeiro visa estabelecer alguns patamares mínimos ou satisfatórios de igualdade. O segundo dispositivo são regras da igualdade nos produtos que parecem ser fundamentais para a obtenção de outros produtos. O terceiro pode ser alguma estratégia do tipo “maximin” da teoria da decisão ou o “princípio da diferença” de Rawls.

A seção seguinte dará uma atenção maior sobre a questão da justiça e especificamente ao nosso interesse de justiça distributiva. Ao ponto que Lynch apenas levanta a questão da necessidade de utilização de uma metodologia de justiça, neste trabalho esta se torna uma preocupação central, pois trataremos de investigar se o Pan2007 irá deixar um legado de justiça distributiva para a cidade.

Depois de todo um esforço conceitual para criar critérios de mensuração da execução da cidade Lynch (1999) consegue resumir sua metodologia do que seria uma boa forma na cidade:

“Então, o que é a boa forma da cidade? Podemos agora, finalmente, dizer as palavras mágicas. É vital (sustentada, segura e consoante); é sensível (identificável, estruturada, congruente, transparente, legível, reveladora e significativa); é bem adequada (tem uma correspondência íntima entre a forma e o comportamento que é estável, manipulável e flexível); é acessível (diversificada, igualitária e pode ser gerida localmente); é bem controlada (congruente, segura, responsável e inteiramente livre. E todas essas características são alcançadas com eficácia e justiça internas. Ou, nos termos mais gerais (...), é um local contínuo, bem ligado e aberto que conduz ao desenvolvimento” (pág. 222/223).

2.4.4 Justiça Distributiva e a Cidade

Nesta parte serão trabalhadas especificamente as questões relativas a teoria da justiça e serão apresentados resumidamente os princípios da teoria de justiça de Rawls e um pouco mais detalhadamente as suas considerações sobre justiça distributiva. Esta seção poderá ser encarada como o coração conceitual da dissertação, pois aqui trataremos dos marcos conceituais de maior impacto sobre as conclusões.

A teoria escolhida como marco conceitual deste trabalho é a teoria da justiça de John Rawls apresentada primeiramente em 1971, no seu trabalho *A Theory of Justice*. A grande diferença entre esta obra e todas as anteriores na história da filosofia era a sua concretude, ou seja, ela previa e indicava quais as condições para a realização plena de seus propósitos. Pois bem disse Nozick (1991) ao escrever que “os filósofos políticos precisam a partir de agora a trabalhar no âmbito da teoria de Rawls ou explicar por que não o fazem”.

A preocupação de Rawls em *Uma Teoria da Justiça* (2000) era criar uma teoria de justiça, a justiça como equidade, generalista e mais abstrata do que o antigo conceito de contrato social. O pacto social é substituído pela posição original que se destina por sua parte a um acordo sobre os princípios de justiça que serão utilizados por essa sociedade bem ordenada, sendo o papel da justiça de ser a primeira virtude das instituições sociais.

Rawls em todas as suas obras contempla a perpetuação da sua tradição anglo-americana (MORSE, 2000). Pois assume que a sociedade é uma associação de pessoas que reconhecem e legitimam as regras de conduta para promover um sistema de cooperação que visa o bem comum, ou, nas palavras do próprio Rawls, “um empreendimento cooperativo visando vantagens mútuas” (RAWLS, 2000). Ainda dentro do espectro anglo-americano Rawls entende que esta sociedade é marcada tanto pelo conflito como pela identidade. Há identidade nos objetivos da cooperação que são as vantagens trazidas por esta. O conflito aparece na busca de maiores benefícios advindos da cooperação social. Para mediar a divisão social das vantagens exige-se que princípios da justiça social escolham uma ordenação social que acorde sobre as partes distributivas. Esses princípios dizem quais são os direitos e as obrigações nas instituições básicas da sociedade e qual é a distribuição das vantagens e encargos da sociedade.

Uma sociedade bem-ordenada é aquela que ao mesmo tempo promove o bem e regula uma cooperação pública de justiça, isto é:

“trata-se de uma sociedade na qual (1) todos aceitam e sabem que os outros aceitam os mesmos princípios de justiça, e (2) as instituições sociais básicas geralmente satisfazem, e geralmente se sabe que satisfazem, esses princípios”. (RAWLS, 2000, págs. 4/5)

O objeto da justiça é a estrutura básica da sociedade. Essa concepção de justiça fornecerá o padrão avaliativo dos aspectos distributivos da estrutura básica da sociedade. A estrutura básica da sociedade é “a maneira pela qual as instituições sociais mais importantes distribuem direitos e deveres fundamentais e determinam a divisão de vantagens provenientes da cooperação social” (idem).

A chamada justiça como equidade provém do fato que os princípios da justiça social são objetos de um consenso original onde pessoas livres, racionais e interessadas em promover o bem e seus próprios interesses seriam colocadas na posição original de igualdade. Essa posição original é o substituto do estado de natureza e que apesar de ser puramente hipotética conduz a uma concepção de justiça. A principal característica desta situação é que os participantes deste acordo estão sob o véu da ignorância, ou seja:

“ninguém conhece seu lugar na sociedade, a posição da sua classe ou o status social e ninguém conhece sua sorte na distribuição de dotes e habilidades naturais, sua inteligência, força, e coisas semelhantes. Eu até presumirei que as partes não conhecem as suas concepções do bem ou suas propensões psicológicas particulares. (...). Isso garante que ninguém é favorecido ou desfavorecido na escolha dos princípios pelo resultado do acaso natural ou pela contingência de circunstâncias sociais” (idem, págs. 13/14).

A partir desta posição original ninguém pode se favorecer ou prejudicar outrem e dessa forma os princípios da justiça são obtidos de forma consensual e equânime, onde os acordos são totalmente aceitos por todos. Assim sendo os princípios da justiça como equidade são formulados por pessoas autônomas e que reconhecem as regras auto-impostas e estão dispostas a obedecer e fazer obedecer-las. As pessoas na situação inicial escolheriam dois princípios complementares e lexicais entre si, onde o primeiro estabeleceria a igualdade nos

direitos e deveres e o segundo diria que as desigualdades só seriam aceitas se estas acarretassem em benefícios para todos.

Ainda com relação a justiça como equidade, esta possui dois pressupostos dos quais sairão os julgamentos acerca da validade das desigualdades futuras. A primeira seria a posição original sob o véu da ignorância, onde pessoas racionais escolheriam um sistema mais equânime possível. A segunda seria, a partir desta situação inicial, questionar, na posição do homem menos representativo, qual seria a melhor ordenação social, ou seja, as desigualdades devem ser julgadas de acordo com as expectativas a longo prazo do grupo social menos favorecido.

Retornando aos princípios da justiça escolhidos na posição original, estes são destinados a ordenar as instituições, que no entendimento de Rawls é o sistema público de regras de define o funcionamento destas. Essas regras devem ser tais que as pessoas possam promover seus interesses ao mesmo tempo em que possam ajudar nos fins sociais desejados por todos.

As instituições devem ser analisadas dentro de um contexto mais amplo do que sua especificidade individual. Uma instituição nunca está isolada, faz parte da constituição da ordenação básica da sociedade e pode ser ela mesma justa ou injusta, e mesmo sendo justa, ao associarem-se a outras instituições justas, estas podem gerar um sistema injusto, pois é a utilização que fazemos deste sistema integrado de instituições que torna o sistema justo ou não. Por isso a avaliação do Pan2007 deve ser feita, na medida do possível, dentro do sistema no qual está inserido. Mesmo que todas as partes deste projeto sejam isoladamente justas, com resultados positivos, a combinação destes dentro da cidade precisa ser apreciada para que não possam provocar um resultado injusto ou que não promovam os fins sociais desejados por todos.

Quando administramos de forma imparcial, justa e consistente estas instituições e leis, independente do sistema ou princípios escolhidos, podemos chamá-lo de justiça formal, que é, ao fim ao cabo, a corroboração dos princípios escolhidos, que por sua vez pode acabar gerando um sistema de cooperação social melhor para todos:

“Assim, afirma-se que onde encontramos a justiça formal, o estado de direito e o respeito às expectativas legítimas, provavelmente encontraremos também uma justiça substantiva. O desejo de seguir as leis de forma

imparcial e consistente, de tratar casos similares de forma semelhante, e de aceitar as consequências da aplicação de normas públicas, está intimamente ligado ao desejo, ou pelo menos à disposição, de reconhecer os direitos e liberdades dos outros e de compartilhar de forma justa os benefícios e os encargos da cooperação social”. (idem, pág. 63)

Os dois princípios de justiça formulados por Rawls serão aqui apresentados na sua forma final. Apesar de ser muito frutífero acompanhar o processo de reformulação que o autor faz no decorrer do livro, o espaço aqui não nos permite fazer tal empreitada. Depois de apresentados os princípios da justiça serão esclarecidos alguns conceitos que são apresentados neste.

Primeiro Princípio

Cada pessoa deve ter um direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais que seja compatível com um sistema semelhante de liberdades para todos.

Segundo Princípio

As desigualdades econômicas e sociais devem ser ordenadas de tal modo que, ao mesmo tempo:

- (a) tragam o maior benefício possível para os menos favorecidos, obedecendo às restrições do princípio da poupança justa, e
- (b) sejam vinculadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade eqüitativa de oportunidades.

Primeira Regra de Prioridade (A Prioridade da Liberdade)

Os princípios da justiça devem ser classificados em ordem lexical e, portanto as liberdades básicas só podem ser restringidas em nome da liberdade.

Existem dois casos:

- (a) uma redução da liberdade deve fortalecer o sistema total das liberdades partilhadas por todos;
- (b) uma liberdade desigual deve ser aceitável para aqueles que têm liberdade menor.

Segunda Regra de Prioridade (A Prioridade da Justiça sobre a Eficiência e sobre o Bem-Estar)

O segundo princípio da justiça é lexicalmente anterior ao princípio da eficiência e ao princípio da maximização da soma de vantagens; e a igualdade eqüitativa de oportunidades é anterior ao princípio da diferença. Existem dois casos:

(a) uma desigualdade de oportunidades deve aumentar as oportunidades daqueles que têm uma oportunidade menor;

(b) uma taxa excessiva de poupança deve, avaliados todos os fatores, tudo é somado, mitigar as dificuldades dos que carregam esse fardo” (idem, pág. 334).

A igualdade democrática pode ser entendida como a combinação entre a igualdade eqüitativa com o princípio da diferença. O princípio da diferença é o ponto do qual as diferenças e desigualdades devem ser julgadas, pois este elimina alguns problemas do princípio da eficiência.

“O princípio da diferença é uma concepção fortemente igual no sentido de que, se não houver uma distribuição que melhore a situação de ambas as pessoas (limitando-nos, para simplificar, ao caso de duas pessoas), deve-se preferir uma distribuição igual. (...) Não importa o quanto a situação de cada pessoa seja melhorada; do ponto de vista do princípio da diferença, não há ganho algum a não ser que o outro também ganhe. (...) supõe-se que a cooperação social definida pela estrutura básica é mutuamente vantajosa. Não se trata mais de distribuir aleatoriamente um estoque fixo de bens. Além disso, nada se perde se é possível uma comparação interpessoal precisa dos benefícios. Basta que a pessoa menos favorecida possa ser identificada e a sua preferência racional determinada. (...) Um utilitarista clássico, por outro lado, é indiferente quanto ao modo de distribuição de uma quantia fixa de bens. Ele só recorre à igualdade para resolver impasses” (RAWLS, 2000, pág. 83).

Ainda cabe fazer mais duas observações. A primeira diz que ao aplicarmos o princípio da diferença tenderemos a alcançar o esquema perfeitamente justo, ou seja, a situação em que as expectativas dos menos favorecidos estão de fato maximizadas e nenhuma mudança nas expectativas dos mais favorecidos pode melhorar a situação dos primeiros. O segundo caso de aplicação do princípio da diferença pode ser visto quando as expectativas dos mais

favorecidos são diretamente proporcionais aos dos menos favorecidos, principalmente quando a expectativa dos primeiros cai a dos menos favorecidos segue o padrão. O princípio da diferença deve ser aplicado primeiro à estrutura básica da sociedade através dos indivíduos representativos com suas expectativas ordenadas numa lista de bens primários.

O esquema tende a se tornar injusto quando as expectativas de qualquer grupo se tornam excessivas, isto é, os ganhos de certos grupos são maiores do que a capacidade destes em melhorar a condição de todos. Um exemplo deste caso, conhecido do brasileiro, existe quando os lucros se tornam privados e a dívida ou o custo se tornam públicos. Por isso a necessidade da primazia da justiça sobre a eficiência compondo um esquema perfeitamente justo. Podemos dizer nesse caso que a eficiência obtida poderia ser maior sem um esquema perfeitamente justo, mas mesmo assim teremos um sistema eficiente.

A sociedade é uma associação cooperativa para a obtenção de vantagens mútuas dentro de expectativas legítimas. Assim sendo as partes distributivas devem ser tratadas como uma questão da justiça procedimental pura, ou seja, o sistema social deve gerar resultados justos, independentes da situação. A “justiça procedimental pura se verifica quando não há critério independente para o resultado correto: em vez disso, existe um procedimento correto ou justo de modo que o resultado será também correto ou justo, qualquer que seja ele, contanto que o procedimento tenha sido corretamente aplicado” (idem, pág. 92). Mas para conseguirmos chegar a uma justiça procedimental pura às partes distributivas faz-se necessário um sistema de instituições justas e imparciais, garantido em parte pelo princípio da igualdade equitativa de oportunidades.

A base das expectativas de qualquer homem racional bem intencionado são os bens sociais primários, independente do que este homem possa vir a desejar além disso. É a partir desta lista de bens sociais primários que as pessoas se sentem seguras em realizar aquilo que almejam. Em categorias amplas Rawls aponta como bens sociais primários os direitos, as liberdades, as oportunidades, a renda e a riqueza, sem os quais a pessoa não pode alcançar a satisfação de seus desejos racionais.

Para ordenar o sistema de distribuição justo de uma sociedade devemos tomar como ponto de partida a posição do homem com posição social menos representativa. Contudo, cada pessoa possui duas posições sociais relevantes. A primeira é formal e estabelecida pela cooperação social que é a cidadania igual, a segunda posição é social e é estabelecida pela distribuição de renda e riqueza, ou seja:

“Os homens representativos relevantes são, portanto, o cidadão representativo e os representantes daqueles que têm diferentes expectativas em relação aos bens primários distribuídos de forma desigual” (idem, pág. 102).

Obtemos a cidadania igual a partir dos dois princípios de justiça com as suas devidas aplicações. Com isso podemos compreender que a justiça como equidade analisa o sistema a partir, pelo menos destas duas posições sociais relevantes, a cidadania igual e os níveis de renda e riqueza. Mas ainda assim podem existir outras posições sociais relevantes baseadas em atribuições naturais como sexo, força ou inteligência, e mesmo estas devem ser encaixadas dentro dos princípios de justiça, como por exemplo, as expectativas dos homens só serão legítimas se estes trouxerem vantagens para as mulheres e crianças.

“As posições sociais relevantes especificam, então, o ponto de vista geral a partir do qual os dois princípios da justiça devem ser aplicados à estrutura básica. Desse modo, os interesses de todos são levados em consideração, pois cada pessoa é um cidadão igual e todos têm um lugar na distribuição de renda e riqueza ou no conjunto de características naturais fixas nas quais as distribuições se baseiam. É necessária uma certa seleção das posições relevantes para que se obtenha uma teoria coerente da justiça social, e as posições escolhidas devem estar de acordo com os seus princípios básicos. Seleccionando os assim chamados lugares de partida, obedecemos à idéia de mitigar os efeitos do acaso natural e da contingência social. Ninguém se deve beneficiar dessas contingências, a não ser de maneira que redundem no bem-estar dos outros” (pág. 106).

Devido às circunstâncias que se apresentam para este trabalho, esta parte especificamente se dedicará ao entendimento da teoria de justiça distributiva de Rawls. Alguns fatores que são importantíssimos para a composição do pensamento de Rawls, para a construção da Teoria da Justiça e da justiça como equidade ficarão de fora desta demonstração. Tento focalizar, na medida do possível e sem muita perda para a compreensão do objeto, na construção de sua teoria sobre justiça distributiva. Explicações para partes como o “véu da ignorância”, os “deveres naturais”, a “seqüência de quatro estágios”, dentre outros, não farão parte deste esforço de compreensão.

A partir de agora trataremos especificamente das parcelas distributivas referendadas pelo segundo princípio de justiça.

A economia assim como a política e o Estado de Direito devem se orientados por uma concepção de bem pública a partir dos dois princípios de justiça. As discussões e proposições políticas a partir daí promoverão este bem para o todo da sociedade, fixando critérios baseados em motivos morais, políticos e econômicos para a divisão das vantagens sociais, assim como os direitos e deveres. A economia não é apenas o local onde as pessoas podem ver parte de suas expectativas e desejos atendidos. Um sistema econômico orientado pelos princípios de justiça deverá ter também a capacidade de suportar e modelar as necessidades vindouras.

Os limites estabelecidos pelos princípios e para o ordenamento da estrutura básica da sociedade decorrem, como já ditos anteriormente, da prioridade da justiça sobre a eficiência e da liberdade sobre a obtenção de vantagens de qualquer natureza. Isso vem a garantir certa estabilidade no sistema, desencorajando por outrora expectativas conflitantes ou que não obedeçam aos princípios de justiça.

Todo o sistema econômico em princípio deverá satisfazer os termos da justiça como equidade. Da normatização do setor público a regulação dos mercados, até mesmo dos conceitos como a função social da propriedade e liberdade econômicas. Com relação aos bens públicos Rawls entende que estes possuem duas características distintivas dos bens privados: a indivisibilidade e o caráter público (idem, pág. 294). Por possuir estas características determinantes de sua constituição os bens públicos e o seu devido provimento e divisão devem ser assegurados por processos políticos e não econômicos. Outro fato decorrente destas características são os problemas oriundos delas, como o passageiro clandestino, o “pork barrel”, dentre outros. Para que essas imperfeições não venham a ocorrer um sistema coercitivo e punitivo torna-se lógico e racional. Para que não se cometam excessos ou perdas de bens públicos, ou mesmo a criação de injustiças, o sistema de divisão de bens públicos e de ordenação do sistema econômico deverão ter necessariamente a aprovação e a garantia do Estado.

Ao final destas ordenações, garantias e normatizações estabelecidas pelo Estado, caberá ao mercado decidir, dentro dos limites previamente estabelecidos, a taxa de poupança, a orientação dos investimentos e que parcela do que é produzido socialmente deverá ser destinadas a conservação e produção do bem-estar das futuras gerações.

O mercado possui algumas vantagens significativas quando atendidos os critérios da justiça como equidade. A primeira é que ele pode vir a atender as necessidades das liberdades

iguais e a igualdade equitativa de oportunidades (idem, pág. 300). A segunda é que os mercados tendem a descentralizar forças econômicas, políticas e sociais. Rawls ainda faz algumas considerações sobre o mercado ao dizer que:

“O esquema ideal esboçado nas próximas seções faz um uso considerável das leis do mercado. Só desse modo, acredito, será possível lidar com o problema da distribuição como um caso da justiça procedimental pura. Além disso, podemos também nos beneficiar da eficiência e proteger a importante liberdade do trabalho. Desde o início, suponho que o regime é uma democracia de propriedade privada, já que esse é o mais conhecido” (idem, pág. 302).

Para que este mercado funcione de maneira adequada, atendendo aos princípios da justiça como equidade e da distribuição justa das vantagens oriundas da cooperação social, este deverá ter algumas instituições básicas para que ocorra a justiça distributiva esperada. Contudo, o primeiro problema da justiça distributiva é a escolha de um sistema social, que se não tiver uma organização apropriada de instituições básicas, seus resultados poderão ser injustos, faltando a partir disto equidade no sistema cooperativo.

Rawls entende que na construção das chamadas instituições básicas da sociedade o governo deverá ser dividido em quatro setores, onde cada um destes será encarregado da manutenção de certas condições econômicas e sociais.

O primeiro deles, o setor de alocação, servirá “para manter a competitividade do sistema de preços dentro dos limites do factível, e para impedir a formação de um poder sobre o mercado que não seja razoável” (idem, pág. 303). Esse setor também se destina a identificação e correção de problemas de eficiência do mercado em estabelecer os preços e os custos dos benefícios sociais, agindo, dependendo do caso, com a atribuição de impostos, subsídios ou mesmo na mudança do conceito de função social de propriedade.

O segundo setor é chamado de setor de estabilização, que por sua vez tem o objetivo de criar as condições de pleno emprego. Condicionando desta forma a possibilidade de emprego a quem procura, a livre escolha da carreira e o favorecimento por seu turno das finanças. O resultado da combinação destes dois setores mantém a eficiência econômica na sua amplitude.

O setor de transferências é o responsável pelo mínimo social. Esse setor visa atender as necessidades básicas das pessoas atribuindo pesos específicos diante de outras necessidades. Esse setor visa corrigir as distorções provocadas pelo mercado com relação a distribuição de bens e vantagens sociais.

O último setor é o de distribuição. Sua função é o controlar, seja por ajuste ou por taxação, o direito de propriedade, ou seja, criar impostos sobre heranças e doações e criar normas ao direito de legar bens. O objetivo deste setor é o de corrigir a distribuição de riqueza e não deixar que concentrações de poderes econômicos e sociais venham a prejudicar a igualdade equitativa de oportunidades e o valor equitativo da liberdade política. Isso evita que o Estado ou o mercado sejam seqüestrados ou controlados exclusivamente por certos grupos. As instituições que asseguram os valores políticos, a representatividade democrática e a igualdade de oportunidades podem ser prejudicadas caso esse setor não funcione como deveria. O setor de distribuição também é responsável pela tributação necessária ao governo exercer as suas funções estabelecidas, sendo capaz de fornecer os bens públicos necessários e fazer as transferências exigidas pelo princípio da diferença.

Rawls ainda estipula um quinto setor, separado da estrutura formal do Estado sendo estruturada para funcionar como um órgão comercial e chamado de setor de trocas. Esse setor seria formado por um corpo de representantes que analisaria os diversos interesses sociais e as preferências por bens públicos dos diversos setores, trabalhando de acordo com o princípio da eficiência e instituindo organismos especiais de negociação, que forneceria bens e serviços públicos caso o mercado não os fornecesse.

Depois de estipulados os méritos das questões acerca da justiça distributiva e quais serão os setores responsáveis pela execução destas tarefas, cabe agora nos questionarmos sobre o problema da justiça entre gerações.

A resposta desse problema para Rawls está em estabelecer um mínimo social e de novo este autor retorna ao ponto de vista do menos favorecido para julgar as demandas sociais, sempre maximizando as expectativas legítimas desses, sendo nesse caso por transferências somadas aos salários destes.

Pelo raciocínio de Rawls as expectativas de pessoas menos favorecidas poderiam ser aumentadas pela transferência monetária de grupos mais favorecidos para os menos, sendo essa transferência mediada pelo Estado. Contudo Rawls não chega a reconhecer que o próprio

dinheiro possui um mérito moral próprio, característica das sociedades modernas, ou seja, o dinheiro possui um valor próprio, quando não em si mesmo. O que as pessoas desejam para si é fruto da maneira como essa se relaciona com as outras pessoas. Será que uma pessoa que sempre viveu em condições precárias desejaria muito mais do que aquilo que sempre teve, reproduzindo os padrões sociais que recebeu de seus pais e que possivelmente legará para os seus filhos. Amartya Sen segue uma linha de pensamento similar e que Vita (1999) sintetizou:

Desejar algo, mesmo intensamente, não é uma razão suficiente para julgar – sobretudo da ótica de uma teoria da justiça social – que algo valioso esteja em questão. Considerando que valorizar – conferir valor moral a alguma coisa – é uma atividade reflexiva, de uma forma que meramente desejar ou ter uma preferência não o é, o mais plausível, sustenta Sen, é inverter a relação: porque algo tem valor, isto constitui uma razão para o agente desejá-lo ou preferi-lo (Sen, 1985a:189-190; 1985b:31-32). Avaliar a vantagem individual de pessoas submetidas à destituição e a desigualdades profundas somente por seus desejos e preferências efetivos significa corroborar a injustiça de que são vítimas. Essa avaliação, para Sen, terá de recorrer a escolhas ou preferências "contrafatuais" (Sen, 1992:64-69). Temos de perguntar pela vida que a pessoa escolheria viver se não estivesse submetida a certas circunstâncias arbitrárias (VITA, 1999)

O mais importante para Sen para a realização do bem-estar de uma pessoa não é a quantidade de functionings valiosas e de intitamentos que uma pessoa possui ou tem acesso, mas sim a possibilidade de combinações que essa pessoa pode fazer para ela mesma escolherem o seu modelo de bem-estar. Rawls já considera a possibilidade da existência de bens sociais primários, isto é, aquilo que toda pessoa desejaria ter mais do que menos e que são essenciais para a execução de qualquer expectativa que essa pessoa tenha ou possa vir a ter, incluindo aquilo que deixaremos para as futuras gerações. Como o mínimo social tem como ponto de partida as expectativas dos menos favorecidos, este pode acabar limitando a capacidade das futuras gerações em ter suas próprias expectativas com relação ao que consideram bem estar.

Como trabalha com termos muito gerais Rawls ignora as pequenas minúcias das suas propostas. Ele diz que as perspectivas de longo prazo dos menos favorecidos deverão ser estendidas às futuras gerações e que cada geração deverá manter os ganhos culturais, civilizatórios e institucionais estabelecidos e considerados justos, além, é claro, de

investimento em outras formas de produção e no desenvolvimento da educação, por exemplo. Em resumo podemos dizer que o princípio justo de poupança irá determinar o nível do mínimo social.

Os exemplos dados são pertinentes, por que investimentos em produção e em educação não necessariamente garantem o bem estar das futuras gerações. Investiu-se durante décadas no modelo de produção fordista, graças a este se conseguiu uma produção em massa capaz de atingir a vários setores da sociedade e nos mais variados recantos do planeta. Esse modelo de produção se baseava no uso intensivo de mão de obra (pouco especializada), de energia e de utilização de matéria prima. A mudança da base tecnológica e a transformação do modelo de produção provocaram mudanças que os Estados não puderam suportar e que até hoje temos problemas em manobrar direito essas mudanças, já que este modelo se utiliza de mão de obra altamente especializada e uso intensivo de tecnologia, tendo o Estado que subsidiar parte deste investimento em produção e inovação tecnológica, que por sua vez diminuiria ainda mais a utilização de mão de obra. A história nos ensinou que o investimento na expansão de um modelo de produção como o fordista gerou resultados não premeditados com a mudança da base tecnológica e no modelo de produção, ou seja, não é necessariamente o investimento em produção que ajudará a trazer uma melhor justiça distributiva entre as gerações.

Os mínimos sociais, ao contrário do que Rawls pensa, não podem ser definidos no consenso original, mas deverão ser parte da política de Estado, obedecendo sem maiores problemas aos princípios de justiça ajustados a essa situação. As bruscas e violentas transformações repentinas que as sociedades podem sofrer necessitam de ações de mesma intensidade para que as futuras gerações possam escolher o que consideram como bem-estar de se viver.

Não devemos nos esquecer que esta dissertação tem como objetivo avaliar um projeto em vistas de saber se este deixará um legado de justiça distributiva para a cidade do Rio de Janeiro. Apesar das críticas feitas os objetivos da justiça entre gerações de Rawls podem ser aplicados aos nossos interesses, pois como este mesmo esclarece:

“Devemos ter em mente que esse capital não consiste apenas em fábricas e máquinas, e assim por diante, mas também em conhecimento e cultura, assim como em técnicas e habilidades, que possibilitam as instituições justas e o valor eqüitativo da liberdade” (RAWLS, 2000, pág. 321).

O mínimo social de Rawls não é um conceito que possa ser aplicado em sociedades que venham a realizar mudanças bruscas, sejam elas de que natureza for, na sua estrutura básica, sendo que essa é a natureza do Pan2007, causar uma intervenção urbana que possa mudar as relações sociais e de competitividade da cidade.

Como chegamos quase ao fim deste capítulo e dos devidos esclarecimentos a serem utilizados em momentos posteriores deste trabalho cabe fazer uma recapitulação. A taxa justa de poupança ou a extensão apropriada de sua extensão quando determinada conduzirá ao ajuste do nível do mínimo social. Mas como vimos o mínimo social como parte do acordo original pode não vir a satisfazer as reais necessidades das gerações vindouras por ignorar as mudanças súbitas nos relacionamentos sociais e nos meios de produção, cabendo por isso o mínimo social ser parte da política de Estado, mas obedecendo aos princípios de justiça estabelecidos. O mínimo social é o resultado da soma de transferências e benefícios provenientes dos bens públicos essenciais, sendo que este mínimo deve ser tal que possa aumentar as expectativas dos menos favorecidos ao mesmo tempo em que é compatível com a poupança intergeracional e com a manutenção das liberdades iguais. Dessa forma a estrutura básica da sociedade será justa, pois cada pessoa terá a renda necessária para, dentro dos sistemas de regras, desenvolver as suas expectativas. Ainda que o mínimo social deixe de ser um fruto do consenso original e passe a ser uma política de Estado obedecendo aos preceitos da justiça como equidade, esta concepção de justiça distributiva poderá ter como componente a justiça procedimental pura, pois mesmo que exista a tentativa de ajustar a distribuição justa de bens e serviços com base nas preferências, nas reivindicações ou nos méritos morais de determinados grupos, estas teriam que obedecer aos preceitos da justiça como equidade, como nos revela Rawls:

“Um sistema justo, portanto, determina aquilo a que os homens têm direito; satisfaz as suas expectativas legítimas, que são fundadas nas instituições sociais. Mas aquilo a que elas têm direito não é proporcional nem depende do valor intrínseco das pessoas. Os princípios da justiça que regulam a estrutura básica e especificam os deveres e obrigações dos indivíduos não mencionam o mérito moral, e as partes distributivas não tendem a corresponder-lhe” (idem, pág. 343).

CAPÍTULO 3

A CIDADE DO RIO DE JANEIRO

3.1 A origem, a construção, a imagem e o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro

Maria Alice Rezende de Carvalho (1994), em seu estudo sobre os intelectuais cariocas, nos ajuda a entender que tipos de forças foram fortes e atuantes para que a intelectualidade carioca configura-se da maneira como descrita para, com isso, formar o imaginário social carioca que podemos observar até nossos dias.

Como exemplo deste legado, da transição entre a monarquia e a criação de uma nova concepção republicana de Estado, temos a representação do discurso fragmentado da vida social carioca e da consciência reativa à dinâmica homogeneizadora do mercado e às instituições capitalistas. Carvalho ainda argumenta que “uma certa imagem do Rio de Janeiro, embora corrente, vem perdendo progressivamente sua capacidade expressiva, tornando-se hoje, um obstáculo real ao debate sobre os rumos da cidade, já que os símbolos originais com os quais opera são inadequados às novas exigências de uma sociedade transformada” (CARVALHO, 1994, pág. 16).

No Rio de Janeiro, com relação à evolução política carioca, a massa foi incorporada por arranjos clientelistas que acabaram por cortar a cidade em muitas arenas impermeáveis à competição política e, no limite, à ordem institucional. O problema era, e talvez ainda seja, a concepção de uma cidade fragmentada/partida, como a oposição favela versus asfalto, comunidade versus sociedade.

Nos trabalhos acadêmicos sobre a cidade pesquisados por Carvalho, não é o mercado o princípio organizador da sociedade, como era de se esperar com o advento da modernidade. Os objetos de análise recortavam-se para um potencial “selvagem” dos subalternos, numa realidade “pré-política”. Em São Paulo o *locus* da lógica de mercado, na maturidade da formação econômico-social brasileira, influi na produção intelectual na expectativa de superação do passado, na imagem do neopatrimonialismo e dando à sociedade um sistema representativo moderno e democrático.

Podemos ver o tipo de ordenação social carioca no pensamento machadiano analisado por Morse (1995) ao estudar as cidades periféricas como arenas culturais dotadas de identidades e produtoras de culturas próprias. Para Machado de Assis a sociedade urbana parece estática, sendo analisada para ser compreendida, mas sem a intenção de tratá-la como se tivesse sofrendo algum mal próprio das luzes do novo século, como o *ennoui*^{vii} parisiense ou qualquer outra manifestação derivada do ambiente mutante das cidades. As manifestações modernas, como o comércio e os bancos, eram vistos como fontes degradadoras das relações pessoais e sociais e a política nacional foram orientadas pela organicidade própria dos ibero-americanos, onde vale mais o jogo das pequenas mercês individuais e os preceitos da Teoria do medalhão machadiano (1881).

A idéia de modernização, que antes era vista como não mais que uma remota possibilidade, na produção intelectual carioca esteve ligada a constituição de um novo pacto político republicano, que deveria encontrar na Capital Federal o cenário para a sua realização. A remodelação da Capital Federal de Passos foi a expressão material do embate entre a velha elite agrária fluminense e as novas forças de tendências republicanas. A urbanidade moderna carioca se baseou em “manuais de conduta capazes de modelar a subjetividade do carioca moderno, sem que o individualismo de matriz utilitária inscrevesse fortemente os símbolos da autonomia, da racionalidade instrumental e da ética do trabalho entre os habitantes da Capital republicana” (CARVALHO, 1994, pág. 37).

A intensa negação e oposição contra a modernidade como força remodeladora das relações econômicas e sociais não foi compensada pela criação das fachadas urbanas européias ou pelos símbolos do movimento, como bondes elétricos, carros e trens, sendo a manutenção do establishment e do *status quo* mais importantes do que uma revolução bonapartista ou, em verdade, qualquer outro tipo de revolução que viesse a promover uma mudança social significativa. A ética progressista republicana não tinha caráter universalista ou incorporador das massas urbanas ou rurais, condições primordiais para o desenvolvimento de qualquer concepção moderna de sociedade.

Por fim, no Rio de Janeiro se valorizou uma análise que “desloca a intervenção especificamente política sobre o espaço urbano e favorece que os temas sociais sejam inscritos em uma chave comunitarista, de fácil reconhecimento pela opinião e pelos aparelhos mediáticos cariocas” (CARVALHO, 1994, pág. 62), daí vem os dualismos ordem/desordem, sociedade/comunidades que nortearam os estudos, as políticas e trabalhos sobre o espaço

urbano carioca e que hoje vemos perder força pela sua incapacidade de responder a questões mais complexas do que as inscritas num dualismo.

As forças “tradicionais” ou “conservadoras” resistentes à modernidade na sua plenitude não podem ser compreendidas apenas como aquelas oriundas da velha hierarquia agrária, a República Velha inaugurou uma nova tradição conservadora na construção do espaço, na sociabilidade e na economia.

As forças conservadoras resistentes à modernidade homogeneizadora e impessoal configuram até hoje propostas de afirmação da identidade carioca baseadas nesta resistência. Sérgio Magalhães (2002) é um exemplo desta linha de pensamento, porém sua proposta é a de caracterizar o Rio de Janeiro como uma cidade pós-moderna a partir destas forças de resistência à modernidade, enfraquecidas a partir do Estado Novo mas ainda atuantes de formas difusas e variadas. Para provar a sua tese e evidenciar a cidade como sendo pós-moderna ele demonstra quatro grupos de evidências. A primeira evidência é a de que o Rio de Janeiro afirma-se em sua territorialidade e rejeita o “utópico” e o “lugar nenhum” do modernismo, defendendo seu espaço “num combate, acirrado para mudar a legislação urbanística, com vistas a preservar a sua cultura e sua paisagem” (MAGALHÃES, 2002, pág. 22).

A segunda evidência é que o Rio de Janeiro vive a natureza como protagonista da vida urbana, ou seja, a natureza faz parte do espaço urbano e da construção do imaginário da cidade. Ao passo que a modernidade descaracteriza o ambiente e favorece a perda das identidades referenciais, a pós-modernidade carioca promove a sua identidade de cidade maravilhosa, sendo a praia o principal expoente desta natureza.

A terceira evidência demonstra que a cidade reconhece o fracasso do modelo modernista. Nesta evidência Magalhães considera que a favela, ao caminhar para a urbanização, ajuda a construir uma morfologia urbana própria para a cidade, onde o acesso à infra-estrutura e aos direitos civis, como saúde, habitação e educação, são as construções do modelo carioca de cidade.

A quarta evidência diz que a cidade rejeita os modelos arquitetônicos modernistas, como o “espigão”. A principal característica da rejeição ao modelo modernista é o *continuum* construído, sendo a exceção o edifício isolado. O otimismo de Magalhães com relação a cidade leva-o a acreditar que o Rio de Janeiro “é a primeira metrópole brasileira do século

XXI” (idem, págs. 26/27) e que o carioca “aspira por um desenho de cidade que represente respeito às preexistências e ao esforço coletivo. Aspira pelo fortalecimento da rua como espaço de vida e cultura” (idem).

Magalhães ignora a modernidade em muitos aspectos. Foi exatamente a resistência à modernidade que este tanto apregoa que abriu brechas graves na construção do espaço urbano e na sociedade carioca. A falta de políticas habitacionais e infra-estruturais universalizantes na cidade, próprias da modernidade, fizeram com que os custos habitacionais ficassem a cargo das famílias, onde foram reproduzidas as formas de relação social e políticas conhecidas por estas, como o compadrio e as relações pessoais de vizinhança. A ocupação irregular do espaço de acordo com as mercês dos ocupantes, a especulação imobiliária influenciando no ordenamento da distribuição da infra-estrutura urbana e a visão burocrática-elitista da legislação urbanística são pontos que a modernidade, caso fosse apreendida e utilizada como força reestruturante da cidade e da sociedade, combateria exatamente por ser uma força homogeneizadora e universalizante. Não que a modernidade não traga dentro de si problemas próprios de sua condição como os fenômenos “reserva” e “*blasè*”, o isolamento em edifícios de apartamentos destinados a famílias nucleares, o deslocamento motorizado individual em detrimento do transporte público, etc. O Rio de Janeiro será uma cidade pós-moderna não por suas forças tradicionais e conservadoras, mas sim no investimento nas características da pós-modernidade. O Pan2007 pode ser considerado um passo na construção da cidade pós-moderna, pois é um investimento que visa acentuar as características da cidade do Rio de Janeiro como um pólo de atração dos fluxos mundiais, ou seja, utilizando a linguagem de Castells, a cidade está reforçando a sua condição de nó competidor pelos fluxos nacionais e mundiais.

3.2 As propostas do presente

A Constituição Federal de 1988 (CF88) na parte que trata da Política Urbana (Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira; Capítulo II – Da Política Urbana, Art. 182 e 183) estabelece que a política de desenvolvimento urbano é uma atribuição do Município, que visa, através de um Plano Diretor, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O artigo 182 estabelece ainda que o Plano Diretor,

através de suas exigências fundamentais, ordenará a função social da propriedade urbana, como podemos ver abaixo:

“Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor” (CF88).

Atualmente a cidade do Rio de Janeiro conta com dois instrumentos para o planejamento e transformação do seu território. O Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro (Lei Complementar nº 16, 4 de junho de 1992) e o Plano Estratégico II (As cidades da Cidade). O primeiro sendo uma obrigação legal da CF88 e o segundo uma proposta adotada por grandes cidades do mundo e tem como objetivo modelar um determinado tipo de desenvolvimento.

Esta parte apresentará brevemente críticas das principais propostas apresentadas nestes dois instrumentos. Isso nos ajudará no melhor entendimento das mudanças que ocorrem e nas que irão acontecer, como o PAN 2007, tornando mais claras as críticas e propostas desta dissertação. Não vou entrar nos detalhes de cada um, mas apenas fazer considerações gerais, demonstrando que tipos de valores decorrem destes dois instrumentos de intervenção.

3.2.1 O Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro

Este é considerado um instrumento básico de política urbana da cidade e faz parte do planejamento da mesma. Com o objetivo de “garantir o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes” e de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da Cidade” (CF88). Parto do pressuposto que as funções sociais da Cidade se originam na função social da propriedade, tendo os mesmo objetivos e finalidades, ou seja, proporcionar uma boa qualidade de vida aos seus habitantes.

O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro não traz nenhuma novidade do ponto de vista conceitual ou político para a gestão de cidades que não tenha sido tentado e aprovado em outras localidades ou mesmo que já não esteja garantido por esferas superiores de governo. Mas podemos considerar como ponto positivo a união das várias experiências bem sucedidas anteriores, já que não é tão comum uma proposta de desenvolvimento de cidade que contemple tantas experiências consideradas inovadoras.

Apesar dos objetivos como a integração entre órgãos e entidades das várias esferas de governo e da iniciativa privada e da participação popular na gestão da Cidade serem conhecidos e citados sempre que possível nas leis, códigos e estatutos a sua devida concretização dependerá de outros fatores que a sua promulgação em lei, porém o Plano Decenal demonstra que a prefeitura possui uma boa capacidade de pesquisa e desenvolvimento de dados sobre a cidade, conhecendo seus problemas de ordem física, infra-estrutural e histórica.

Os pontos principais deste Plano Diretor Decenal são as políticas setoriais específicas para cada região, a descentralização da gestão de serviços públicos municipais através dos Conselhos Municipais, o fortalecimento do sistema de informações da cidade, os Fundos Municipais e as operações interligadas e a urbanização consorciada, que são associações do poder público com a iniciativa privada para a modificação do espaço urbano.

O Plano também institui um imposto progressivo nas propriedades que, por fim, não cumpram a função social da propriedade, ou seja, não promovam qualquer tipo de benefício público. Contudo só são enquadradas neste tipo de imposto as localidades estabelecidas pela prefeitura, não assumindo dessa forma o caráter generalizante e universalizante que a lei *a priori* deveria assumir. Este exemplo de lei “punitiva” a aqueles que não contribuíssem ao

desenvolvimento da cidade e das pessoas é um caso clássico das referidas forças de resistência aos padrões da modernidade oferecida pela sociedade brasileira, especificamente a carioca. Nesse caso, como em outros, é o Estado que escolhe quem irá ser punido ou não de acordo com as suas especificações. Atenderia aos preceitos de uma justiça distributiva a criação de uma lei generalista e as exceções ficassem a cabo das especificações do mínimo social estabelecido pela política de Estado.

3.2.2 O Plano Estratégico II

O Plano Estratégico II (As cidades da Cidade) apresenta uma metodologia que agregava na sua construção diversos atores, de acadêmicos a pessoas comuns que participaram das reuniões, passando por diversos colaboradores civis até técnicos de carreira da Prefeitura.

O Plano anterior, Rio Sempre Rio de 1995, buscava transformar o Rio de Janeiro numa cidade mais competitiva no cenário global ao mesmo tempo em que tentava sanar os mais graves problemas da cidade, devido a essa metodologia, cinco dos seis grandes projetos (Parque Tecnológico, Favela-Bairro, Porto de Sepetiba, Programa de Design do Rio de Janeiro, Revitalização do Centro, Teleporto) eram destinados a tornar a cidade mais atrativa e competitiva economicamente, nacional e internacionalmente, o Plano Estratégico II busca um “desenvolvimento endógeno”, ou seja, trazer a cidade para dentro dela. Segundo a própria definição do Plano:

“O paradigma que norteou todo o processo do Plano Estratégico II foi a escolha de um modelo próprio para cada região, buscando os seus motivos de orgulho em sua cultura e história, identificando as vocações regionais em seus valores e tradições. Cada região identificou seu papel específico na cidade e as formas de desempenhá-lo, definindo as suas estratégias e formulando propostas para a consecução de seus Objetivos Centrais”. (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2004).

Esse plano avança na criação de uma metodologia e de uma cultura estratégicas na busca de um modelo de desenvolvimento endógeno próprio para cada uma das 12 regiões da cidade. Cada uma destas regiões resgatou durante as reuniões o papel que possui perante o restante da cidade e formulou propostas de desenvolvimento para alcançar seus objetivos centrais.

O Plano Estratégico II com a sua proposta de desenvolvimento endógeno “baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas, visando à consolidação de um desenvolvimento originalmente local, a partir da criação de condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas. Estimulando-se as potencialidades endógenas, ou fatores internos, os efeitos perniciosos da globalização tendem a ser minimizados” (MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2005).

Isso foi uma virada radical na metodologia de compreensão do espaço urbano. No primeiro o desenvolvimento era uma associação da localidade com a rede mundial, no segundo o desenvolvimento está ligado aos fatores internos às organizações sociais. No primeiro plano a expectativa era de aproveitar os fluxos de investimento e desenvolvimento mundiais, combinando-os as condições sociais, econômicas e estruturais locais para que com isso surgisse uma nova metrópole, que funcionasse através de redes de cidades ou núcleos especializados, sendo a importância medida pelo potencial de suas relações e a capacidade de conexão com outros nós da rede. No segundo plano coube identificar “os fatores de produção decisivos eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Estes fatores são: qualidade das instituições, acesso ao conhecimento e à informação, capital social e humano e investimentos em pesquisa e desenvolvimento” (idem).

O quadro a seguir sintetiza as propostas do dois planos e as mudanças sofridas entre o primeiro e o segundo:

Plano “Rio Sempre Rio”	Plano “As cidades da Cidade”
Dotar a cidade de fatores de competitividade que permitam assegurar o progresso econômico e social das pessoas	Foco no desenvolvimento endógeno
Convergência das estratégias dos agentes locais, com capacidade e recursos organizacionais, humanos e financeiros, para elaborar e realizar um projeto possível da cidade desejada. Conseguir um objetivo comum de cidade.	Planos Estratégicos Regionais simultâneos e articulados entre si
Firme compromisso das instituições promotoras.	Trabalho em Rede multiplicando as oportunidades de colaboração
Concentração de energias e continuidade no processo de implantação dos projetos	Atualização do Plano Geral da Cidade, a partir dos Planos Regionais

Todavia, precisamos fazer uma crítica com relação às Estratégias nos Planos Regionais. Estas têm como fio condutor um Objetivo Central que se desdobra em uma série de Estratégias pontuais, seja atacando problemas das localidades, estimulando um certo tipo de comércio ou serviço ou mesmo atendendo as necessidades básicas da população como educação e saneamento. Os resultados de todo esse trabalho foram 86 reuniões, criando um Objetivo Central para cada uma das 12 regiões e a partir destas 68 estratégias com 1151 propostas. Uma estratégia sem uma ação planejada, com cronograma, recursos, materiais e pessoal já preparados para colocar em ação estas estratégias torna-se apenas uma declaração de propósitos ou de intenções, tornando-as vazias ou perdendo a suas forças e propósitos com o tempo, o que faz aumentar o descrédito e a desconfiança do poder público perante a população e esvazia qualquer tipo de empreendimento particular articulado com estas estratégias. Estamos adotando nesta dissertação o conceito de que estratégia é o investimento de recursos com o objetivo de fazer mudanças rápidas nos relacionamentos competitivos (HENDERSON, 1998). Caso a população não veja as suas propostas alcançadas depois de tanto trabalho seria cabível perguntar qual seria o verdadeiro papel da população no processo.

3.3 Os Jogos Panamericanos de 2007 no Rio de Janeiro

Os Jogos Panamericanos de 2007 serão realizados na cidade do Rio de Janeiro no período que vai de 13 a 29 de julho deste ano. O Panamericano é considerado o segundo maior evento esportivo, sendo superado apenas pelas Olimpíadas, onde participam quarenta e dois países do continente americano com mais de 7.500 atletas, oficiais, técnicos e dirigentes, participando de trinta e cinco modalidades esportivas.

Para realização dos jogos foram criadas organizações específicas representantes de todos os envolvidos no projeto. Para desenvolver as políticas e os programas de responsabilidade do poder público para a realização dos jogos foi criada a Comissão RIOPAN. Esta comissão é responsável pela infra-estrutura pública dos jogos como a construção dos equipamentos esportivos, além de integrar e coordenar as Secretarias Municipais em torno destes objetivos. O CO-RIO (Comitê Organizador dos Jogos Pan-americanos Rio 2007) é outra entidade criada para a realização dos jogos, sendo esta uma entidade não-governamental, sem fins lucrativos e dirigida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB). Também participam do CO-RIO a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o Governo do Estado do Rio de Janeiro e a União, sendo esta entidade responsável pelo planejamento e execução de todas as ações ligadas ao PAN2007, incluindo os contratos e convênios, sejam governamentais ou privados.

A principal fonte de financiamento do Pan2007 foi centralizada no Fundo de Mobilização do Esporte Olímpico, criado pela cidade do Rio de Janeiro para concentrar os recursos financeiros necessários à realização dos eventos relacionados aos jogos além do apoio ao esporte, sendo usado posteriormente no fomento ao mesmo. Esse fundo é gerido pelo Conselho Curador da Fundação Rio-Esportes que poderá fornecer os financiamentos requisitados para o CO-Rio ou demais entidades envolvidas para a realização do PAN2007.

Como podemos ver no Anexo II (Mapas e Gráficos), e mesmo sendo uma previsão para os orçamentos e para as despesas, dos US\$ 224,327,800.00 (Julho de 2003), a Cidade do Rio de Janeiro irá investir em torno de 126 milhões de dólares, sendo a parte da União por volta de 38 milhões, 49 milhões do Comitê Organizador e mais 9 milhões de dólares do Estado do Rio de Janeiro, percentualmente teríamos os seguintes resultados: Cidade do Rio de

Janeiro com 56% do total das despesas previstas, União com 17%, Comitê Organizador com 22% e o Estado com mais ou menos 5%.

Com relação à natureza das despesas, quase a metade (48%), será destinada às construções necessárias aos jogos. Os demais orçamentos foram divididos em dezesseis categorias que não ultrapassam mais de 7% do total das despesas orçadas (Anexo II).

O poder público municipal assumiu sozinho a construção do Estádio Olímpico Municipal João Havelange, o Engenhão, no Engenho de Dentro e realizou convênios, através de Parceria Público Privada (PPP), com a iniciativa privada para a construção da Vila Olímpica, na Barra da Tijuca, para obras no autódromo de Jacarepaguá, onde ficarão o Parque Aquático, o Velódromo e a Arena Multiuso, e as demais obras de reforma e adaptação, dando o município uma garantia de R\$ 200 milhões do fluxo da Dívida Ativa. Coube ainda a cidade do Rio de Janeiro arcar sozinha o custeio e a manutenção com profissionais e material necessários à organização dos jogos até fevereiro de 2005 e a compra, junto com a União, de todos os direitos de transmissão e comercialização dos jogos, no valor de 13 milhões de dólares.

O programa de intervenções consiste de projetos estruturais, setoriais e específicos, visando à adequação e à melhoria das áreas urbanas que serão sede dos locais dos jogos, assim como seu entorno. Essas intervenções serão nas áreas de transportes, meio ambiente, reurbanização e revitalização da infra-estrutura urbana.

Estão planejadas obras no sistema viário através de um anel ligando a Avenida das Américas à Avenida Brasil, uma ligação entre a Barra da Tijuca e Magalhães Bastos e a Via Light, ligando a Avenida Brasil e a Estrada do Rio das Pedras. Está planejada também uma modificação no sistema de transportes públicos, com ônibus T5 ligando a Barra a Penha, a criação da linha 4 (Gávea, São Conrado e Jardim Oceânico) e 6 (Alvorada-Galeão) do metrô e a melhoria do sistema ferroviário a cargo do governo estadual. As intervenções na parte da sinalização ficarão a cargo do IPP, da RioTur e CET-Rio e serão destinadas a sinalização turística, dos equipamentos, da requalificação das vias urbanas.

As intervenções na Zona Oeste serão as construções de duas ciclovias, uma ligando Bangu a Campo Grande e a outra localizada na Estrada do Cabuçu. Também está prevista a reforma dos acessos e das passarelas da Avenida Brasil e a drenagem dos rios Marinho e Caldeireiro. Na Zona Norte as intervenções serão na infra-estrutura do entorno do Engenhão,

da melhoria da iluminação nos acessos do Maracanã, na revisão da legislação urbanística, valorizando os terrenos circunvizinhos aos equipamentos, no reassentamento das comunidades onde hoje se localiza o Estádio do Engenho de Dentro e na melhoria da estrutura da Radial Oeste. A Zona Sul terá 309 novos quiosques e a melhoria da iluminação na sua orla marítima, juntamente com a eliminação das “línguas negras” na Praia de Copacabana, com a drenagem de alguns rios a serem utilizados durante o PAN2007, a reurbanização da Borges de Medeiros e a revitalização do parque Tom Jobim. A Barra da Tijuca terá intervenções nas áreas ligadas diretamente ao PAN2007, como a duplicação da Avenida Ayrton Senna, além da drenagem, canalização e despoluição dos rios e lagos no entorno dos eventos, a construção de ciclovias em alguns trechos próximos aos novos equipamentos e o reassentamento da Comunidade do Outeiro e da Favela da Panela.

Com relação aos locais e áreas relacionadas aos jogos, estão sendo construídos ou reformados os seguintes equipamentos esportivos:

Estádio Olímpico João Havelange, no Engenho de Dentro

Localizado no Engenho de Dentro, localizado a 13 quilômetros da Vila Panamericana e com um custo estimado de R\$ 237 milhões, sendo integralmente financiado pela cidade do Rio de Janeiro, este estádio terá capacidade para 45.000 pessoas e será utilizado para os jogos de futebol, atletismo, tênis de mesa e tae-ken-do, podendo ser futuramente utilizado para shows e outros tipos de eventos. No local também será construído o Centro Olímpico de Desenvolvimento de Talentos do COB, que irá torná-lo um centro de treinamento de atletas de alta capacidade.

Parque Olímpico do Rio, em Jacarepaguá

Será construído na área onde hoje se localiza o Autódromo Internacional Nelson Piquet, o Parque Olímpico do Rio, que irá conter a Arena Multiuso, o Parque Aquático e o Velódromo, que serão construídos pelo concessionário licitado, sem prejuízo da pista do autódromo. Para que se tornasse um investimento atraente à iniciativa privada a Prefeitura concedeu todos os equipamentos do Parque Olímpico, com exceção do Parque Aquático, com direito real de uso por 50 anos renováveis por igual período, além da valorização do terreno através do reordenamento do gabarito e da área total edificante ao redor do Parque. Nesta localidade serão realizadas as provas de ciclismo contra o relógio, basquete, natação, saltos ornamentais e nado sincronizado.

Vila Panamericana, na Barra da Tijuca

Viabilizado através de uma PPP entre a Prefeitura, o COB e uma empresa de construção civil, o custo estimado está em torno de R\$ 300 milhões, com um financiamento da Caixa Econômica Federal, a cidade irá investir cerca de R\$ 157 milhões para urbanização e na infra-estrutura do local.

As delegações dos países participantes dos jogos irão se hospedar na Vila durante o evento, que depois dos jogos será explorada pela empresa construtora como um condomínio residencial que contemplará também a construção de estabelecimentos comerciais, residenciais, hoteleiros e de prestação de serviços.

Fazenda Clube Marapendi, na Barra da Tijuca

Localizado a cerca de 5km da Vila Panamericana, esse clube, onde atualmente se disputa a Copa Davis no Brasil, irá receber reformas e ampliações para receber as provas de tênis. A quadra principal será uma instalação temporária e mais nove quadras serão utilizadas.

Morro do Outeiro, em Jacarepaguá

Será construída uma pista e um centro permanente para as provas de mountain bike.

Centro de Convenções do Riocentro

O maior centro de convenções da América Latina irá abrigar dentro dos seus cinco pavilhões as provas de badminton, boxe, esgrima, ginástica rítmica desportiva, handebol, hóquei na grama, judô, levantamento de peso e lutas.

Complexo Esportivo da Cidade do Rock, na Barra da Tijuca

No terreno onde hoje se localiza a Cidade do Rock serão disputadas as provas de Beisebol e Softbol, esportes que necessitam de um grande terreno livre.

Rio Water Planet, na Barra da Tijuca

O parque aquático ganhará novas instalações para abrigar as provas de slalom (canoagem). As instalações passam depois a ser uma atração a mais do parque e serão utilizadas para novas competições.

Complexo Esportivo Miécimo da Silva, em Campo Grande

O Ginásio Algodão dentro do Complexo Esportivo Miécimo da Silva, será reformado e receberá as competições de futebol de salão e terá uma capacidade para 5.000 pessoas.

Estádio Moça Bonita, em Bangu

De propriedade do Bangu Atlético Clube, o Estádio Proletário Guilherme da Silveira Filho terá capacidade para 15 mil pessoas. O Estádio Moça Bonita atualmente tem sua capacidade limitada a 9.500 torcedores.

Complexo Esportivo de Deodoro, na Vila Militar

O Complexo Esportivo de Deodoro, na Vila Militar, Zona Oeste do Rio de Janeiro, receberá todas as provas do hipismo, ou seja, adestramento, concurso completo de equitação e saltos, além das provas de tiro esportivo, que é dividido em carabina, fossa, pistola e skeet e das provas de tiro com arco.

Estádio São Januário, em São Cristóvão

De propriedade do Clube de Regatas Vasco da Gama o estádio possui capacidade para 35.000 pessoas e irá receber alguns jogos de futebol de campo.

Complexo Esportivo do Maracanã, Maracanã

Construído para a Copa do Mundo de 1950 e um dos maiores símbolos da cidade do Rio, durante os Jogos Panamericanos de 2007, será o local das finais do futebol, da chegada da maratona e das Cerimônias de Abertura e Encerramento. O Maracanãzinho, que será a sede do vôlei. O Parque Aquático Júlio Delamare, receberá o pólo aquático. O Estádio de Atletismo Célio de Barros não irá receber nenhuma disputa por não estar dentro dos padrões internacionalmente estabelecidos para as práticas de atletismo.

Marina da Glória, no Flamengo

A Marina da Glória será o ponto de saída e chegada dos barcos que disputarão as provas de vela na Baía de Guanabara.

Parque do Flamengo

O Aterro do Flamengo, como é popularmente conhecido o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes é receberá a prova de ciclismo.

Praia de Copacabana

A arena que será montada na areia receberá as provas de vôlei de praia e o triatlo.

Sociedade Hípica Brasileira, na Lagoa

A Sociedade Hípica Brasileira será sede das provas de hipismo do pentatlo moderno.

Centro de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas

Será remodelado o Estádio de Remo da Lagoa, onde será possível acompanhar as provas de remo e canoagem de velocidade

IBC/MPC, na Barra da Tijuca

O PoloRio Cine & Vídeo abrigará o Centro de Meios de Comunicação, que consistirá no Centro de Imprensa Principal (Main Press Center-MPC) e no Centro Internacional de Transmissões (International Broadcasting Center-IBC). Está situado a 7km do Riocentro e a 3km do Complexo do Autódromo.

3.4 As experiências de outras cidades em grandes eventos esportivos

Eventos com características e “personalidade” próprias como as Olimpíadas, Copas do Mundo, Panamericanos ou mundiais de várias categorias esportivas são partes importantes para a regeneração urbana e econômica das cidades que os recebem, que se empenham cada vez mais na promoção de espetáculos urbanos personalizados com o intuito de tornar a localidade mais atrativa e especializada. Esse tipo de evento em grande escala pode representar uma grande, se não a maior, oportunidade de crescimento ou transformação do perfil econômico das localidades. A oportunidade de receber investimentos infra-estruturais e de melhoria do meio ambiente, tornando dessa forma a localidade e a região mais prestigiada nacional e internacionalmente, por ser capaz de organizar grandes eventos e de por possuir

uma estrutura atrativa às várias necessidades emergentes do mundo globalizado, como amenidades urbanas, turismo, infra-estrutura urbana e tecnológica, etc. Contudo, eventos esportivos internacionais de grande escala precisam de construções específicas para a realização dos jogos e de intervenções que causam impactos profundos na infra-estrutura e sociabilidade urbana. Isso pode gerar efeitos não esperados e os planejamentos podem ignorar as necessidades da população local.

Assim sendo, torna-se necessária a revisão das experiências anteriores em eventos de grande escala, como as Olimpíadas e Copas do Mundo, para que possamos aprender com elas e nos espelhar nos acertos e prevenir os erros já cometidos.

Para verificarmos as experiências de outros grandes eventos similares ao PAN2007 iremos utilizar um estudo de 2002 da Comissão 1 da World Association of the Major Metropolises, Metropolis, chamado El impacto de los grandes acontecimientos en el desarrollo de las metrópolis (2002). Esse estudo objetivava auxiliar as grandes cidades nas tomadas de decisões sobre a apresentação de candidatura de grandes eventos. Os resultados foram obtidos através de questionários aos países membros da associação, sendo que oito cidades responderam a pesquisa relatando quatorze eventos. Barcelona contribui com as suas experiências nos Jogos Olímpicos de 1992 e no Fórum Universal das Culturas de 2004, Berlim com a sua candidatura aos Jogos Olímpicos de 2000 e com o Mundial de Futebol de 2006, Melbourne com os Jogos da Commonwealth de 2006, Paris com o Mundial de Futebol de 1998, o Rio de Janeiro com o Carnaval, Sevilla com a Exposição Universal de 1992 e os Mundiais de Atletismo de 1999, Shenyang com o Mês da Amizade Internacional de 1999, Toronto com as Jornadas Mundiais da Juventude de 2002, Seul com os Jogos Olímpicos de 1988 e o Mundial de Futebol de 2002 (dividido com o Japão) e por fim Sydney com os Jogos Olímpicos de 2000.

Cada uma das cidades contribui com estudos específicos sobre as questões mais proeminentes para a realização destes eventos, como por exemplo, a análise da estratégia de marketing urbano de Seul, nos Jogos Olímpicos de 1988 e no Mundial de Futebol 2002. Berlim e Sevilla contribuíram com a apresentação das estratégias das duas cidades em relação aos Jogos Olímpicos. Sydney apresentou um balanço dos Jogos Olímpicos de 2000 e de seu impacto no desenvolvimento. O Rio de Janeiro colocou uma análise dos problemas que se enfrentam na utilização do Sambódromo fora do período de Carnaval, dentre outros.

O estudo observou que as metrópoles possuem mais objetivos comuns entre si do que diferentes, estes geralmente são associados a características da localidade ou culturais, podendo ser divididos em quatro grupos: imagem e reconhecimento internacional, econômicos e turísticos, desenvolvimento urbano e objetivos específicos.

Estes acontecimentos podem ser associados à oportunidade de mostrar imagens positivas da localidade e ao fato de aparecer em escala internacional. Metrôpoles mundialmente conhecidas como Paris e Rio de Janeiro utilizam estes eventos para consolidar suas posições de liderança, as demais geralmente utilizam esta situação para ascender a categoria de grande metrópole internacional ou fazer saber da sua capacidade de organizar grandes eventos ou espetáculos urbanos. Os objetivos associados fazem parte de políticas públicas específicas daquelas cidades para, ao fim, melhorar a qualidade de vida da população e tornar a cidade mais atraente, seja nacional ou internacionalmente.

Todos estes eventos promovem impactos nas metrópoles que os organizam. Em termos de imagem todas estas cidades buscam uma projeção internacional, tendo os meios de comunicação um papel fundamental nesse processo, principalmente através da televisão. O reforço da imagem de grande metrópole, principalmente em cidades que vêm parte da sua liderança ameaçada por cidades do mesmo país como é o caso do Rio de Janeiro e Melbourne, pode ser um passo para a retomada do prestígio perdido ou a construção de uma nova linha de desenvolvimento. Outro impacto desejado pelas cidades estudadas é o desenvolvimento urbano e eventos de grande porte são catalisadores deste objetivo, pois aceleram a viabilidade de grandes projetos urbanos de infra-estrutura, de regeneração e revitalização de zonas decadentes.

De acordo com o estudo (METROPOLIS, 2002), Barcelona admitiu que estes eventos são apenas pretextos para melhorar a atratividade global mediante a realização de obras de infra-estrutura, de requalificação de zonas degradadas e da criação de novos pólos de desenvolvimento.

Os exemplos de Barcelona, Paris, Seul e Lisboa mostram que grandes eventos podem ser extremamente úteis e eficazes para impulsionar grandes projetos urbanos, onde, em condições normais, estes projetos poderiam sofrer sanções ou serem alvo de disputas políticas com outras localidades devido a grande quantidade e variedade de recursos requeridos para a realização dos mesmos.

Os impactos mais significativos em termos de projetos infraestruturantes são: a reordenação dos meios de transporte e as obras relacionadas aos eventos. A cidade pode num prazo de tempo significativamente curto acelerar a realização de determinadas necessidades locais. Estima-se que o tempo ganho seja de dez a quinze anos em condições normais, contudo, existe o risco de superdimensionamento do projeto, sobreestimando a real capacidade e necessidades locais. Exemplos de melhorias nos transportes observamos em Barcelona em 1992, que permitiu a essa cidade ampliar seu aeroporto e construir novas vias públicas, em Andaluzia com a Expo92, que conseguiu realizar uma rede de estradas e uma linha de trem de alta velocidade ligando esta cidade a Madri, a Expo98 fez com que Lisboa pudesse construir uma nova ponte sobre o Tejo e uma nova estação de trens e Shenyang ganhou novos anéis viários.

Alguns destes eventos visavam à regeneração de zonas degradadas, como em Paris com a construção do Stade de France numa zona industrial decadente ou a Plaine Saint-Denis, em torno do qual se desenvolverá um novo bairro que predominará o setor terciário. Sydney criou seu Parque Olímpico em Homebush Bay, uma zona que continha atividades poluidoras. Em Lisboa o local onde foi construído o centro de exposições para abrigar a Expo98 estava degradado pela presença de uma refinaria de petróleo, um matadouro e “lixões”. Em Barcelona, os terrenos do Fórum 2004 eram ocupados por uma central elétrica e era cortado por vias de circulação rápida, sendo foi transformado num bairro orientado ao entretenimento e ao ócio.

Os impactos em termos econômicos e turísticos apesar de presentes em todas as ocasiões estudadas possuem certa limitação e causam repercussões diferentes em cada cidade. O estudo (METROPOLIS, 2002) apontou a estimativa de que depois de 1992 os Jogos Olímpicos injetaram 16,6 milhões de dólares na economia espanhola, o que representou 2,9% do PIB. A Expo98 de Lisboa contribuiu com um aumento entre 0,9% e 1,2% nesse ano a economia portuguesa. As repercussões econômicas são consideravelmente diferentes de acordo com o tempo e as localizações do evento, um exemplo disso temos em Seul, que em 1988 queria afirmar sua posição de cidade emergente e em 2002 queria expandir a sua economia “pós-moderna”.

Vamos fazer agora uma comparação entre os eventos similares apontados pelo estudo, guardando as devidas proporções já que nenhum dos casos estudados é um Panamericano.

3.5 Comparação entre experiências

Barcelona é uma cidade com cerca de 1,5 milhões de pessoas e a cerca de vinte anos direcionou seu desenvolvimento econômico e urbano baseado na organização de grandes eventos internacionais, principalmente a partir dos Jogos Olímpicos de 1992.

As Olimpíadas de 1992 envolveram o COI (Comitê Olímpico Internacional), a cidade de Barcelona, a Comunidade Autônoma da Catalunha, o governo da Espanha e empresas privadas. A cidade declarou no estudo sobre o impacto dos grandes acontecimentos para o desenvolvimento das cidades (METROPOLIS, 2002) que arcou com 18% do total dos custos dos jogos, que ficaram em torno de 9,376 bilhões. Foram investidos na renovação do Estádio Olímpico e do Palácio de Deportes, na construção de novas ruas e vias rápidas, 4.500 novas casas sendo 2.500 na Vila Olímpica de Barcelona, duas torres de comunicação, ampliação do aeroporto, 5.000 novas vagas na rede hoteleira e novos centros culturais como museus.

Barcelona tomou a frente do processo desde o início e concebeu a estratégia de conceber estes eventos como um motor para o desenvolvimento da cidade em termos de infraestrutura, urbanismo, emprego e imagem internacional, que na década de 80 chegaram a alcançar 20% da população da cidade (idem).

Os pontos fortes desse empreendimento, que desde o início foi uma proposta de política pública e uma estratégia urbana que se tornou referência internacional, foi o grande impacto dos Jogos no desenvolvimento da cidade, os quase US\$ 10 bilhões gastos no evento corresponderam a 1,8% do PIB da Catalunha que literalmente “dopou” a cidade e a região no período de 1987 a 1992, os jogos ainda criaram entre 30.000 e 60.000 empregos, tornando a cidade uma das rotas de turismo preferenciais da Europa (idem).

As dificuldades encontraram foram o endividamento da cidade em cerca de US\$ 2,898 bilhões de acordo com o câmbio de 1992, e mesmo esta dívida sendo compartilhada entre os atores envolvidos no processo, toda vez que um novo empreendimento precisa ser feito a cidade recorre a iniciativa privada e a cidade ainda tem que arcar com os custos de manutenção dos equipamentos criados antes e depois das Olimpíadas. A depressão econômica posterior aos jogos foi outro desafio que a cidade enfrentou, pois viu rapidamente os investimentos serem reduzidos e com algumas obras a serem finalizadas. Os efeitos impremeditados também foram um fator desafiador aos governantes da região, com 42% dos

investimentos totais sendo destinados a infra-estruturas viárias em detrimento a transportes públicos e com o claro favorecimento ao desenvolvimento das atividades na periferia. Houve também uma superestimação da demanda dos escritórios antes das Olimpíadas e a cidade enfrenta uma forte inflação dos preços dos imóveis e aluguéis em consequência da sua grande atração repentina, provocando dessa forma uma migração de 150.000 pessoas, a maioria sendo de pessoas menos abastadas (idem).

Melbourne receberá os jogos da Commonwealth em 2006, sendo este parte de uma estratégia das cidades australianas em busca de notoriedade internacional através de grandes eventos esportivos internacionais.

Os atores envolvidos nos Jogos da Commonwealth são: o Estado de Victoria, a cidade de Melbourne, a Federação de Jogos da Commonwealth (CGF, Commonwealth Games Federation), o governo australiano, a Associação Australiana de Jogos da Commonwealth (ACGA, Australian Commonwealth Games Association) e os patrocinadores privados. Estima-se que o custo total será de US\$ 335 milhões, em cambio de abril de 2001.

A cidade possui basicamente quatro objetivos como legados dos jogos: promoção da cidade como uma metrópole internacional dinâmica, atrair novos investidores, promoção do esporte e fomentar a ecologia urbana através da reciclagem de resíduos, da inovação das técnicas de construção e promoção do transporte público.

Os pontos fortes apontados são os estudos preliminares completos, uma estratégia clara, com capacidade de organização reconhecida e condições locais favoráveis e um projeto urbano ambicioso. Algumas interrogações já estão colocadas, como qual será a divisão de tarefas e a repartição de investimentos e qual será o papel da população no evento.

A Copa do Mundo de Futebol de 1998 na França alavancou a imagem do país e de sua capital. A cidade de Saint-Denis em Île-de-France soube aproveitar a construção do Stade de France como motor da requalificação econômica e urbana de suas zonas decadentes. O mundial coincidiu com um principio de crescimento econômico na França o que facilitou o trabalho de melhoria da imagem da França internacionalmente, um dos objetivos do projeto. A construção de um grande estádio de interesse nacional na capital para a realização de grandes eventos era o outro objetivo do evento. Outros objetivos foram incorporados com o andamento do projeto, entre eles: o aproveitamento das repercussões turísticas do evento; fazer com que os habitantes participassem do evento como uma festa de solidariedade e

cidadania. Paris e Saint-Denis tiveram outros objetivos complementares. Paris desejou consolidar uma imagem mais moderna e Saint-Denis de utilizar o mundial como um motor de desenvolvimento urbano e econômico.

Alguns pontos fortes foram apontados, como o grande êxito na organização, a renovação da imagem da França internacionalmente, os importantes efeitos no desenvolvimento de certas regiões, o balanço positivo de turismo na região de Île-de-France e o trampolim para a candidatura de Paris para as Olimpíadas.

Algumas dificuldades se deveram a uma considerável perda de tempo para o início do projeto, principalmente por parte do poder público em acreditar na viabilidade do mesmo e começar a gerenciá-lo. A localização do Stade de France e as concessões para construção e exploração foram exemplos dessa situação, o que por sua vez causou problemas de ordem financeira, pois tiveram que aumentar os custos devido ao prazo reduzido, e problemas de ordem ecológica, devido a falta de estudos preliminares que não previram que a construção poderia poluir o subsolo. A própria FIFA fez uma série de imposições que dificultaram na exposição da imagem que a França gostaria de promover, como a sua gastronomia e vinhos. A França por outra medida foi acusada de concentrar demais os investimentos no território de Île-de-France, especificamente na zona de Saint-Denis e de não aproveitar o evento como pretexto para obras desenvolvimento urbano das áreas envolvidas, devido, em parte, a grande concentração dos recursos numa determinada localidade. Por fim, os organizadores da Copa do Mundo de 1998 não conseguiram capitalizar de maneira satisfatória os novos conhecimentos adquiridos com o evento como a melhoria dos métodos de trabalho na coordenação das instituições envolvidas, novos modelos de cooperação internacional, circulação da informação em tempo real e experiências devido à singularidade dos trabalhos e do evento.

Berlim é outra cidade que pode nos oferecer um caso de comparação, pois está se preparando para a Copa do Mundo de Futebol de 2006 e como um caso de insucesso como cidade hospedeira das Olimpíadas de 2000.

A intenção de sediar uma Olimpíada surgiu com a unificação das duas “Alemanhas” e, no caso, de duas “Berlins”. Com uma situação ímpar a cidade reunificada de Berlim via nos Jogos Olímpicos a chance de desenvolver rapidamente a reconstrução da cidade e estimular um desenvolvimento conjunto das duas partes, além de promover uma imagem de cidade internacional, moderna e dinâmica, capaz de prover não só as condições para os jogos como

também pequenas amenidades culturais e cosmopolitas. Sua proposta não era tão agressiva ou estimulante como as das suas concorrentes, principalmente a campeã, Sidney, podendo ser sintetizado em três pontos principais: a recepção de quatro milhões de turistas, sendo 50% de estrangeiros, o desenvolvimento urbano através da melhoria do sistema de transporte e da recuperação de bairros e por fim a construção de novos equipamentos esportivos e a modernização dos antigos. Os pontos fortes da sua candidatura podem ser considerados lugares-comuns, considerando o contexto e as propostas competidoras, pois o aproveitamento do contexto, um projeto de desenvolvimento urbano, o interesse do setor privado e o impacto favorável aos equipamentos existentes não trariam grandes novidades ao panorama das Olimpíadas. O mesmo poderíamos dizer dos pontos negativos, onde as críticas negativas da opinião pública foi forte, a origem do financiamento duvidosa e a criação de alguns “elefantes brancos” como legado fazem parte do mesmo pacote esperado deste tipo de evento.

No caso do Rio de Janeiro, temos uma cidade com quase seis milhões de habitantes e que possui experiência em organização de eventos urbanos de grande porte anuais, o carnaval e o reveillon, e apesar de serem de naturezas completamente distintas e com peculiaridades próprias, certas expertises foram adquiridas com o tempo, como certos métodos de trabalho a partir das relações com os parceiros de várias instâncias privadas e dos outros poderes públicos.

Um ponto em comum com todos os casos estudados, principalmente em Barcelona, e o Rio de Janeiro não foge à regra, é a utilização deste evento de grande porte para o desenvolvimento econômico, social e urbano da cidade. Criação de novos empregos, despoluição, dragagem, recuperação de zonas degradadas ou pouco valorizadas fazem parte do pacote, investimentos na imagem, na infra-estrutura urbana e todos os outros citados acima fazem parte do que poderíamos chamar de “pacote de espetáculos urbanos”, em verdade, os maiores aproveitamentos destes eventos sempre são conseguidos depois destes, pois as pessoas que ali habitam, como os turistas que a visitam terão uma cidade renovada para os seus propósitos.

Para efeitos desta dissertação utilizaremos as definições da EMBRATUR para turista e turismo:

“Turista: 1. Segundo Inskip (1988), visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e o propósito da sua visita pode ser classificado em: a) Lazer (ex.: recreação, feriado, saúde, religião

ou esporte); b) Negócios; c) Família; d) Missão; e) Encontros. 2. E aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado (EMBRATUR, 1992)” (EMBRATUR, 2005).

“Turismo: 1. É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992). 2. Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa” (EMBRATUR, 2005).

O Rio de Janeiro está buscando uma estratégia muito próxima a de Barcelona, que apesar de ser uma cidade menor e de menos importância se a relacionarmos ao contexto nacional, ou seja, buscar uma nova linha de desenvolvimento econômico e de bem estar já que o antigo modelo não pode mais ser aproveitado. Contudo, a busca por estratégias similares pode provocar resultados similares, sejam eles positivos ou não premeditados, como a grande dívida adquirida pela cidade ou a migração da população menos abastada. A principal diferença entre Barcelona e o Rio de Janeiro é que a primeira arcou com apenas 18% do investimento exigido, no segundo caso a cidade irá investir mais da metade (56%) dos investimentos previstos, em números reais o custo estimado em julho de 2003 era de US\$ 224.327.800,00, cabendo a cidade investir US\$ 126.000,00.

Comparada a Melbourne o Rio de Janeiro possui objetivos similares, contudo existem pontos na proposta australiana que deveríamos aprender como lição. A ecologia da cidade do Rio de Janeiro será afetada na dragagem e despoluição de alguns pontos que serão utilizados nas provas. Mas não existe nenhuma proposta mais ousada de reciclagem dos resíduos, e a dragagem é uma medida paliativa que não resolverá o problema da poluição dos espelhos de água utilizados nas competições. As propostas para o transporte público, como a linha 4 e 6

do metrô e o ônibus T5 caso fossem concluídas integralmente, mesmo que depois do fim dos jogos, lograriam benefícios à cidade como um todo. Um ponto forte, comparado não só a cidade australiana, mas a Berlim também, é a divisão de tarefas entre os atores envolvidos, todos sabem as suas partes e quanto devem investir para o sucesso do evento, mas ao contrário de todos os outros, com exceção à Barcelona, o Panamericano de 2007 é uma proposta local de política de intervenção pública, não faz parte de um plano nacional ou mesmo estadual, mas os jogos já estavam sendo especulados no segundo mandato do atual prefeito.

Os objetivos buscados pela Copa do Mundo de 98 nos fornecem um material de comparação útil à cidade do Rio de Janeiro. Ambas as cidades desejam alavancar a sua imagem nacional e internacionalmente, as duas tem projetos de requalificação econômica e urbana de partes da cidade, a utilização para outros fins dos equipamentos construídos além dos propósitos originais e uma impulsão para sediar as Olimpíadas. O principal ponto de encontro que pode ser considerado negativo entre as duas propostas é a concentração demasiada dos recursos numa determinada região, no caso de Paris na Île-de-France, especialmente em Saint-Denis, e no caso do Rio de Janeiro na Barra da Tijuca.

Este tipo de comparação torna-se claramente útil, pois podemos presumir que eventos similares podem, guardando as devidas reservas, gerar resultados similares. Cabe a cidade e a população se espelharem nos pontos positivos e aprender com os negativos. O material disponível sobre o assunto é vasto e necessita de uma averiguação rigorosa para que a comparação seja a mais justa possível entre as localidades envolvidas, mas fica a lição das experiências anteriores para que possamos promover o melhor resultado possível.

CAPÍTULO 4

AValiação DO PROJETO DOS JOGOS PANAMERICANOS DE 2007

Este capítulo contará com duas seções. A primeira está baseada nas entrevistas feitas com técnicos, especialistas e políticos que puderam contribuir de alguma forma com para a compreensão do PAN2007 como um projeto de intervenção urbana, social, política e econômica. A segunda parte será a avaliação do PAN2007 através dos critérios e meta-critérios de execução abordados no capítulo 4.

4.1 A visão dos técnicos e do poder público sobre o PAN2007

Foram entrevistadas para esta dissertação pessoas que poderiam de alguma forma contribuir para a compreensão dos diversos fenômenos e ações que compõem o quadro do Pan-americano de 2007. O primeiro a ser entrevistado foi José Antônio Barros Alves, consultor da FGV Projetos, contratada para fazer, primeiramente, uma série de avaliações sobre a viabilidade de uma cidade brasileira sediar uma Olimpíada ou um Panamericano e posteriormente contratada para fazer a parte técnica do projeto de candidatura para o PAN2007. A segunda pessoa entrevistada foi Roberto Aimbinder, técnico do Instituto Pereira Passos (IPP) e coordenador responsável pela representatividade do Instituto nos projetos relativos aos jogos. A terceira pessoa entrevistada foi Maria Alice Rezende de Carvalho, professora do Instituto de Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), e autora de vários estudos sobre a cidade do Rio de Janeiro e uma das integrantes da equipe do primeiro plano estratégico do Rio de Janeiro. O último entrevistado foi o Secretário Ruy Cezar de Miranda Reis da Secretária Municipal de Esporte e Lazer, sendo ele um dos principais responsáveis pela realização dos jogos na cidade. Cada um deles contribui com a sua especialidade em assuntos relacionados aos temas da cidade, política, economia urbana e do próprio PAN.

Perguntado de qual foi a participação dele e da FGV Projetos para a candidatura do Rio de Janeiro a cidade sede dos jogos Pan-Americanos, José Alves respondeu que o processo teve início no final do ano de 2000, quando foram procurados pelo Dr. Nuzman (Carlos

Arthur Nuzman), presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), que queria investigar a possibilidade e as condições do Brasil fazer uma Olimpíada ou um Panamericano. Foi traçado a partir daí uma demanda do quadro geral: um projeto de estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e política, ou seja, todos os fatores que uma candidatura olímpica ou de uma candidatura de um panamericano iriam demandar de uma cidade do Brasil, qualquer que fosse a cidade. Outro interessado na possibilidade da realização dos jogos olímpicos ou panamericanos foi o Ministério de Esporte e Turismo, através da Secretaria Nacional do Esporte, com Lars Graef a frente dos trabalhos, demandou da FGV em 2001 um estudo de viabilidade econômica. O estudo dizia que no Brasil existem três cidades com condições de fazer jogos panamericanos naquele momento, Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba. Algumas cidades com pequenas modificações e adaptações poderiam ser candidatas, incluídas nesta situação estão Porto Alegre, Brasília e Belo Horizonte, outras como Belém e Salvador teriam de sofrer intervenções mais audaciosas e custosas para serem sedes destes eventos. Este estudo apontou que as cidades devem ter além de uma grande infra-estrutura, certos atrativos, e nessa situação, que do ponto de vista olímpico, somente duas cidades se mostraram capazes de competir, além é claro de possuírem projeção internacional própria, no caso, Rio de Janeiro e São Paulo. O estudo foi entregue ao Ministério dos Esportes que o divulgou e o entregou as cidades e ao COB, que foi quem decidiu que o Rio de Janeiro iria disputar a ser sede do Panamericano, já que São Paulo o foi em 1963, e deu a esta cidade toda a área esportiva da USP que nós temos hoje em dia.

Complementa essa afirmação o Secretário da SMEL, Ruy Cezar Miranda Reis, ao responder que o Pan2007 é um planejamento executado em conjunto pelo COB e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). Durante a fase de candidatura todo o planejamento e montagem do processo de candidatura foram feitos pelo COB e pela PCRJ, depois de vencida a disputa com a cidade de San Antonio (Texas-EUA) os outros atores foram convidados por obrigação contratual, no caso, o Governo do Estado e o Governo Federal. Porém todo o planejamento de localização, de legado de meio ambiente, de políticas de áreas de transporte foram desenvolvidos pelo COB, SMEL e demais parceiros, onde a FGV (através da FGV Projetos) fez o trabalho de apresentação da candidatura e posteriormente condensado num livro para ser apresentado na Cidade do México (México). O próprio Secretário foi o coordenador da equipe de 250 funcionários da PCRJ nas áreas de onde a atuação da Prefeitura se fazia necessária para o Panamericano, ou seja, construção dos equipamentos, infra-

estrutura e meio ambiente, dos legados para a área social, na área de trabalho, da inclusão do jovem e da identificação e desenvolvimento de talentos do esporte.

Quando José Alves perguntado sobre a possível transformação da Barra da Tijuca numa “bolha de turismo” (capítulo 3), José Alves respondeu não acreditar nessa possibilidade devido às características peculiares de sua localização, estrutura e sociabilidade, este acredita que o turista que venha ao Rio de Janeiro quer conhecer os locais tradicionais e já assentados na memória mundial, como Copacabana, Ipanema e mais recentemente Leblon. A Barra da Tijuca terá a sua primeira grande exposição internacional com o Panamericano, e mesmo depois do evento o turista continuará indo para estes locais tradicionais. A pergunta complementar a essa foi se o Panamericano poderia aumentar o fluxo de escoamento de recursos das diversas regiões do Rio de Janeiro para a Barra da Tijuca, José Alves respondeu também não acreditar nessa possibilidade devido a localização pouco atraente dos equipamentos esportivos, como o autódromo e o Riocentro.

Roberto Aimbinder rebate esta proposta ao dizer todas as regiões poderão se beneficiar com o crescimento do turismo:

“Então todas essas áreas vão estar no crescimento, natural, são áreas que já estão atreladas ao crescimento turístico. Essas áreas vão, eu acho, que em relação a quando você cresce o movimento turístico na cidade, quando você cresce a circulação de dinheiro na cidade, na verdade isso acaba contaminando a cidade inteira, traz benefícios para a cidade inteira. Não só para, claro que existem regiões que vão ser mais beneficiadas, e sempre foram, que são as regiões turísticas”.

Contudo, a prefeitura já promoveu a valorização das áreas vizinhas a esses equipamentos esportivos através da mudança do código de construção da cidade com garantia de retorno dos investimentos da iniciativa privada e do melhor aproveitamento por parte da população que terá mais condições de acesso a estes equipamentos, além do fato da Barra da Tijuca estar próxima ao centro geográfico da cidade do Rio de Janeiro^{viii}. Perto deste centro geográfico passam as linhas amarela e vermelha, o aeroporto de Jacarepaguá e outras vias de acesso rápido ligando todas as zonas da cidade. A Barra da Tijuca é uma região que ainda oferece uma grande zona de expansão, coisa que as zonas sul e norte, com pouco mais de 20% do território e mais de 80% da população, não podem oferecer, principalmente por que vemos em seu território um planejamento superficial ordenado, como feito na zona sul, mas não

realizado na zona norte, além da ligação rápida através da Linha Amarela e do imaginário social de que “novos ricos” morarem na região. Depois de explicado como funciona o processo de escoamento de pessoas e recursos de uma região para outra, José Alves considerou a possibilidade do Pan2007 piorar um já existente processo de escoamento de recursos para a Barra da Tijuca.

A maior preocupação de José Alves com relação ao Panamericano está na criação de “elefantes brancos”, questão posteriormente respondida pelo Secretário Municipal de Esportes, devido precisamente a localização dos equipamentos e a dificuldade de acesso a eles, seja na área pouco atraente do Engenho de Dentro ou no isolado autódromo de Jacarepaguá. O Estádio Olímpico do Engenho de Dentro estava orçado no primeiro plano, mas não onde está atualmente, originalmente este Estádio seria ou no autódromo o Maracanã seria reformado, mas nenhum dos dois seria possível. Reformar o Maracanã seria impossível, sendo a única possibilidade demoli-lo e construir os novos equipamentos por cima, assim se faria necessário por que o Complexo do Maracanã não possui nenhuma medida internacionalmente reconhecida e fazer dentro do Autódromo Nelson Piquet consumiria mais espaço do que o oferecido pelo terreno do autódromo não ocupado pelas pistas. A próxima pergunta estava relacionada a qual seria a utilização do “Engenhão”, José Alves respondeu que ali funcionará um centro de esportes, onde os galpões serão mantidos e ali instalados escolinhas de várias modalidades, estimando-se entre 20.000 e 30.000 pessoas por dia utilizando os aparelhos do lugar. Até o momento da entrevista, José Alves informou que não havia consenso sobre quem irá manter a estrutura do Estádio, se a iniciativa privada com uma concessão, ou uma PPP ou o poder público sozinho. O maior impacto apontado pelo entrevistado em advento da construção do estádio e da melhora da infra-estrutura da região próxima é a transformação dos bairros vizinhos ao equipamento, com possíveis consequências como a “invasão branca” e a especulação imobiliária.

Respondendo qual seria o destino dos equipamentos esportivos depois do PAN2007, e conseqüentemente as preocupações de José Alves, o Secretário de Esportes revelou que dos equipamentos esportivos criados para o evento o Parque Aquático do Complexo Esportivo do Autódromo ficaria para a cidade, os demais (Autódromo, Velódromo e Arena Multiesportiva) seriam concedidos a iniciativa privada. O estádio João Havelange no Engenho de Dentro é uma parceria com o COB, onde será montado um centro de desenvolvimento de talentos. A Vila Panamericana, uma PPP com uma construtora, será vendida, ou seja, a PCRJ não ficaria com nenhum “elefante branco” e a cidade ainda arrecadaria mais devido a impostos ganhos

com a utilização dos equipamentos e com as taxas incidentes sobre os imóveis que serão construídos nos arredores destes mesmos equipamentos. Nos demais equipamentos restaurados serão feitas parcerias de utilização posterior, já que a cidade estará qualificada, segundo os padrões internacionais, a receber competições de nível nacional e internacional.

A mesma pergunta foi feita a três dos entrevistados: Qual o legado esperado para a cidade do Rio de Janeiro em decorrência do PAN?

Um dos possíveis legados para a cidade do Rio de Janeiro na opinião de José Alves seria o reforço daquilo que é melhor produzido aqui: “idéia, gente, cultura e esporte”.

Roberto Aimbinder respondeu que as expectativas de mudança planejadas para a cidade e as vantagens e melhorias que serão trazidas pelos jogos são a promoção da cidade do Rio de Janeiro como centro de um pólo esportivo do Brasil e para toda a América Latina, vocação dividida com outras cidades do país, mas agora concentradas num território específico e como exemplo desse fenômeno o entrevistado citou a captação de vários eventos internacionais relacionados ao esporte como a Copa do Mundo de Ginástica, o Pentatlo Moderno, o Mundial de Basquete Feminino de 2006 e o de Judô de 2007. A pergunta complementar a essa foi com relação às quais seriam as vantagens ou melhorias para a população nas áreas diretamente afetadas, a resposta obtida foi que o município é afetado como um todo e não só a cidade, mas toda a América Latina, pois abrirá portas para outras competições de nível internacional e até mesmo uma Olimpíada, incluindo nesses efeitos esperados a questão de inclusão social através do esporte.

Ruy Cezar Miranda Reis respondeu que o Rio de Janeiro ganhou de San Antonio por que apresentou na candidatura dois focos de legado. O primeiro é o legado esportivo, isto é, novos equipamentos, a inserção da cidade no mundo esportivo e a confirmação da potencialidade que a cidade tem de realizar grandes eventos. O segundo legado, o social, foi o responsável pela vitória da cidade., pois os Panamericanos vão proporcionar a cidade gerar empregos, descobrir novos talentos esportivos e a possibilidade de requalificar a cidade nas áreas onde o Panamericano não atinge. Dentro do projeto do Panamericano, o chamado legado social consiste no compromisso em realizar ou construir em todas as áreas que não foram abrangidas pelos equipamentos esportivos do PAN2007, um equipamento de inclusão, seja uma escola, um hospital ou uma Vila Olímpica Social. O Rio de Janeiro mostrou na sua proposta que a cidade tem uma boa oportunidade de crescer dentro do esporte, mas não somente através da prática esportiva, mas utilizando o esporte como uma “alavanca de

desenvolvimento” econômica e social. No momento da vitória em 2002 a proposta do projeto de inclusão social esportivo incluía 80.000 pessoas, para em 2004, com os novos equipamentos e com o desenvolvimento dessa política de inclusão social, a proposta era incluir a maior parte dos 700.000 alunos da rede pública municipal de ensino. Um exemplo dado pelo Secretário foi a utilização do Parque Aquático no Parque Olímpico do Rio em Jacarepaguá, que será utilizado para desenvolver projetos para as comunidades carentes e para a identificação de talentos jovens para esportes aquáticos. Os jogos Panamericanos vão gerar cerca de 40.000 empregos diretos e indiretos, depois dos jogos 20.000 empregos permanecem fixos da cidade.

A pergunta que se seguiu, depois da manifestação de preponderância da SMEL e do Secretário em assumir o papel gerencial dos jogos, foi se a Secretaria de Esportes depois do PAN2007 estaria em igualdade de importância com as Secretarias de Educação e Saúde, tradicionalmente as mais importantes em questões de projetos sociais e em número de funcionários. O Secretário Ruy Cezar respondeu que atualmente a SMEL já possui esse nível de importância, pois está dentro do projeto de macro função política e social, interligando todas as Secretarias no mesmo projeto macro social da PCRJ.

“Uma criança para praticar esporte tem que estar na escola, as vagas do esporte são feitas através das escolas e das comunidades carentes, e aqui na comunidade carente eu recebo uma criança que não esteja na escola, antes dele começar a fazer atividade esportiva ele vai para a escola e a Secretaria (SME) obrigatoriamente tem que arrumar uma vaga para essa criança. Então nós podemos dizer que dentro dos nossos projetos esportivos, hoje, hoje, nós temos 150.000 crianças fazendo esporte por conta dos recursos do município e 150.000 crianças dentro da escola. Então essa é a grande diferenciação do projeto esportivo que o município do RJ usou para o Panamericano”.

Perguntado sobre a possibilidade de desenvolvimento através do turismo e de qual é a relação do esporte com o desenvolvimento através do turismo, o Secretário Ruy Cezar respondeu que o esporte possui um turismo característico dele, o turismo do esporte, que é a soma dos atletas e dirigentes com os curiosos e os torcedores, tornando-se um fluxo muito forte e uma parcela considerável dos turistas que vem a cidade sede das competições, mesmo depois dos eventos. As exigências deste público são as amenidades proporcionadas por uma

rede turística, como hotéis, informações e entretenimento, que no caso do esporte é a competição em si.

A pergunta que se seguiu questionou se essa proposta era uma alternativa a perda da centralidade do Rio de Janeiro frente a outras cidades como a política para Brasília e a econômica para São Paulo, ou seja, em transformar a Cidade do Rio de Janeiro numa “cidade-espetáculo”. A resposta obtida foi que essa política é apenas uma afirmação das potencialidades e da tradição do Rio de Janeiro, considerada a porta de entrada do Brasil, o objetivo deste projeto é manter o turista no Rio de Janeiro, potencializando as referências na área de turismo em todas as suas modalidades, tornando a cidade numa região pulsante, sendo essa a grande transformação da cidade.

Complementando esse ponto o Secretário foi questionado sobre a valorização dos terrenos vizinhos aos equipamentos esportivos e das suas consequências como a especulação imobiliária, o aumento do custo de vida e a expulsão das pessoas com menor renda para outras localidades. A resposta foi que estas consequências são próprias da lei do mercado. A prefeitura teve a preocupação de reassentar as ocupações irregulares e de negociar com os demais e que o mercado cuidaria dos resultados, como na Avenida Abelardo Bueno (Barra da Tijuca), onde os terrenos possuem donos e possíveis compradores, ganhando aqueles que já tinham a posse dos terrenos, a prefeitura ganharia com a arrecadação dos impostos provenientes das construções e do comércio que surgirá em volta.

Para responder a questões sobre a cidade do Rio de Janeiro, sua história e formação foi entrevistada para esta dissertação a professora Maria Alice Rezende de Carvalho. Segundo observado pela professora, César Maia, no seu primeiro mandato, compôs um secretariado mais técnico, composto por especialistas e por pessoas com experiência em lidar com os assuntos da cidade, implementado uma política de grande repercussão na cidade, com temas pouco falados ou esquecidos há muito tempo, como a questão das favelas, que no primeiro mandato ele atacou com o Programa Favela Bairro. Outro ponto apontado pela entrevistada foi a deterioração dos bairros do Rio de Janeiro, enfrentada com uma política de recomposição da cortesia urbana, como a utilização das calçadas e ordem urbana em geral. E como desafios para o terceiro mandato, Maria Alice aponta que:

“Basicamente saúde, que era o que ele apontava e a alteração também, e implementação de políticas urbanas do primeiro mandato. Acho que vai haver um renascimento do Favela Bairro, de algumas experiências que ele

tem feito no Jacarezinho, da construção daquele prédio da Bal-halls, e agora o desafio do Pan-Americano, que de fato significa uma remodelação da cidade pra atender a esse evento, né, que é um evento que pode trazer, pode trazer emprego para o Rio de Janeiro, pode trazer recursos, pode colocar a cidade mais visível no plano internacional, da competição entre as cidades. Então, acho que esse é um mandato a ser visto, mas, enfim, acho que [seu] programa [é] reformista, principalmente no primeiro mandato”.
(grifos meus)

Ao ser questionada sobre a deterioração dos bairros, Maria Alice respondeu que bairros tradicionais da zona norte apresentavam sintomas de pouco investimento, principalmente o público, que estava descuidado com as vias urbanas e com a aparência dos bairros, que estavam sendo afetados pelo empobrecimento da população nas últimas décadas e que se fazia perceber pelo empobrecimento da localidade.

Depois que o tema pobreza foi apresentado, Maria Alice foi questionada se a Barra da Tijuca não poderia se tornar uma região extremamente atrativa, em detrimento aos negócios dos bairros vizinhos ou de fácil acesso pela linha amarela, sendo essa uma das causas do aumento da pobreza de certas regiões. A professora respondeu que a Barra da Tijuca exerce realmente este efeito sobre outros bairros, já sentido por comerciantes dos bairros cortados pela Linha Amarela, que perdem seus clientes para o comércio emergente, concentrado e variado da Barra da Tijuca, sendo esta quase uma cidade agregada, recebendo os equipamentos urbanos necessários a sua urbanização enquanto os mesmos ficavam deteriorados no resto da cidade. Assim sendo o restante da cidade ficou com a parte mais perversa do processo, que é uma cidade envelhecida e com poucos recursos e competindo por recursos com a parte nova da cidade, já que a Barra da Tijuca não possui infra-estrutura urbana, como saneamento ou transportes públicos de qualidade.

A continuação da questão anterior foi se a cultura, o turismo e os serviços são atividades por excelência concentradora de recursos? A resposta dada foi que a opção do Rio de Janeiro seria estimular as alternativas, inclusive nestas áreas citadas, pois a cidade possui esta facilidade para a invenção, para a inovação e da renovação dos circuitos culturais. Para que isso ocorra os investimentos públicos mais necessários, para fazerem as pessoas andarem pelas ruas de novo e realizarem estas inovações e invenções permanentes de alternativas, seriam nas áreas de segurança, limpeza e iluminação, ou seja, o mínimo para a ordenação pública.

4.2 Avaliando o Pan2007 através dos critérios e meta-critérios de execução

Como observado inicialmente, um dos referenciais teóricos utilizado para o entendimento e aplicação da justiça distributiva foi a metodologia e as propostas de John Rawls, principalmente as apresentadas em seu livro “Uma Teoria da Justiça”. Outro referencial teórico utilizado é a metodologia de Kevin Lynch para a construção de critérios de execução para mensurar a boa forma de uma cidade. O que Lynch chama de execução da cidade é a forma como um aglomerado populacional se faz uma cidade. Para medir esta execução ele oferece cinco parâmetros (vitalidade, sentido, acesso, controle, adequação, eficiência e justiça) para medir a evolução da cidade e avaliar se esta possui uma boa forma. A comunhão destes dois referenciais teóricos numa mesma perspectiva visa alcançar a proposta de justiça distributiva de Rawls através dos critérios de execução de Lynch. Contudo estes mesmos critérios foram criticados e adaptados para compor uma crítica mais contundente ao quadro que nos é apresentado pelas atuais circunstâncias da nossa sociedade, portanto iremos trabalhar a partir da crítica feita a esses critérios de execução.

Não iremos aqui mensurar a forma atual do Rio de Janeiro, mas sim as propostas do projeto panamericano para essa cidade. Lynch nos coloca que a execução deve ser medida somente por referência à forma espacial da cidade e o que se tornam, por essa medida, generalizáveis, são as dimensões de execução, ou seja, características identificáveis da execução originadas das suas características espaciais e medidas por escalas mensuráveis de alguma forma.

Estamos considerando que as propostas feitas no projeto para a realização dos jogos serão cumpridas e efetivadas, ou seja, o que foi proposto será executado da maneira como planejado. Se estiver proposto que um rio será dragado ou um equipamento construído, entenderemos que essa proposta de modificação do espaço da cidade será assim feita. Não caberá aqui discutir qual a melhor técnica de assoreamento ou se a tecnologia de construção da Vila Panamericana é adequada para o terreno, consideraremos apenas os resultados objetivos dessas ações.

Lynch propõe a utilização simultânea dos meta-critérios de eficiência e justiça, todavia, a nossa proposta avança nessa questão ao colocarmos que a justiça deveria possuir a primazia diante do critério de eficiência, assim como normativa Rawls na sua teoria de justiça

como equidade. Primeiramente faremos a demonstração da mensuração dos critérios com base somente no meta-critério de eficiência e posteriormente utilizaremos o meta-critério de justiça da maneira como foi proposto nesta dissertação. Assim prosseguiremos com o intuito de avaliar se a proposição de Rawls, da necessidade da primazia da justiça sobre a eficiência e da liberdade sobre as vantagens são realmente necessárias para a realização dos preceitos de justiça, ou seja, tentaremos uma utilização prática dos preceitos da justiça como equidade, demonstrando dessa forma se as proposições filosóficas para justificar tal necessidade de primazia se realizam quando averiguadas numa situação concreta.

As propostas de intervenção foram retiradas da apresentação feita pelo Secretário Municipal de Esportes Ruy Cezar ao Vice-Prefeito Otávio Leite, no dia 31 de janeiro de 2005. Essa apresentação possui as propostas mais atualizadas para o planejamento dos jogos.

O primeiro critério de mensuração indicado por Lynch é a vitalidade e as propostas de intervenção nas áreas relacionadas ao critério são:

- Reabilitação da Baixada de Jacarepaguá;
- Despoluição dos canais das Ilhas do Governador e do Fundão;
- Gestão ambiental para eventos “limpos”;
- Despoluição da Baía de Guanabara (de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro);
- Os planos de desenvolvimento da limpeza urbana contemplam a compra de mais equipamentos e veículos, um programa educacional de manejo de resíduos sólidos, uma central de beneficiamento de resíduos sólidos, a coleta seletiva de recicláveis, a coleta diferenciada e a coleta de lixo por equipamentos automatizados;
- Macrodrenagem nos rios Marinho e Caldeireiro, na galeria de cintura da Lagoa Rodrigo de Freitas, no enrocamento do Jardim de Alá com a Avenida Visconde de Albuquerque, a dragagem da raia de remo da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Lagoa da Tijuca, nos canais dos rios Cortado, Portelo, Calembá, Cancela e Vargem Pequena;
- Despoluição do rio Rainha e do Canal da Avenida Visconde de Albuquerque;

- Canalização e despoluição do arroio Pavuna-Guerengüê;
- Retificação com canalização e dragagem do Arroio Fundo;
- Despoluição da Lagoa de Marapendi;
- Implantação dos Parques Curupira, Pedra da Panela e Marapendi;

As propostas de modificação do espaço carioca, acima apontadas, preenchem os requisitos do critério de vitalidade, seja contemplando a formulação de Lynch para o critério através de suas características fundamentais (sustentação, segurança e consonância) ou os objetivos do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

No primeiro caso, as características fundamentais do critério de vitalidade de Lynch, a sustentação, segurança e consonância são atendidas por que as propostas promoverão a continuidade dos recursos necessários à manutenção da vida e irão ajudar no controle da poluição, dos resíduos tóxicos e de algumas doenças além de promoverem uma consonância entre adequada aos estímulos sensoriais que a cidade oferece a população.

No segundo caso a transformação nos padrões de cuidado com os resíduos e a reabilitação de espaços degradados começará a levar a cidade do Rio de Janeiro, no seu trato cotidiano com as pessoas que aqui vivem, a reforçar, por tempo indeterminado, a melhora da qualidade de vida da população e a sobrevivência ecológica das regiões afetadas, promovendo dessa forma uma melhora do espaço urbano como um todo.

Apesar de serem pontuais, essas propostas podem ser encaradas como o início de um processo de melhora da qualidade ambiental da cidade do Rio de Janeiro, promovendo ao mesmo tempo a sustentação das espécies e o desenvolvimento da qualidade de vida daqueles que vivem nestes espaços. Sem esquecer é claro da efemeridade de algumas destas propostas, como as dragagens dos rios e lagos, que sem um planejamento e sem uma proposta para a limpeza destes e sua devida utilização, pode ocorrer a perpetuação da poluição destes.

O segundo critério de mensuração adotado por Lynch é o sentido, ou seja, se atendida as suas exigências, torna consciente a uma pessoa o seu papel numa comunidade, o seu passado, o seu tempo e o seu espaço. A proposta do Panamericano objetiva reforçar as qualidades específicas do Rio de Janeiro enquanto cidade, transformando-a num centro turístico e esportivo, que deixarão marcas através dos legados esportivo e social, como já mencionados.

Caso as propostas e os auspícios dos entrevistados se realizem, ou seja, desenvolvimento econômico apoiado pelo complexo turístico e o desenvolvimento social através da integração das macro-funções sociais da Prefeitura, as transformações nas concepções que os habitantes e os visitantes têm da cidade estará atrelada a promoção da cidade do Rio de Janeiro como um pólo esportivo e turístico, características já presentes no imaginário social sobre a cidade, ou seja, o reforço de imagens latentes sobre a cidade.

O terceiro critério apontado por Lynch é a adequação, sendo este a relação entre a forma espacial de uma cidade e os hábitos cotidianos de seus habitantes, ou seja, a forma e a função estão bem relacionadas uma com a outra. Retomando as sugestões de Lynch para medir a adaptabilidade que são a capacidade de manipulação do espaço para se adequar às necessidades futuras e a capacidade de evitar “becos sem saída”, ou seja, “elefantes brancos”, construções poluidoras do meio ambiente ou mesmo negócios mal estruturados.

Todos os equipamentos esportivos construídos ou reformados para os jogos terão utilização futura por parte dos seus responsáveis ou serão instalações temporárias. O Estádio Olímpico João Havelange, o Complexo Esportivo Miécimo da Silva e o Parque Aquático do Parque Olímpico do Rio farão parte de políticas públicas envolvendo o desenvolvimento de talentos esportivos e a integração social através do esporte. A arena multiuso, o autódromo e o velódromo foram concedidos a iniciativa privada. A Vila Panamericana será vendida à iniciativa privada. A Fazenda Clube Marapendi terá suas quadras de tênis reformadas. O Morro do Outeiro já possui o terreno para a prática de *mountain bike*, bastando apenas à realização dos cuidados exigidos, e depois do evento o local será destinado a prática do esporte. As competições que serão realizadas no Riocentro, no Complexo Esportivo da Cidade do Rock, o Parque do Flamengo e a Praia de Copacabana receberão instalações temporárias. O Rio Water Planet sofrerá modificações para receber as provas de canoagem e as modificações serão partes das atrações do parque. O Estádio Moça Bonita, o Complexo Esportivo de Deodoro, o Estádio São Januário, o Complexo Esportivo do Maracanã, a Marina da Glória, Sociedade Hípica Brasileira e o Centro de Remo da Lagoa Rodrigo de Freitas são áreas com instalações próprias para os esportes que receberão mas são parte da iniciativa privada ou são de propriedade de outras esferas de governo.

A proposta ainda prevê a construção e reformas:

- do sistema viário e ciclovitário;

- no sistema de transporte e no sistema de sinalização da cidade;
- a melhoria da infra-estrutura no entorno dos equipamentos esportivos e em outros pontos da cidade;
- a revisão da legislação urbanística para a valorização dos terrenos próximos aos equipamentos;
- a construção de “equipamentos de inclusão” em localidades não agraciadas com as modificações necessárias a realização dos jogos, segundo a resposta do Secretário de Esporte e Lazer.

O projeto do Panamericano é uma proposta da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em associação com o COB, e considerando que a cidade arcará com quase 56% do total dos investimentos, conforme mostrado na apresentação do Secretário de Esportes para o Vice-Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, e ficará com os equipamentos apontados para utilização futura, podemos considerar que a proposta do Panamericano atende ao critério de adequação, pois a forma que a cidade irá assumir depois da realização do evento está em acordo com os hábitos, com a cultura e com algumas necessidades da população carioca. A capacidade de manipulação também é flexível caso a população proponha uma mudança nos hábitos de utilização dos equipamentos, pois alguns deles oferecem a oportunidade de adaptações para a realização de outros tipos de eventos, como shows e espetáculos. E a proposta que o projeto previu para os “becos sem saída” é entregar a responsabilidade dos equipamentos para os seus donos ou responsáveis depois dos jogos, cabendo a cidade apenas a utilização adequada durante o evento.

O quarto critério de mensuração da execução da cidade é o acesso, que segundo Lynch, faz parte da adaptabilidade da cidade às necessidades das pessoas, pois, se estas têm acesso aos recursos de qualquer natureza, estes deverão atender as necessidades daqueles que os buscam. Este autor entende o acesso como a busca pelas pessoas de todo os recursos que possam levar ao desenvolvimento pessoal, ou seja, de acesso à infra-estrutura urbana como água, luz e telefone, a empregos, outras pessoas ou a disponibilidade de acessar os benefícios sociais oferecidos pela sociedade.

As propostas do Panamericano também passam pelo maior acesso da população a uma série de equipamentos de inclusão, seja na construção de equipamentos esportivos para os jogos, seja no acesso a educação, à saúde ou com a construção de novas Vilas Olímpicas, por

parte do poder público, além da melhoria do sistema de transporte, do sistema viário e urbanístico com as intervenções já citadas. Mas os jogos também proporcionarão o incremento de novas oportunidades de negócios à iniciativa privada, como a construção de novos hotéis ou mesmo a reforma dos equipamentos esportivos de propriedade da iniciativa privada.

O Panamericano se propõe, de uma maneira geral, aumentar o acesso da população a uma série de necessidades, como a melhora da infra-estrutura urbana em alguns pontos junto com a promessa de maior acesso a equipamentos de inclusão nas áreas onde o PAN2007 não atinge, e também ao universo de novas possibilidades no mercado ou a amenidades oferecidas pela cidade, da negociação e construção de novas unidades de habitação nas áreas valorizadas pela revisão do código urbanístico da cidade até a criação de novos empregos para atender ao aumento da demanda gerada pelos os jogos e a nova instalação de quiosques na orla que receberá nova iluminação.

O quinto critério é o controle, que na proposta de Lynch é o direito que toda pessoa ou grupo possuem sobre o espaço. Contudo o entendimento ibero-americano de controle, como dito anteriormente, passa necessariamente, e quase sempre exclusivamente, pelo Estado.

As construções ou as reformas nos equipamentos esportivos para a realização dos jogos na cidade são financiadas pelo Estado na sua maior parte. Dificilmente um grupo empresarial brasileiro teria a idéia ou a vontade de fazer da cidade do Rio de Janeiro um pólo de referência mundial para o turismo e para o esporte, apesar da imagem e da tradição da cidade nestes campos serem conhecidas.

Uma transformação desta magnitude no espaço público caberia da vontade do poder público, nesse caso aglutinada na imagem de um líder carismático que busca desenvolver os valores latentes e tradicionais da cidade. Os dezoito equipamentos esportivos serão ou reformados ou construídos em grande parte pelo dinheiro público. A Vila Panamericana só pode ser construída pelo empréstimo realizado pela Caixa Econômica Federal e os apartamentos serão vendidos posteriormente, metade dos equipamentos esportivos é de propriedade ou está concedido à iniciativa privada, cabendo a essa o usufruto privado das melhorias oferecidas pelas reformas nas suas instalações. Nos demais equipamentos esportivos, três serão temporários (Riocentro, Parque do Flamengo, e Praia de Copacabana), dois são de responsabilidade de outras esferas de governo (Maracanã e Vila Militar) e três são de responsabilidade da Prefeitura (Estádio do Engenho de Dentro, Miécimo da Silveira e

Parque Aquático do Complexo Esportivo do Autódromo). Se metades dos equipamentos são privados, por que estes não promoveram autonomamente esta imagem de pólo esportivo, sendo o Rio de Janeiro a sede de grandes clubes desportivos com capacidade de competição internacional? Uma resposta possível seria que cabe ao poder público o desenvolvimento de qualquer imagem que se queira demonstrar ou vender.

A proposta de controle para o Panamericano de 2007 originalmente deverá ser prioritariamente executada pelo Estado, sendo este seu mantenedor e gerente, mas cabendo a participação de outros agentes para complementar o quadro oficial proposto.

Do ponto de vista do meta-critério eficiência a proposta do Panamericano é relativamente eficiente, ou seja, cumpre o seu objetivo de oferecer produtos e serviços no tempo e das maneiras estipuladas^{ix} com o menor dispêndio total possível, pois todas as obras que serão realizadas foram licitadas ou acordadas entre os poderes públicos com a iniciativa privada na busca de benefícios mútuos. Tudo o que foi proposto terá um destino específico planejado anteriormente, sendo a proposta final dos jogos a de realizar um investimento catalisador de algumas características da cidade.

O cálculo preciso ou mesmo uma estimativa se os jogos trarão prejuízos, seja a curto ou longo prazo, para os envolvidos no projeto, não poderá ser realizado nesta dissertação, que apesar de ser um elemento significativo no processo de mensuração da eficiência das propostas, não existem dados precisos de muitas partes da equação, como por exemplo, o retorno em impostos, o custo de manutenção dos equipamentos e do desenvolvimento das políticas prometidas, o ganho social das políticas de utilização dos equipamentos esportivos que serão realizadas depois dos eventos, o ganho obtido com a venda dos produtos e imagens do Panamericano, etc. Tudo o que possuímos até o momento é a estimativa de custos dos eventos e quanto cada uma das partes envolvida irá investir.

Trabalharemos a partir daqui com o meta-critério de justiça, mas antes precisamos retomar alguns pontos discutidos nos capítulos anteriores e que nos ajudarão a mensurar as propostas do Pan2007.

O Rio de Janeiro está construindo uma imagem nacional e internacional com o intuito de personalizar suas marcas, produtos, serviços e características peculiares agregando valor às características buscadas por cidades pós-modernas. Esse esforço consiste na construção ou no reforço de novos espaços, políticas, identidades e comportamentos, onde a redefinição dos

valores, significados e imagens poderão gerar lógicas de dominação e de exclusão novas e adequadas às mudanças que a cidade irá sofrer, criando desta forma espaços distintos na mesma região, uma parte pós-moderna e que comportará a lógica da sociedade informacional capaz de suprir as exigências da economia informacional global e onde o poder e as riquezas poderão ser criadas e gestadas de maneiras adequadas, e outra parte onde a identidade e a imagem local serão reforçadas em adição aos *uplifts*, mas fora dos instrumentos globais de geração de poder e riqueza.

A concentração destes investimentos no espaço da cidade do Rio de Janeiro buscará atrair serviços especializados de naturezas diversas, com a retomada do poder político e econômico congregando na sua zona de influência atores e agentes locais e globais, porém com tendência à segregação da população a essa nova dinâmica espacial, econômica e política. O legado do Panamericano irá reforçar as três camadas de suporte do espaço de fluxos, ou seja, os conjuntos materiais e os processos da tecnologia da informação, a própria cidade como um nodo competidor estabelecendo sua posição dentro da hierarquia das funções, serviços e produtos processados pela rede e o reforço das elites gerenciais das funções diretivas, que no caso brasileiro é geralmente executado pelo Estado, mas com uma influente presença das elites privadas locais.

O espaço que está sendo recriado no Rio de Janeiro procura novas formas de dominação, e por essa via, de exclusão, de forma que os papéis simbólicos de poder da elite gerencial local possam ser reconhecidos não só pela população da cidade, mas também como plataforma de construção de imagens positivas ao nível nacional. O padrão de reconstrução do novo modelo carioca de espaço segue tendências similares àquelas apontadas por Castells para a cidade informacional, isto é, enraízam as vidas, as experiências cotidianas e políticas da população ao local enquanto cria espaços de arquitetura pós-moderna capazes de gerenciar poderes e riquezas.

Contudo, esse novo espaço carioca não será o reforço da concepção dual para a análise da cidade, mas sim uma relação simbiótica entre as regiões mais favorecidas e as menos favorecidas, podendo estas duas ocupar a mesma localidade, situação costumeira nesta cidade. As regiões menos favorecidas irão fornecer a baixos custos as necessidades e amenidades culturais e econômicas, próprias da modernidade, por seu turno, as regiões mais favorecidas darão suporte aos serviços especializados e as novas dinâmicas sociais.

Talvez a primeira das novas formas espaciais que incidirá na dinâmica social carioca, em decorrência do legado não premeditado do Panamericano será a “bolha de turismo” (JUDD, 2001) na Barra da Tijuca.

Se a idéia de promoção do modelo de desenvolvimento modernista não era possível, caberia investir num *mix* combinando de serviços financeiros-administrativos e de serviços avançados especializados dentro de um complexo próprio numa região estratégica da cidade e mais ou menos definindo espaços compostos também por amenidades e facilidades devotadas ao lazer e ao turismo. Ocorre que os investimentos públicos de reconstrução do espaço e das formas urbanas transformam na mesma medida os símbolos, os valores e a dinâmica econômica e social da cidade, tornando o espaço carioca em certa medida padronizado com os requisitos da nova arquitetura internacional e da pós-modernidade.

A relação entre a criação de um complexo turístico, cultural e de entretenimento com a estratégia de atratividade econômica dos serviços avançados leva a uma extensão excessiva dos espaços para cobrir em parte novas necessidades emergentes, como shoppings, restaurantes e bares para turistas assim como para profissionais qualificados, além da construção de espaços privados residenciais ou hoteleiros de veraneio fora do centro dinâmico produtivo, mas dentro do alcance da influência do Rio de Janeiro, ou seja, as hinterlândias próximas, como Búzios e Angra dos Reis.

Quase todos os componentes para a criação de uma “bolha de turismo” estarão presentes na Barra da Tijuca logo após o termino dos jogos. O primeiro componente é a criação de imagens e de espaços que ajudem a segregar claramente as zonas prósperas das zonas marginais, mas como dito anteriormente, numa simbiose, que por vezes se torna conflitante, onde as regiões marginais oferecem serviços e pessoal de baixo custo que visa atender a necessidades econômicas, sociais e culturais das regiões mais abastadas. Carlos Lessa (2000) possui uma opinião similar com relação às dinâmicas social e econômica da Barra da Tijuca ao escrever:

“Certamente, para observação, a combinação dos condomínios e shoppings fez da Barra o lugar-ensaio da pós-modernidade, fiel aos padrões do Rio. As favelas crescem explosivamente na Barra da Tijuca. Entre 1980 e 1991, cresceram 200% na região Barra/Jacarepaguá. O cordão de isolamento do condomínio é perfurado diariamente pelos prestadores de serviços. Os prédios usam trabalhadores da construção

civil, os condomínios são pilotados por porteiros e seguranças recrutados na massa popular; o lavador de carros, a empregada doméstica e outros, imprescindíveis ao bem-estar da elite condominial, são do povo. O espaço condominial, por uma ponta, ancora a cápsula espacial pós-moderna do shopping; por outra, cria milhares de brechas de subsistência ocupadas pelo povo. As classes abastadas estão historicamente acostumadas à abundância destes serviços para o seu bem-estar. De novo, na Barra, a topografia do Rio, as limitações do sistema de transporte, as características da demanda de serviços pessoais e de apoio às residências de renda elevada produzem a favelização associada e internalizam e avizinham os estratos sociais da cidade. A Barra da Tijuca é por fora pós-moderna, mas por dentro reproduz o Rio de Janeiro de sempre (LESSA, 2000, pág. 412) (grifos meus).

O segundo componente da bolha de turismo e que o Panamericano deixará como legado para a cidade será o reforço da imagem e da infra-estrutura, tendo como a região da Barra da Tijuca a principal detentora da maioria dos investimentos e equipamentos deste evento. O aproveitamento deste espaço se direciona na construção de uma identidade comercializável em variados níveis de produtos e serviços, de equipamentos esportivos de última geração, passando por shoppings e condomínios que oferecem serviços e amenidades aos seus moradores além de centros de ensino e pesquisa superiores, etc., onde as pessoas poderão encontrar com facilidade o que desejam em ambientes seguros e cômodos. Um outro fator que contribuirá para a possível transformação da Barra da Tijuca numa bolha de turismo é a sua privilegiada posição como centro geográfico da cidade do Rio de Janeiro e, portanto um centro concentrador e irradiador de recursos para o restante da cidade.

Um terceiro componente para a construção de uma bolha de turismo, assim como analisada por Judd (2001), envolve a transformação do espaço utilizando todas as técnicas, métodos, exigências e necessidades da pós-modernidade em conjunto com os símbolos e sinais reconhecíveis por qualquer pessoa e não somente aqueles com alguma vivência do cotidiano local. Contudo, devemos concordar com Lessa (2000) quando este escreveu que dificilmente a Barra da Tijuca poderia ser vendida como uma “ilha da fantasia”, sem violência e onde as visibilidades da marginalização espacial e pessoal não pudessem ser vistas, a não ser que este fato pudesse ser comercializável como atração turística, numa espécie de “favela tour”. No máximo atraindo turistas do Cone Sul, além do fato do habitante típico da Barra da Tijuca não oferecer nenhum atrativo pessoal comercializável. A estratégia para essa região

teria que seguir outras linhas e metodologias, como o turismo do esporte ou a venda de serviços e amenidades de alto nível para a população da cidade, construindo um espaço privilegiado de negócios e turismo, sendo capaz de vender um pacote de inclua atratividades, entretenimento e emoção, com limpeza e segurança para todos os tipos de turistas ou negociantes.

Por se tratar de um empreendimento que visa dar uma capa de pós-modernidade a essa região com o objetivo de atrair uma diversidade de fluxos, recursos e pessoas de diversas origens, a Barra da Tijuca já se estrutura para assumir as características e equipamentos necessários para compor a padronização das cidades com uma bolha de turismo.

O primeiro componente é a criação de Centros de Convenções e de Excelência. Além do aumento da capacidade hoteleira e, por isso mesmo, ambientes próprios para convenções, a região abriga ou está próxima de vários pontos importantes, como o Riocentro, o Complexo Esportivo do Autódromo e Universidades. Geralmente convenções tendem a acontecer em locais turísticos, pois este tipo de evento não se destina somente ao encontro de especialistas ou de vendedores de produtos e serviços.

O segundo componente são as franquias de esportes profissionais. As considerações já foram feitas no capítulo 3, mas cabe recordar que a região receberá grande parte dos equipamentos em infra-estrutura esportiva como, por exemplo, a Fazenda Clube Marapendi, o Complexo Esportivo do Autódromo, o Morro do Outeiro, o Centro de Convenções do Riocentro, o Complexo Esportivo da Cidade do Rock, o Rio Water Planet, a Vila Pan-americana e o IBC/MPC.

O terceiro componente são os shoppings centers e as zonas especializadas, duas formas de ocupação do espaço conhecidas e utilizadas nessa região. Os shoppings nesta região do Rio de Janeiro não provocam o mesmo efeito de “desertificar” o seu entorno e prejudicar o comércio local, como a ocupação habitacional tem por base os condomínios fechados e isolados do contato com a rua, os shoppings e as zonas especializadas foram as soluções encontradas para atender as necessidades de comércio local.

A região da Barra da Tijuca já é uma região consideravelmente próspera. Ocupa a oitava posição no ranking dos bairros do Rio de Janeiro segundo o IPP (2004) com um IDH de 0,959 (vide Anexo I) e a Região Administrativa da Barra da Tijuca ocupa a quinta posição com um IDH de 0,918. Os mapas do Anexo II nos ajudam a visualizar que boa parte da região

litorânea oceânica da cidade possui boa renda (20 ou mais salários mínimos), grande escolaridade (acima de 50% com mais de 15 anos de estudo) e os maiores índices de IDH (acima de 0,9) da cidade.

Contudo, como mostram estes mesmos mapas, as regiões ao redor destas zonas prósperas e mais abastadas costumam ter uma queda acentuada nas variáveis apresentadas. Bates e Fushfeld (1984) podem nos ajudar a compreender como esse fenômeno ocorre.

Por possuir características que serão reforçadas em advento do Pan a região da Barra da Tijuca pode provocar um escoamento de recursos das regiões vizinhas para o seu território, principalmente através de vias rápidas como a Linha Amarela e futuramente o ônibus T5 e as linhas 4 e 6 do Metrô. O contínuo escoamento de recursos de regiões mais pobres para regiões centrais altamente atrativas pode impedir as primeiras de segurar em seus territórios grandes quantidades de recursos. Se esse fenômeno ocorresse acarretaria o esvaziamento e a diminuição da variedade comercial e humana das regiões cortadas por essas vias rápidas, sendo nesse caso a principal prejudicada a zona norte da cidade. Assim sendo, tal proposta contraria as sugestões de Sérgio Magalhães de investir na região que responderia política e economicamente mais rapidamente ao financiamento e ao melhoramento da infra-estrutura já existente.

“Está nos subúrbios, portanto, a possibilidade mais próxima de grande melhora ambiental, na medida em que se equacione o tratamento sanitário: despoluir a Baía e dar melhores condições para quase 1/3 da população carioca (sabendo-se, ainda, que há grande possibilidade de investimento externo).

(...) Finalmente, as condições urbanísticas de ocupação permitem que a região, a curtíssimo prazo, possa responder por um incremento habitacional e econômico sem que haja necessidade de investimentos adicionais de infra-estrutura. Hoje, a ocupação é de 2m² de construção para cada 10m² de área territorial. Se ampliarmos para 2,5m², ainda baixa (Copacabana tem 17m² de construção para cada 10m² de área territorial), isso poderá representar habitação para mais 600.000 pessoas e a disponibilidade de 2.000.000 m² para atividades econômicas.

Portanto, do ponto de vista econômico-político e infra-estrutural, os subúrbios apresentam-se como uma região que pode responder rápida e positivamente para o desenvolvimento do Rio de Janeiro, desde que receba

estímulos para a melhoria da sua infra-estrutura já instalada”
(MAGALHÃES, 2002)

A opção de busca por espaços vazios para suceder os existentes, abandonando ou destruindo estes, tem sido a marca da cidade do Rio de Janeiro segundo Magalhães (2002). Parte desta resposta pode ser conseguida através do estudo de Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (2002) no qual ele se inspira no modelo analítico de Harvey sobre justiça social na cidade. Para Ribeiro a segregação e a desigualdade de condições de vida entre os territórios da metrópole é o resultado da ação de grupos interessados na renda real, que seria o acesso desigual ao consumo de bens e serviços coletivos que por sua vez geram qualidade de vida e aos lucros advindos da valorização e especulação imobiliária e fundiária das localidades melhor equipadas. Como essas últimas são concentradoras das camadas com maior renda, forma-se a partir daí um processo de “causação circular” que sempre tenderá a aumentar a desigualdade social nas cidades. Esse fenômeno está baseado em duas variáveis. A primeira nos revela que a propriedade privada permite as camadas superiores da população o controle das áreas mais equipadas e valorizadas, por meio de processos de agregação e segregação no uso e na ocupação do solo. A segunda variável nos diz que o maior poder social e político destas camadas superiores assegura uma certa vantagem na distribuição dos investimentos públicos pelo território e impede que os resultados sociais excedentes possam voltar ao poder público por meio da tributação e taxação.

A vigência da ordem da causação circular nas cidades brasileiras instituiu um circuito de acumulação urbana formado pelos produtores das obras públicas e os concessionários dos serviços urbanos em aliança com os segmentos envolvidos na apropriação das várias formas de renda da terra, cujo núcleo são os incorporadores imobiliários em associação com construtores, proprietários e camadas médias. Essa constelação de interesses é a tradução urbana do poder corporativo que sustenta historicamente a desigualdade distributiva na sociedade brasileira, como há muito tempo já falava Celso Furtado (1981, p. 62). A ordem da causação circular tem significado a esterilização de uma parte significativa da poupança nacional, na medida em que a política urbana privilegia os investimentos na infra-estrutura urbana que sustenta os estilos privatizados e privatizantes de urbanização, pautada pelas necessidades das classes médias (Furtado, 1981; Oliveira, 1982), em razão da sua enorme capacidade de gravitação no poder corporativo na cidade” (RIBEIRO, 2002, págs. 79/80/81).

A causação circular a que se refere Ribeiro pode ser vista também sob o ponto de vista econômico e social e na apropriação de renda e de recursos, incluindo a renda real. Podemos entender que o legado do Panamericano irá proporcionar a reprodução de antigos processos de apropriação dos benefícios e das vantagens sociais produzidos coletivamente mais

apropriados privadamente por grupos sociais específicos, além de ajudar no processo de empobrecimento e segregação das regiões vizinhas a estas áreas centrais da cidade, principalmente numa região que fica no centro geográfico da cidade e que possui capacidade de expansão territorial e já possui uma população com características próprias, apesar de ainda necessitar de fortes investimentos infra-estruturais, em detrimento a regiões com capacidade de resposta positiva imediata ao desenvolvimento da cidade.

Processos semelhantes aos apontados por Bates e Fusfeld poderão acontecer na cidade do Rio de Janeiro, pois uma região próspera, com capacidade de expansão, que comporta camadas superiores da população e com uma grande quantidade e diversidade de atrativos comerciais, fundiários, imobiliários, turísticos, esportivos e econômicos poderão aumentar o escoamento de recursos das zonas próximas aumentando a segregação, a desigualdade social e territorial e a pobreza das regiões vizinhas. Teoricamente, a ação do Estado pode regular essa assimetria através de políticas de distributivas, de compensação, de transferência de renda ou da promoção da infra-estrutura local, de incentivo ao aperfeiçoamento pessoal ou na criação de programas de “pleno-emprego”, dentre outros. Porém buscando uma política mais equitativa e justa, observando o aliciamento da comunidade mais pobre para a dinâmica econômica mais ampla, podemos observar que estas políticas tendem a aumentar a dinâmica da pobreza da região afetada, pois não transformam as relações sociais e econômicas de maneira profunda e duradoura. As políticas de *uplift* são minadas pelo próprio escoamento de recursos de uma região para outra, ou seja, todos os montantes de dinheiro e de recursos investidos pelos poderes públicos numa região poderão gerar excedentes privados que serão gastos em outras partes da cidade.

Se recapitularmos alguns pontos expostos até aqui observaremos que o Panamericano incentivará e desenvolverá:

- A melhora ambiental das áreas próximas aos eventos, isto é, aumentará as amenidades naturais, principalmente na região oceânica, da cidade valorizando as localidades que receberem tais mudanças;
- Irá proporcionar um novo sentido à cidade, ou seja, os jogos irão promover a cidade de uma nova maneira, pretendendo torná-la um pólo turístico sul americano, acoplando a sua imagem a grandes eventos, principalmente os esportivos, mas com capacidade para desenvolver dezoito dos vinte e três tipos

de turismo discriminados pela EMBRATUR (2005), como demonstrado no Anexo III;

- Aumentará o acesso a uma grande variedade de serviços e equipamentos, públicos e privados, de diversas naturezas;
- Proporcionará o maior controle por parte do Estado e da iniciativa privada de uma maior parcela do território da cidade, ocupando vazios e valorizando as regiões vizinhas aos equipamentos permanentes;
- Todas as propostas serão adequadas a sua região e terão um destino planejado anteriormente;
- Os resultados tenderão a serem positivos, seja econômica, política ou socialmente, de acordo com os dados obtidos até o momento.

Contudo, a maior parte dos investimentos será concentrada na Barra da Tijuca, que por essa medida irá atrair para o seu território um maior escoamento de recursos de outras regiões, principalmente a renda, além de profissionais qualificados, valor fundiário e imobiliário, variedade de negócios, etc., além de se tornar um ponto preferencial de financiamento de novos negócios, seja pelo mercado ou pelo próprio Estado.

Com o acesso rápido e fácil as pessoas se sentirão atraídas a comprarem bens, serviços especializados, entretenimento, amenidades e novos negócios nesta região, descapitalizando ainda mais as regiões de origem destas pessoas, diminuindo a variedade e o valor comercial destas áreas, o que proporcionará uma diminuição da renda e do emprego e conseqüentemente uma diminuição da arrecadação de impostos e taxas públicas.

Uma mudança não esperada nos padrões de comportamento e dos fluxos internos de renda e riqueza poderá dar suporte a novas áreas da cidade, mas ao mesmo tempo podem gerar um estado de estagnação ou de depressão em outras regiões, que podem ver uma parte considerável dos seus fluxos internos direcionadas a uma área central específica podendo tornar essa condição de estagnação e de depressão permanente, principalmente se considerarmos a causação circular na busca de renda real apontada por Ribeiro somada aos fenômenos de “bolha de turismo” e de escoamento de recursos das zonas pobres que envolvem a região da Barra da Tijuca.

Outro fator que poderá influenciar a criação de um estado de estagnação ou de depressão das áreas próximas a Barra da Tijuca, aumentando a dinâmica da pobreza destas zonas pobres são os salários e rendimentos dos moradores. O Mapa 1 nos mostra que o rendimento médio mensal em salários mínimos dos responsáveis pelos domicílios na maior parte do Rio de Janeiro está em até nove salários mínimos. Essa situação de baixos salários em associação com o desemprego poderá em algumas regiões piorar as condições de algumas variáveis de qualidade de vida.

Esse modelo econômico e social poderá ter repercussões políticas reforçando padrões já existentes dentro do território carioca e outros oriundos da situação do Rio de Janeiro como uma megacidade, como a situação de falta de organicidade representativa, a falta de possibilidade de influencia na agenda pública, a globalização da elite gerencial em contrapartida com o enraizamento da população local e a causação circular das elites em busca de maior renda real.

A tabela abaixo ajuda a demonstrar que a Barra da Tijuca já possui a maioria dos componentes para a formação de um espaço próspero que viverá em simbiose com uma região próxima pobre que lhe servirá de suporte humano para tarefas pouco especializadas e de baixo custo. Possivelmente a primeira onda criada com a criação de uma região próspera seja a da criação de zonas pobres próximas e não uma onda de prosperidade. Pois não basta que uma região seja abastada, no caso carioca, criam-se regiões pobres que servirão de suporte humano de diversas atividades de baixo custo para essa região próspera. Como podemos ver na tabela do Anexo I, a Barra da Tijuca possui o oitavo maior IDH da cidade e a segunda maior renda per capita e está acompanhada por aglomerados subnormais em mais de 16% do seu território. A partir destes dados podemos inferir que as regiões mais prósperas possuem nas suas proximidades regiões pobres fornecedoras de mão de obra barata, como por exemplo na Gávea e no Leblon, que possuem os maiores IDH's da cidade, perto destes bairros temos as favelas da Rocinha, do Vidigal e a Cruzada São Sebastião.

O Espaço Urbano - Total de domicílios, domicílios em setores aglomerados subnormais e percentual de domicílios situados em Setores Aglomerados Subnormais em relação ao total de domicílios do Município, segundo as Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas - 2000

Áreas de Planejamento e Regiões Administrativas	Total de Domicílios	Domicílios em Setores Aglomerados Subnormais(1)	(%)
II RA Centro	16425	-	-
XXI RA Paquetá	1164	-	-
XXVII RA Rocinha	16995	16995	100,00
XXVIII RA Jacarezinho	10688	9357	87,55
XXIX RA Complexo do Alemão	18245	15520	85,06
XXX RA Maré	33197	20775	62,58
I RA Portuária	11644	4.808	41,29
VII RA São Cristóvão	20938	8.068	38,53
XXV RA Pavuna	56906	20528	36,07
III RA Rio Comprido	21592	6.330	29,32
XX RA Ilha do Governador	63571	16341	25,71
X RA Ramos	46437	11760	25,32
XI RA Penha	96426	21312	22,10
XVI RA Jacarepaguá	150537	32465	21,57
XXIII RA Santa Teresa	13726	2.315	16,87
XXIV RA Barra da Tijuca	54905	8820	16,06
XVII RA Bangu	187994	27323	14,53
XIX RA Santa Cruz	86492	10708	12,38
VIII RA Tijuca	61686	7178	11,64
XIV RA Irajá	61866	7120	11,51
XV RA Madureira	113441	12242	10,79
XXII RA Anchieta	44990	4476	9,95
IX RA Vila Isabel	62558	5829	9,32
XII RA Inhaúma	40142	3680	9,17
XIII RA Méier	126887	10451	8,24
VI RA Lagoa	63844	5123	8,02

XVIII RA Campo Grande	137629	10511	7,64
V RA Copacabana	67331	3076	4,57
IV RA Botafogo	92285	4105	4,45
XXVI RA Guaratiba	28019	1190	4,25
Total	1808560	308406	17,05

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE - Arquivos de Microdados CENSO 2000. Armazém de Dados do IPP. Indicadores Urbanos. Tabela 9.1.4. (1) Foram considerados os domicílios ocupados: particular permanente, particular improvisado e coletivo.

As propostas de *uplifts* ou de programas de inclusão quando enfrentam o efeito circular da dinâmica da pobreza, a causação circular e fatores sociais que proporcionem a herança de pobreza, tendem a preservar a situação de pobreza destas zonas pobres. Os impactos esperados por esses programas não serão alcançados na sua totalidade pois não afetam diretamente as dinâmicas e forças criadoras destes fenômenos e os processos sociais, econômicos e políticos, mas somente os sintomas mais visíveis ou evidentes.

De acordo com o entrevistado Roberto Aimbinder (IPP) existe a crença em alguns meios de que uma região próspera “contamina” regiões vizinhas com um aumento da qualidade de vida:

Roberto Aimbinder: *Ela [a intervenção pública] vai ter um efeito contaminador, de melhoria e de elevação de qualidade de vida de uma região. Eu não estou falando de pobreza, eu estou falando de qualidade de vida. Melhora a acessibilidade de transporte, melhora as vias, melhora equipamentos do bairro, vai provocar um efeito contaminante positivo em toda região, de atrair, de renovação de comércio. Aquele comércio já decadente fechando (...), de repente dá uma revitalizada. Então é isso que tem que ser defendido, que isso se espalhe para a cidade inteira, (...) . Porque toda a cidade tenha possibilidade de colocar alguns equipamentos, que é um pouco conceito do Projeto Rio Cidade, (...), quando ele chega e faz a melhoria, e você ali ter esse efeito contaminador pra cima, socializar a qualidade de vida positiva e não a negativa.*

Esta proposição pode não causar o efeito desejado, provoca, em verdade, o efeito contrário. Uma região próspera tende a sugar os recursos das regiões vizinhas diminuindo a

capacidade de uma região em oferecer uma boa qualidade de vida, que não deve ser entendida apenas como a existência de uma infra-estrutura urbana mínima, mas sim a existência de um comércio variado e de boa qualidade, de índices urbanos favoráveis a população, como baixos índices de violência e. Essa crença de “evolução em ondas”, como uma “pedra no lago”, é pernicioso e pode dar origem a programas, projetos e planejamentos equivocados desde a sua origem, pois não conseguem compreender a dinâmica de uma localidade com o território em que ela está inserida.

Uma região pobre tende a se manter nesta condição exatamente por que seus vizinhos estão numa ilha de prosperidade que, além de isolar, concentram os recursos de outras regiões. Exemplo disso em menor escala são os shoppings que concentram num lugar só entretenimento, compras, segurança, pessoas, etc., minando o espaço público e o comércio em volta. O mesmo acontece com a dinâmica da cidade. Uma região próspera tende a concentrar melhores rendas, serviços, melhores moradias, etc., isso, no Rio de Janeiro, faz com que pessoas com menores rendas não suportem o aumento do custo de vida e saiam desta região para outras menos custosas e ao mesmo tempo atrai pessoas com rendas maiores para estas regiões prósperas, esvaziando as antigas regiões de capital humano, tendo como consequência o esvaziamento da diversidade comercial, da quantidade e da qualidade de serviços e demais situações vistas quando os consumidores em potencial “empobrecem” ou simplesmente somem.

Os bairros “centrais”, com maior IDH dentro da sua Região Administrativa (RA) sugam para si recursos dos seus vizinhos. Podemos ver isso em toda a cidade do Rio de Janeiro e em diferentes regiões. Esta situação não se torna problemática quando os bairros periféricos possuem um grande IDH, como é o exemplo dos bairros da zona sul, mas essa situação se torna perigosa quando olhamos no mapa os bairros da zona norte e oeste, o fluxo de recursos para uma determinada região se torna de tal monte que podemos perceber grandes variações de IDH em poucos quilômetros de distância.

Além dos fatores de atração, existem os de repulsão, geralmente representado pelas favelas, mas podendo ser vistos em bairros do considerado subúrbio ou da zona oeste da cidade. Essas regiões possuem um fator de repulsão em relação aos moradores de áreas da cidade consideradas nobres. Ruas com proximidade ou que dão acesso a favelas possuem aluguéis muito mais baixos, mesmo em regiões consideradas nobres, em comparação com o restante do bairro. Podemos perceber uma diminuição da diversidade do comércio, do fluxo

de pessoas e de qualquer recurso que possa ser utilizado para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A Ilha do Governador é um dos casos mais extremos dentro da cidade. Nesta ilha da Baía da Guanabara de quase 41km² encontramos as maiores diferenças de IDH dentro de uma mesma região. A XX RA da Ilha do Governador possui 15 bairros, a saber: Bancários, Cacuia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia (Ilha do Governador), Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá, Zumbi. As diferenças de IDH chegam são muito grandes principalmente se considerarmos, quanto mais distante do bairro central (Jardim Guanabara), com o terceiro maior IDH da cidade do Rio de Janeiro, menor é o IDH.

As avaliações da execução da cidade se analisadas separadamente oferecem propostas positivas. Todavia, como enunciou Rawls, nem sempre unidades ou instituições justas quando unidas dentro de um mesmo contexto específico geram um sistema justo.

A proposta de formação do contrato social passa pela compreensão de que a sociedade será marcada tanto pelo conflito quanto pela identidade e não é considerado justo que o Estado, que é o objeto de cooperação social na busca de benefícios mútuos, negue por meio de razões e explicações mercadológicas a capacidade dos menos favorecidos de ocuparem o espaço da cidade ou de se apropriarem de todas as vantagens sociais abertas a todos, considerando que estes através das suas contribuições ajudaram a formar esse novo espaço. A lógica do contrato social rawlsiano é simples, todos devem contribuir para que todos ganhem. As vantagens e desvantagens devem proporcionar benefícios para todos e não promover qualquer forma de exclusão ou segregação. Relembremos o exemplo de Barcelona (METROPOLIS, 2002) onde 150.000 pessoas migraram para fora da cidade pelo aumento do custo de vida proporcionado pela melhoria do espaço e das condições de vida que estas mesmas pessoas pagaram com seus impostos e outras formas de contribuição, contudo o dado mais alarmante que Barcelona nos ensina é que a cidade possuía na época das Olimpíadas 1,5 milhão de pessoas, ou seja, dez por cento da população migrou por que não pode pagar pelas melhorias do espaço em que elas viviam e que ajudaram a pagar. A promessa de mudança e de melhoria que realmente aconteceram gerou a exclusão de milhares de pessoas.

O ideal de justiça distributiva que adotamos exige que a divisão social das vantagens atenda aos princípios da justiça e que a ordenação social seja justa e promova um acordo sobre as parcelas distributivas. São esses princípios que irão dizer quais serão os direitos e

obrigações nas instituições básicas da sociedade e qual é a distribuição das vantagens e encargos da sociedade. Os estudos e experiências anteriores demonstraram que a busca pela renda real e pelas vantagens sociais provocam a segregação e a desigualdade de condições de vida dentro do território metropolitano, causando dessa maneira um efeito de causação circular e de potencialização da dinâmica da pobreza, que sempre tenderá ao aumento da desigualdade.

A reprodução destes processos tradicionais para a ocupação do território, na economia e na política estão contra os propósitos de uma sociedade bem ordenada, justa e estável, ou seja, não aliviam o sofrimento e a dificuldade dos pobres, não diminuem a distância entre ricos e pobres, não promove a eliminação do estigma dos menos favorecidos, não promovem a eliminação de processos ou formas de sociabilidade injustas e não promovem uma equidade no processo político, em verdade, a reprodução destes processos tradicionais no espaço metropolitano promoverá possivelmente o aumento dos processos de segregação e de exclusão social dentro da cidade.

O mercado não poderá ser o principal agente de distribuição das vantagens provenientes da cooperação social, essa é uma função da estrutura básica da sociedade. As vantagens da cooperação são geralmente alocadas por setores específicos da sociedade e mesmo com instituições justas e objetivos eficientes, o possível destino e aproveitamento das vantagens sociais não irão promover os interesses de todos e nem irão ajudar os fins sociais pretendidos por todos. A utilização que está sendo feita até então destas instituições não está tornando, por essa medida, o sistema social mais justo e nem promovendo uma melhoria na estrutura básica da sociedade, há, portanto uma quebra dos procedimentos da justiça formal e da justiça procedimental pura, pois os princípios escolhidos poderão gerar resultados não premeditados ou um sistema social que não promoverá uma cooperação mais vantajosa para todos.

A justiça distributiva, de acordo com os princípios da justiça com equidade, encontrar-se-á ameaçada quando a justiça formal, o Estado de Direito e as expectativas legítimas tornam-se excessivas e as vantagens da cooperação social são mal distribuídas e não promoverão o maior benefício possível aos menos favorecidos. Caberá ao Estado, através dos quatro setores distributivos promoverem a ordenação da sociedade e a relação eqüitativa entre as partes.

Como pudemos observar todas as propostas são racionais, promoverão um determinado sentido de bem, são eficientes e serão promovidas por instituições legítimas e justas escolhidas democraticamente, mas não promoverão os dois princípios de justiça.

O primeiro princípio de justiça, o direito igual ao mais abrangente sistema total de liberdades básicas iguais e compatível com um sistema de liberdade para todos, não será atendido, pois mesmo com a criação de um sistema de ampliação dos equipamentos de inclusão e dos mínimos sociais, o sistema ainda promoverá a nova lógica de exclusão e de dominação das cidades informacionais e uma bolha de turismo com capacidade de atração dos recursos de outras regiões mais pobres que verão aumentadas as forças da dinâmica da pobreza de espaços urbanos pobres, ou seja, o efeito circular do processo social que tende a perpetuar a condição de pobreza, além de não atender as exigências da função social da propriedade.

Os valores sociais da liberdade de pensamento e de consciência, da cidadania igual, da oportunidade, das bases de auto-estima e da busca legítima da renda e das riquezas no mercado podem ser prejudicados se utilizarmos somente um sistema de mercado em busca de resultados eficiente, pois estes valores e vantagens sociais não serão distribuídos igualitariamente, mas sim quem melhor puder se apropriar deles. Se forem distribuídos de forma desigual não promoverão vantagens para todos, torna-se necessário nesse ponto a primazia dos princípios de justiça sobre a eficiência ou sobre qualquer outra força social que exija benefícios sociais elevados e que não tragam vantagens sociais para todos. A pobreza, a ignorância e a falta de meios, recursos ou mesmo dos mínimos sociais provocados por essa má distribuição podem tornar incapazes as pessoas de beneficiarem dos seus próprios direitos, liberdades e oportunidades, o que seria uma restrição à qualquer definição de liberdade, que por sua vez iria contra o primeiro princípio de justiça.

Caso não se faça valer o primeiro princípio de justiça, as liberdades e os valores destas liberdades serão menores do que deveriam ser numa sociedade bem ordenada. Por isso o caráter público e indivisível dos bens públicos deverá ser garantido e assegurado por processos políticos e não mercadológicos, devendo ser uma decisão pública e coletiva a quantidade e a forma de distribuição destes bens.

O segundo princípio, que lida com as desigualdades econômicas e sociais, também não será atendido com as atuais propostas de modificação do espaço urbano carioca. As desigualdades que serão acentuadas ou criadas e que podem ser consideradas como um legado

do Panamericano não trará necessariamente o maior benefício possível para os menos favorecidos e a poupança justa destinada a promover a melhoria ou manutenção da qualidade de vida das futuras gerações poderá ser absorvida por parcelas da população que não necessariamente retornarão socialmente os benefícios advindos da absorção desta poupança e das vantagens sociais.

Como já foi definida anteriormente, a igualdade eqüitativa de oportunidades significa um certo conjunto de instituições que assegura oportunidades semelhantes de educação e cultura para pessoas semelhantemente motivadas e mantém as posições e os cargos públicos abertos a todos, levando em conta as qualidades e esforços razoavelmente relacionados com os respectivos deveres e tarefas. São essas instituições que correm risco quando as desigualdades de riqueza excedem um certo limite; e, da mesma forma, a liberdade política tende a perder o seu valor, e o governo representativo só existirá nas aparências.

A atual proposta de planejamento para a cidade do Rio de Janeiro tenderá a se tornar injusta pois as expectativas de alguns grupos poderão ser excessivas e seus ganhos tornar-se-ão maiores que sua capacidade de melhorar a condição de todos, ou pior, de prejudicar o desenvolvimento de algumas pessoas em determinadas regiões da cidade. Se aplicássemos um esquema perfeitamente justo a eficiência poderia ser menor do ponto de vista administrativo, porém, com a aplicação de um sistema justo imparcial e que beneficie a todos, obteríamos uma eficiência capaz de atender as necessidades legítimas.

O sistema econômico deve baseado nos dois princípios de justiça obedecendo ao princípio da diferença, evitando assim qualquer injustiça ou mecanismo ilegítimo de apropriação irregular das vantagens sociais, dos bens sociais primários ou dos bens públicos. O Estado deverá garantir e regular a provisão de bens públicos, os bens sociais primários e fazer cumprir as regras que estabelecem a divisão de vantagens. Contudo, é o mercado estabelecer dentro de limites previamente acordados a taxa de poupança, o destino dos investimentos e a parcela do que é produzido socialmente deverá ser destinada à conservação e produção do bem-estar das futuras gerações. Como pudemos perceber essa tarefa está sendo feita pelo Estado no caso brasileiro. Essa situação não se figura necessariamente como um desvio das funções do Estado ou como um processo de sabotagem do mercado por parte do poder público. Rawls considera duas vantagens do mercado quando são atendidos os princípios de justiça, o primeiro é que ele pode atender as necessidades das liberdades iguais e da igualdade eqüitativa de oportunidades, porém, essa assistência pode ser fornecida pelo

próprio Estado sem prejuízo dos princípios da justiça como equidade. O problema nessa situação é que o Estado é um agente único, e assim o deve ser, enquanto no mercado podemos ter uma concorrência entre diversos atores, assim sendo, quando o Estado torna-se refém de certos grupos ou avança com sistemas injustos, as soluções para essa situação passam por processos públicos mais complexos e mais demorados do que no mercado, se ganha desta forma eficiência e tempo. A segunda justificativa apontada é que o mercado descentraliza forças sociais, econômicas e políticas, enquanto o Estado é um concentrador por natureza destas forças. A lição que podemos aprender destes fatos é que o Estado, junto com o mercado e com a sociedade, deverão orquestrar juntos um sistema social e econômico baseados em princípios de justiça válidos e praticados a partir de uma concepção de bem legítima, obedecendo o princípio da diferença dentro de um esquema em que a justiça procedimental pura possa favorecer a igualdade equitativa de oportunidades e a cidadania igual. Em verdade, mais importante de que qual ator ou instituição deverá cumprir a tarefa de cuidar da taxa de poupança, da orientação de investimentos e da parcela destinada às futuras gerações, é saber que essa instituição obedecerá aos princípios de justiça acordados.

Os quadros a seguir podem ajudar na compreensão do que realizamos até o momento.

PROJETO:

Construção dos Equipamentos Esportivos para os Jogos Panamericanos de 2007 e dos equipamentos de inclusão.

METACRITÉRIO / PRINCÍPIO	DISCURSO	ANÁLISE
Vitalidade	Melhora da qualidade de vida pela prática esportiva socializada e pela criação dos novos equipamentos de inclusão.	<p>As propostas em si, se realizadas em sua plenitude, poderão alcançar os objetivos propostos.</p> <p>A questão de colocarmos a justiça como critério fundamental para a criação de políticas públicas é evitar futuros problemas não previstos, como a ampliação das diferenças sociais e econômicas provenientes do reordenamento do fluxo de oportunidades e de atratividade que ocorrerá na cidade devido, em grande parte, à concentração de recursos numa determinada área da cidade.</p> <p>Como um possível reajuste do plano original pode não ser possível deve-se aplicar os objetivos das instituições de justiça distributiva numa sociedade bem-ordenada, ou seja, os setores de alocação, estabilização, transferência e distribuição. O restante da cidade deverá ganhar compensações em decorrência da criação de desvantagens sociais criadas pelos Jogos Panamericanos de 2007. Somente os equipamentos de inclusão não serão capazes de amenizar a dinâmica da perpetuação da pobreza ou de atender aos princípios da justiça como equidade, pelos motivos anteriormente apresentados.</p>
Sentido	Construção de uma nova mentalidade para a cidade ligando-a ao turismo esportivo.	
Adequação	Utilização de talentos esportivos latentes e junção do esporte as macro-funções sociais da cidade.	
Acesso	Ampliação do acesso a equipamentos esportivos e a equipamentos de inclusão.	
Controle	Metade da iniciativa privada e a outra do poder público, sendo que a cidade será responsável apenas por 3 dos 18 equipamentos esportivos, incluindo a Vila Panamericana.	
Eficiência	Eliminação de um possível elefante branco, utilização de PPP e licitações, equipamentos esportivos temporários, concessões.	
Justiça		
Primeiro Princípio de Justiça	Não se aplica.	
Segundo Princípio de Justiça	Não se aplica.	
Princípio da Diferença	Não se aplica.	

PROJETO:

Intervenções Urbanas e Infra-estruturais.

METACRITÉRIO / PRINCÍPIO	DISCURSO	ANÁLISE
Vitalidade	Melhoria da qualidade ambiental e de vida nas áreas próximas aos locais dos jogos.	A proposta adotada pelo governo municipal de que o mercado se cuidará da ocupação dos espaços e das amenidades criadas em decorrência dos jogos poderá criar uma instabilidade econômica, social e política na cidade do Rio de Janeiro, pelos motivos já apresentados no decorrer da dissertação, principalmente pela sobrevalorização de algumas partes pela busca de renda real, aumentando as oportunidades em alguns territórios, aumentando a capacidade de escoamento de recursos de regiões menos abastadas às regiões mais prósperas da cidade, promovendo dessa forma uma potencialização da dinâmica da pobreza, que por seu turno poderá causar desequilíbrios e malefícios nos campos políticos, sociais, de valores, econômicos e de auto-estima de alguns. Seguindo a proposta de Rawls, as diferenças criadas teriam de ser benéficas a todos, tanto de maneira geral como pessoalmente. Como essa proposta não faz parte do projeto original, caberá ao poder público criar compensações satisfatórias para que as regiões tenham igualdade equitativa de oportunidades e de condições na disputa por recursos, começando pelos mínimos sociais.
Sentido	Poderá melhorar o sentido de orientação, de identidade e de ocasião, aumentando a transparência, a legibilidade e a congruência urbanas.	
Adequação	As intervenções poderão se adequar ao cotidiano do carioca e dos seus visitantes na medida em que a cidade estará mais capacitada a proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes e proporcionará uma melhoria na sua hospitalidade turística.	
Acesso	Facilitação do acesso a muitas partes da cidade, principalmente através de transportes públicos e de vias de velocidade.	
Controle	A melhoria da qualidade infra-estrutural na cidade poderá auxiliar ao poder público no controle de espaços e de bem estar social.	
Eficiência	A eficiência nesses casos pode conferida através dos processos licitatórios e do destino a melhoria da qualidade de vida da população e da receptividade da cidade aos turistas.	
Justiça		
Primeiro Princípio de Justiça	Não se aplica.	
Segundo Princípio de Justiça	Não se aplica.	
Princípio da Diferença	Não se aplica.	

CAPÍTULO 5

CONCLUSÃO

Este capítulo se ocupará de fazer uma proposta a partir das análises realizadas. As propostas que serão expostas aqui são propositivas e não normativas ou regulatórias. Entendemos que o mercado será regulado pelo Estado e funcionará de maneira adequada atendendo aos princípios da justiça como equidade e da distribuição justa dos benefícios provenientes da cooperação social. Para que assim seja feito utilizaremos a proposta de Rawls para a construção das instituições básicas da sociedade, sendo o governo dividido em setores encarregados da manutenção e do desenvolvimento das relações e das condições sociais e econômicas.

Uma proposta de Justiça Distributiva

Consideramos anteriormente que o sistema social deve ser compreendido como um sistema de cooperação social na busca de vantagens mútuas, ou seja, todos devem contribuir para que todos possam usufruir as vantagens da cooperação social.

Se existisse um setor de alocação, que tem a função de manter a competitividade do mercado, funcionando em Barcelona e na Copa da França, impediria que o próprio Estado criasse uma situação em que grupos ou localidades lograssem os maiores benefícios advindos dos investimentos na reformulação do espaço da cidade e que uma parcela considerável da população virasse vítima de planejamentos que não previam tais situações não desejadas. Mesmo se estas transformações ocorressem da maneira como ocorreram, este setor em específico poderia fornecer as soluções para este tipo de problema. Ao contrário de Barcelona e de Paris, que reformaram espaços degradados do seu território, o Rio de Janeiro investe a maior parte dos recursos do Pan2007 em espaços vazios, sendo que esta localidade escolhida poderá causar uma transformação não premeditada no território carioca, promovendo grupos e forças sociais tradicionais que tenderão a aumentar a desigualdade e a exclusão. As áreas que se vissem prejudicadas diante de tais mudanças poderiam reivindicar mudanças legítimas no Plano Diretor Decenal, no Planejamento Estratégico da cidade e na legislação urbanística e

tributária do município para que tenham condições de competir com outras localidades pelos fluxos de investimentos e de recursos dentro do espaço citadino. Subsídios, aumento dos impostos sobre o terreno e sobre os serviços nas áreas mais prósperas e redução destes impostos nas áreas mais prejudicadas, assim como a revisão e facilitação da legislação urbanística com o objetivo de facilitar o acesso à habitação ou mesmo valorizar algumas localidades podem ser algumas soluções para o desequilíbrio vindouro.

O setor de estabilização, que tem o objetivo de criar as condições para o pleno emprego, trabalharia principalmente nas regiões com maior índice de desemprego, de depressão ou estagnação permanente. Contudo o pleno emprego não basta para que um sistema social seja justo e equânime. O Estado pode investir na promoção do emprego de baixos salários, o que acarretaria na manutenção da dinâmica da pobreza da região e as suas conseqüências nas instituições básicas da sociedade e nos sistemas social e político, ou seja, o Estado acabaria investindo na manutenção da exclusão e na perpetuação de condições sociais injustas. Caberia ao Estado promover a diversificação e a pulverização de todos os setores da economia pelo território e não a concentração de setores ou serviços em localidades específicas, utilizando em grande medida o setor de alocação como ferramenta de incentivo e de promoção, a não ser é claro de unidades potencialmente poluidoras do meio ambiente ou que promovam algum risco à saúde pública. Se o poder público investir na concentração de investimentos numa determinada região, os recursos privados seguirão estes investimentos, já que naquela região a provisão de renda real e de benefícios públicos estará garantida, a proposta aqui seria de aplicarmos um modelo diversificação do comércio e da prestação de serviços regulares, sejam eles públicos ou privados, dentro do território da cidade. Jacobs nos mostrou que uma região torna-se exuberante exatamente pela sua diversificação nos usos e costumes dos espaços públicos e privados. Dentro deste espectro resolveríamos dois problemas, o do pleno emprego e ao mesmo tempo auxiliaríamos na sensação de segurança das pessoas que transitam pelas ruas.

O setor de transferências, responsável pelo mínimo social, seria o ator responsável pela correção das distorções do mercado em distribuir os bens e as vantagens sociais. O sistema de preços do mercado competitivo não leva em consideração as necessidades dos indivíduos, por isso não pode ser o único fator de distribuição, estes apenas, quando bem regulados, asseguram e conduzem à utilização eficiente dos recursos e a alocação de mercadorias e bens entre os consumidores. O setor de transferência tem por obrigação garantir um nível de bem estar atendendo as exigências dos necessitados e dos menos favorecidos. O

mínimo social é muito mais do que o simples acesso a toda a infra-estrutura urbana básica e aos direitos sociais e políticos, além das liberdades, da cidadania igual e da igualdade eqüitativa de oportunidade, o mínimo social garante a possibilidade de qualquer pessoa de realizar aquilo que almeja. Caberia ao Estado promover instituições que auxiliem na obtenção deste mínimo social por todas as pessoas, mesmo que para isso crie programas de complementação de renda.

O setor de distribuição tem por função controlar o direito à propriedade. O objetivo desta tributação e destas normas não é aumentar a arrecadação do poder público, mas de corrigir, gradual e continuamente, a distribuição de riqueza e impedir que o poder se concentre em grupos específicos da sociedade, prejudicando desta maneira o valor da liberdade, do sistema político e da igualdade eqüitativa de oportunidades. Podemos entender que este setor possui uma dupla função. A primeira é fazer valer a idéia de função social da propriedade e de evitar a concentração de renda e de riquezas e a segunda de garantir a manutenção e o desenvolvimento do Estado e de suas funções. A lógica deste setor é consideravelmente simples: que contribuam mais aqueles que podem e que contribuam menos os menos favorecidos. A contribuição de cada um não poderá ser um recorte proporcional previamente estabelecido. Artigos de primeira necessidade e destinados à subsistência deveriam ser tratados como um bem social primário e por isso ter assegurado pelo Estado e pelas instituições públicas o seu provimento caso a pessoa não pudesse obtê-lo no mercado.

Qualquer um destes setores quando isolados não ajudariam a promover a melhor distribuição das vantagens sociais provenientes da cooperação social, torna-se necessária uma ação planejada e conjunta destes setores com a sociedade dentro de planos e programas que almejem objetivos comuns, obedecendo aos princípios da justiça distributiva.

A busca por esse sistema e instituições sociais justas determina aquilo a que as pessoas terão direito, satisfazendo suas expectativas legítimas e as necessidades das gerações futuras. Contudo, os mínimos sociais, que é a base de qualquer expectativa legítima, não devem ser colocados dentro de critérios subjetivos de valores e os princípios da justiça, que regulam a estrutura básica da sociedade, não devem referendar um mérito moral específico, principalmente por que as parcelas distributivas não podem satisfazê-los, já que não foram planejadas para fins específicos.

Essa proposição, se praticada na sua totalidade, inverteria completamente o quadro político-administrativo que nos é apresentado. O Panamericano em si é um projeto

relativamente eficiente e que provavelmente alcançará os objetivos propostos, porém, este deixará um legado com conseqüências não esperadas para uma grande parcela da população. A questão colocada com a proposição acima nos revela que uma sociedade ordenada segundo a justiça como equidade expandiria os mínimos sociais e garantiria a sobrevivência das futuras gerações como fator primordial nas formulações de políticas públicas, e caso conseqüências não premeditadas surgissem em decorrência destas políticas, os setores distributivos promoveriam as correções e ajustes compensatórios necessários a efetivação dos princípios de justiça.

A partir do momento em que o Estado patrocina uma intervenção pública sobrevalorizando uma região que concentrará ainda mais os recursos da cidade, em detrimento a qualidade de vida de outras regiões, e por isso mesmo reconstruindo as relações sociais, políticas e econômicas da cidade, as próximas ações que o Estado e a sociedade devem realizar deveriam estar no âmbito das correções das distorções provocadas por essa intervenção primária.

Caso isso não seja atualmente planejado e implementado em consonância com as intervenções provocadas pelo Pan2007, os valores sociais da liberdade, da igualdade equitativa de oportunidades, da renda e da riqueza e a auto-estima, assim como a estrutura básica da sociedade e o próprio ordenamento político poderiam ser bruscamente alterados, não sendo mais distribuídos igualitariamente entre todos os membros da sociedade e, sendo assim, essa distribuição desigual de liberdades, riquezas e poderes não trariam as vantagens para todos, como especificado anteriormente.

Se uma não pessoa não tem como planejar ou mesmo almejar uma expectativa legítima em decorrência das relações desiguais entre as pessoas e no Estado, não há como construir uma idéia de bem para si mesmo, já que não há como satisfazer os seus desejos racionais para si, para os seus e para o restante da sociedade. Uma das conseqüências dessa falta de construção de bem poderiam ser a falta de compromisso da pessoa com os seus deveres naturais na sociedade e colocaria em risco princípio de equidade.

“Esse princípio afirma que uma pessoa deve fazer a sua parte conforme definem as regras de uma instituição, quando duas condições são observadas: primeiro, que a instituição seja justa (ou equitativa), isto é, que ela satisfaça os dois princípios da justiça; e, segundo, que a pessoa tenha voluntariamente aceitado os benefícios da organização ou tenha

aproveitado a vantagem das oportunidades que ela oferece para promover os seus interesses próprios. A idéia principal é a de que quando algumas pessoas se comprometem em uma empresa de cooperação mutuamente vantajosa de acordo com certas regras, e assim restringem sua liberdade do modo necessário a fim de produzir vantagens para todos, os que se submeteram a essas restrições têm o direito a uma atitude semelhante da parte dos que se beneficiaram com a sua submissão. Não devemos lucrar com os trabalhos cooperativos dos outros sem que tenhamos contribuído com nossa quota justa. Os dois princípios da justiça definem o que é uma quota justa no caso de instituições pertencentes à estrutura básica. Portanto, se essas organizações são justas, cada pessoa recebe uma quota justa quando todos (inclusive ela) fazem a sua parte”. (RAWLS, 2000)
(grifos meus)

Chegamos a ponto de questionar o mérito moral das consequências não premeditadas. Os resultados não podem ser condicionados por situações subjetivas, particulares ou arbitrárias de forma a desequilibrar as forças sociais existentes. Tornaríamos a questão mais fácil se utilizássemos, desde o início do planejamento a justiça como equidade e a justiça procedimental pura, evitando desta forma distorções perigosas nos padrões sociais e nas instituições justas. A falta de capacidade de se aproveitar dos direitos e oportunidades estabelecidas em decorrência da pobreza, da segregação, da falta de educação ou da insuficiência de quaisquer meios que produzem o bem para essa pessoa é uma restrição da liberdade.

As propostas e críticas aqui apresentadas buscam em última instância o fortalecimento do Estado de Direito, que objetiva administrar e regular imparcialmente a lei e as intervenções públicas na sociedade, buscando, nesse sentido, uma ordenação justa e equânime da sociedade. Esse Estado assumirá sua faceta coercitiva com o propósito de fortalecer a cooperação social, e por isso mesmo, os frutos desta. As regras justas e iguais num Estado de Direito promovem, por fim, as expectativas legítimas da população, pois estas pessoas verão nas garantias que o Estado oferece a oportunidade de desenvolvimento do que estas consideram o bem, evitando desta forma, normas que não possam ser cumpridas por todos ou que promovam um desequilíbrio na estrutura básica da sociedade. As leis, normas e exigências devem ser tais que as pessoas possam cumpri-las sem suprimir as suas próprias capacidades, pois o enfraquecimento de uma parcela da sociedade gerará a própria falência deste Estado de Direito, mas políticas que pleiteiem a igualdade entre as pessoas e gere a

promoção do desenvolvimento das liberdades básicas e das expectativas legítimas provocará o fortalecimento deste mesmo Estado.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Pedro. **Mercado Imobiliário de Uso Comercial em Favelas: Estudo Piloto no Jacarezinho**. Coleção Estudos da Cidade. Prefeitura do Rio de Janeiro/SMU/IPP/DIG. Agosto de 2003.

ASSIS, Machado. **Teoria do Medalhão**. Mimeo. 1881.

BRASIL. **Lei nº 4504, de 30 de novembro de 1964. Estatuto da Terra**. Poder Executivo.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988

_____. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado de 1995**.

_____. **Emenda Constitucional nº19, de 4 de junho de 1998**.

_____. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Política Habitacional: a descentralização perversa**. Cadernos IPPUR. Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. DP&A editora. Ano XV, nº 2 Ago-Dez 2001 e Ano XVI, nº 1 Jan-Jul 2002.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. **Quatro Vezes Cidade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede. Volume 1**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAGAS, Marco Aurélio Bicalho de Abreu. **A doutrina da função social da propriedade**. Visto em <http://www.uj.com.br/publicacoes/doutrinas/default.asp?action=doutrina&iddoutrina=495> no dia 8 de dezembro de 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1988**

FUSFELD, Daniel R. e BATES, Timothy. **The Political Economy of the Urban Ghetto**. Southern Illinois University Press. Softcover. 1984.

HENDERSON, Bruce D. **As origens da Estratégia. Estratégia – Em busca da vantagem Competitiva.** Harvad Business Review Book. Editora Campus. 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro. Companhia das Letras. 2003.

IBGE. **Definições.** Censo Demográfico de 2000. Rio de Janeiro. 2000.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. **Index.** Armazém de Dados. Visto em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/index.htm> no dia 8 de setembro de 2004.

_____. **Mapoteca.** Armazém de Dados. Visto em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/index.htm> no dia 17 de março de 2005.

_____. **Tabela 6.2.21.** Armazém de Dados. Visto em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/index.htm> no dia 9 de setembro de 2004.

_____. **Tabela 6.2.22.** Armazém de Dados. Visto em <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/index.htm> no dia 10 de setembro de 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2000.

JUDD, Denis R. **Constructing the tourist bubble.** The politics of urban America – a reader. Dennis R Judd & Paul Kantor. Longman. 3ª ed. 2001

KANTOR, Paul e SAVITCH, H. V. **Can politicians bargain with business? A theoretical and comparative perspective on urban development.** The politics of urban America – a reader. Dennis R Judd & Paul Kantor. Longman. 3ª ed. 2001.

KLEIMAN, Mauro. **Permanência e mudança no padrão de alocação socioespacial das redes de infra-estrutura urbana no Rio de Janeiro – 1938/2001.** Cadernos IPPUR. Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. DP&A editora. Ano XV, nº 2 Ago-Dez 2001 e Ano XVI, nº 1 Jan-Jul 2002.

LAGO, Lúcia Correa do. **A lógica segregadora na metrópole brasileira: novas teses sobre antigos processos.** Cadernos IPPUR. Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. DP&A editora. Ano XV, nº 2 Ago-Dez 2001 e Ano XVI, nº 1 Jan-Jul 2002.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis : uma reflexão em busca de auto-estima.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

LYNCH, Kevin. **A Boa Forma da Cidade.** Portugal: Edições 70, 1999.

MAGALHÃES, Sérgio. **Sobre a Cidade – habitação e democracia no Rio de Janeiro.** Pro Editores. Rio de Janeiro. 2002.

MEADOWS, Donella H.; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento.** Perspectiva, São Paulo 1973.

MORSE, Richard M. A miopia de Schwartzman. **Revista Novos Estudos CEBRAP, nº 24, junho de 1989, pp. 166-178. Rio de Janeiro.**

_____. As cidades “periféricas” como arenas culturais: Rússia, Áustria, América Latina. **Revista Estudos Históricos, nº 16, 1995/2.**

_____. **O Espelho de Próspero.** Companhia das Letras: Rio de Janeiro, 2000.

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.** Lei Complementar nº 16, 4 de junho de 1992.

_____. **Plano estratégico II.** Visto em <http://www.rio.rj.gov.br/planoestrategico/> no dia 8 de dezembro de 2004.

_____. **Legado do Rio 2007.** Visto em http://www.cob.org.br/pan2007/portugues/sobre_legado.asp no dia 8 de dezembro de 2004.

_____. **Reunião do Secretário Municipal de Esporte e Lazer ao Vice-Prefeito da cidade do Rio de Janeiro contendo as atualizações sobre o Panamericano.** Apresentação feita em 31 de janeiro de 2005.

NOZICK, Robert. **Anarquia, Estado e Utopia.** Rio de Janeiro. Zahar. 1991.

PÁDUA, José Augusto. **O sentido histórico do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Visto na página eletrônica do CIDS em www.ebape.fgv.br/cids em 17 de novembro de 2003.

RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça.** São Paulo. Martins Fontes. 2000.

_____. **O Direito dos Povos**. São Paulo. Martins Fontes. 2001.

REIS, Nestor Goulart. **Algumas experiências urbanísticas no início da República: 1890-1920**. Cadernos de Pesquisa do LAP, jul-ago de 1994.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz Ribeiro. **Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdade na metrópole do Rio de Janeiro**. Cadernos IPPUR. Planejamento e Território – ensaios sobre a desigualdade. DP&A editora. Ano XV, nº 2 Ago-Dez 2001 e Ano XVI, nº 1 Jan-Jul 2002.

RIBEIRO, Maurício Andrés. **Ecologizar o desenvolvimento sustentável**. Visto na página eletrônica do CIDS em www.ebape.fgv.br/cids em 17 de novembro de 2003.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro. Rocco. 1994

VITA, Álvaro de. **Justiça distributiva: a crítica de Sen a Rawls**. Revista Dados, Vol. 42, nº 3, págs. 471-496, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro. Martin Claret. 2004.

METROPOLIS (World Association of the Major Metropolises). **El impacto de los grandes acontecimientos en el desarrollo de las metrópolis**. Seul. Coréia. 2002.

ANEXO I

Tabela 6.2.21 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo as Regiões Administrativas – 2000

Ordem Segundo o IDH	Região Administrativa	Esperança de vida ao nascer (em anos)	Taxa de Alfabetização de adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)	Renda per Capita (em R\$ de 2000)		Índice de Longevidade (IDH-L)	Índice de educação (IDH-E)	Índice de Renda (IDH-R)	Índice de Desenv. Humano Municipal (IDH)	
1	Copacabana	77,76	98,51	107,97	(a)	1631,44	(b)	0,879	0,990	1,000	0,956
2	Lagoa	76,83	98,32	103,74	(a)	2228,78	(b)	0,864	0,989	1,000	0,951
3	Botafoogo	76,52	98,57	113,07	(a)	1498,20		0,859	0,990	0,993	0,947
4	Tijuca	74,73	97,99	107,10	(a)	1184,43		0,829	0,987	0,954	0,923
5	Barra da Tijuca	72,69	96,62	94,91		1694,12		0,795	0,961	1,000	0,918
6	Vila Isabel	75,19	97,77	104,53	(a)	1005,99		0,836	0,985	0,927	0,916
7	Centro	76,12	97,58	99,24		633,36		0,852	0,981	0,850	0,894
8	Santa Teresa	74,06	96,05	94,09		573,48		0,818	0,954	0,833	0,868
9	Méier	71,58	97,25	96,98		619,89		0,776	0,972	0,846	0,865
10	Ilha do Governador	72,66	96,07	91,97		616,28		0,794	0,947	0,845	0,862
11	Irajá	73,93	97,20	89,11		450,26		0,815	0,945	0,793	0,851
12	Jacarepaguá	71,78	95,40	89,13		527,72		0,780	0,933	0,819	0,844
13	Rio Comprido	71,36	95,75	87,80		482,20		0,773	0,931	0,804	0,836
14	Madureira	72,59	96,81	88,74		388,22		0,793	0,941	0,768	0,834
15	Inhaúma	71,82	96,91	89,66		400,37		0,780	0,945	0,773	0,833
16	Ramos	71,68	95,83	84,56		427,62		0,778	0,921	0,784	0,828
17	Ilha de Paquetá	74,06	94,22	67,66		457,61		0,818	0,854	0,795	0,822
18	São Cristóvão	71,39	94,60	84,71		363,41		0,773	0,913	0,757	0,814
19	Realengo	70,39	96,23	88,64		339,73		0,756	0,937	0,746	0,813
20	Penha	69,74	95,44	83,75		360,33		0,746	0,915	0,755	0,805
21	Anchieta	70,23	96,40	86,17		310,10		0,754	0,930	0,730	0,805
22	Campo Grande	68,71	95,49	85,51		304,24		0,728	0,922	0,727	0,792
23	Bangu	69,81	95,02	83,79		287,03		0,747	0,913	0,718	0,792
24	Portuária	69,59	92,58	74,90		283,60		0,743	0,867	0,716	0,775
25	Pavuna	67,41	94,66	81,04		247,90		0,707	0,901	0,693	0,767
26	Cidade de Deus	67,35	93,56	81,10		207,56		0,706	0,894	0,663	0,754
27	Santa Cruz	65,99	93,56	80,13		212,21		0,683	0,891	0,667	0,747
28	Guaratiba	67,12	90,74	74,37		234,37		0,702	0,853	0,684	0,746
29	Rocinha	67,91	87,90	69,50		219,95		0,715	0,818	0,673	0,735
30	Jacarezinho	66,30	92,20	75,68		177,98		0,688	0,867	0,638	0,731
31	Maré	66,03	89,46	68,76		187,25		0,684	0,826	0,646	0,719
32	Complexo do Alemão	64,38	89,07	72,04		177,31		0,656	0,834	0,637	0,709

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG. Nota: Ver planilha Definições. (a) Para efeito de cálculo do IDH, foi utilizado o valor de 100%; (b) Para efeito de cálculo do IDH, foi utilizado o valor de R\$ 1.559,24

Tabela 6.2.22 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), por ordem de IDH, segundo os bairros ou grupo de bairros - 2000

Ordem segundo o IDH	Bairro ou grupo de bairros	Esperança de vida ao Nascer (em anos)	Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	Taxa bruta de frequência escolar (%)		Renda per Capita (em R\$ de 2000)		Índice de Longevidade (IDH-L)	Índice de Educação (IDH-E)	Índice de Renda (IDH-R)	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH)
1	Gávea	80,45	98,08	118,13	(a)	2139,56	(b)	0,924	0,987	1,000	0,970
2	Leblon	79,47	99,01	105,18	(a)	2441,28	(b)	0,908	0,993	1,000	0,967
3	Jardim Guanabara	80,47	98,92	111,15	(a)	1316,86		0,924	0,993	0,972	0,963
4	Ipanema	78,68	98,78	107,98	(a)	2465,45	(b)	0,895	0,992	1,000	0,962
5	Lagoa	77,91	99,46	115,26	(a)	2955,29	(b)	0,882	0,996	1,000	0,959
6	Flamengo	77,91	99,28	119,08	(a)	1781,71	(b)	0,882	0,995	1,000	0,959
7	Humaitá	77,91	99,28	122,20	(a)	1830,65	(b)	0,882	0,995	1,000	0,959
8	Joá, Barra da Tijuca	77,84	99,38	110,09	(a)	2488,47	(b)	0,881	0,996	1,000	0,959
9	Laranjeiras	77,84	98,74	115,98	(a)	1679,22	(b)	0,881	0,992	1,000	0,957
10	Jardim Botânico	77,84	98,71	104,89	(a)	1952,77	(b)	0,881	0,991	1,000	0,957
11	Copacabana	77,78	98,48	107,54	(a)	1623,42	(b)	0,880	0,990	1,000	0,956
12	Leme	77,47	98,75	112,07	(a)	1713,89	(b)	0,875	0,992	1,000	0,955
13	Botafogo, Urca	78,25	98,46	113,01	(a)	1376,47		0,888	0,990	0,979	0,952
14	Maracanã	77,91	98,91	113,97	(a)	1206,73		0,882	0,993	0,957	0,944
15	Glória	77,37	99,06	114,55	(a)	1183,28		0,873	0,994	0,954	0,940
16	Grajaú	77,84	97,90	107,00	(a)	1134,93		0,881	0,986	0,947	0,938
17	Méier	77,37	99,01	108,63	(a)	1000,16		0,873	0,993	0,926	0,931
18	Tijuca, Alto da Boa Vista	75,04	98,02	107,38	(a)	1204,61		0,834	0,987	0,957	0,926
19	Todos os Santos	77,91	98,55	108,20	(a)	825,91		0,882	0,990	0,894	0,922
20	Anil	77,15	97,30	101,85	(a)	768,26		0,869	0,982	0,882	0,911
21	Vila da Penha	77,64	98,79	103,71	(a)	669,34		0,877	0,992	0,859	0,909
22	Andaraí	74,99	98,05	103,85	(a)	897,07		0,833	0,987	0,908	0,909
23	Riachuelo	76,44	98,31	102,75	(a)	715,92		0,857	0,989	0,870	0,905
24	Campinho, Vila Valqueire	77,47	97,86	96,69		684,94		0,875	0,975	0,863	0,904
25	Moneró, Portuguesa	76,43	97,21	100,52	(a)	730,40		0,857	0,981	0,873	0,904
26	Catete	74,99	96,65	100,40	(a)	822,22		0,833	0,978	0,893	0,901
27	Vila Isabel	73,46	97,16	100,89	(a)	931,25		0,808	0,981	0,914	0,901
28	Cachambi	75,70	98,14	102,23	(a)	709,05		0,845	0,988	0,868	0,900
29	Pechincha	75,67	97,72	97,92		751,28		0,844	0,978	0,878	0,900
30	Freguesia (Jacarepaguá)	75,07	97,46	98,82		766,82		0,834	0,979	0,882	0,898
31	Recreio dos Bandeirantes, Grumari	72,55	95,03	91,75		1166,18		0,793	0,939	0,952	0,894
32	Centro	76,12	97,58	99,24		633,36		0,852	0,981	0,850	0,894
33	Higienópolis	74,06	97,46	100,28	(a)	614,41		0,818	0,983	0,845	0,882
34	Santa Teresa, Cosme Velho	74,06	96,14	92,60		701,19		0,818	0,950	0,867	0,878
35	Água Santa, Encantado	76,21	97,48	95,65		496,66		0,853	0,969	0,809	0,877

36	Taquara	76,21	96,53	92,28		544,29		0,853	0,951	0,824	0,876
37	Vila Cosmos	77,20	97,58	89,46		498,82		0,870	0,949	0,810	0,876
38	Vidigal, São Conrado	71,12	94,76	82,00		1131,47		0,769	0,905	0,946	0,873
39	Cidade Nova, Praça da Bandeira	72,05	96,29	96,84		640,31		0,784	0,965	0,851	0,867
40	Bonsucesso	74,70	95,72	86,94		552,99		0,828	0,928	0,827	0,861
41	Cocotá, Bancários	74,06	96,48	91,67		518,28		0,818	0,949	0,816	0,861
42	Maria da Graça, Del Castilho	72,66	98,35	95,47		505,40		0,794	0,974	0,812	0,860
43	Ribeira, Cacuia	72,85	96,48	95,37		527,20		0,797	0,961	0,819	0,859
44	Lins de Vasconcelos	72,73	95,54	92,30		583,35		0,795	0,945	0,836	0,859
45	Engenho Novo	72,37	96,29	93,33		573,33		0,789	0,953	0,833	0,858
46	Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira	73,53	96,90	91,34		517,83		0,809	0,950	0,816	0,858
47	Ramos	73,94	97,13	88,70		508,76		0,816	0,943	0,813	0,857
48	Engenho de Dentro	72,66	96,67	92,77		536,54		0,794	0,954	0,822	0,857
49	Abolição	73,28	97,07	95,69		467,23		0,805	0,966	0,799	0,857
50	Deodoro, Vila Militar, Campo dos Afonso, Jardim Sulacap	73,59	97,75	93,26		462,13		0,810	0,963	0,797	0,856
51	Oswaldo Cruz	73,59	97,75	94,12		441,34		0,810	0,965	0,789	0,855
52	Olaria	73,87	96,93	90,95		460,31		0,814	0,949	0,796	0,853
53	Bento Ribeiro	75,05	97,95	88,15		399,85		0,834	0,947	0,773	0,851
54	Piedade	72,66	97,08	95,51		447,64		0,794	0,966	0,792	0,850
55	Quintino Bocaiúva	73,91	96,80	91,97		424,67		0,815	0,952	0,783	0,850
56	Rio Comprido	70,28	97,00	92,60		590,26		0,755	0,955	0,838	0,849
57	Praça Seca	71,70	96,18	91,79		498,32		0,778	0,947	0,810	0,845
58	Jardim América	72,66	97,03	87,72		426,12		0,794	0,939	0,783	0,839
59	Jacaré, Rocha, Sampaio	70,64	95,90	90,65		513,62		0,761	0,941	0,815	0,839
60	Freguesia	70,28	95,23	89,35		557,35		0,755	0,933	0,828	0,839
61	Jardim Carioca	72,66	95,97	86,23		436,33		0,794	0,927	0,787	0,836
62	Engenho da Rainha	73,36	96,93	89,20		362,62		0,806	0,944	0,757	0,835
63	Brás de Pina	72,66	96,45	88,41		397,15		0,794	0,938	0,772	0,835
64	São Cristóvão, Vasco da Gama	72,27	95,44	89,08		412,39		0,788	0,933	0,778	0,833
65	Cascadura	72,15	95,97	86,35		428,76		0,786	0,928	0,785	0,833
66	Parque Anchieta	73,71	96,31	87,17		355,31		0,812	0,933	0,753	0,833
67	Madureira	70,97	96,81	90,42		419,81		0,766	0,947	0,781	0,831
68	Pilares	72,55	96,79	86,05		389,81		0,793	0,932	0,769	0,831
69	Tanque	71,49	95,95	86,87		439,87		0,775	0,929	0,789	0,831
70	Estácio	73,71	94,09	80,82		413,05		0,812	0,897	0,778	0,829
71	Curicica	72,57	96,15	88,33		362,72		0,793	0,935	0,757	0,828
72	Penha Circular	71,15	96,23	83,38		444,77		0,769	0,919	0,791	0,826
73	Benfica	73,59	94,50	81,35		376,65		0,810	0,901	0,763	0,825
74	Paquetá	74,06	94,22	67,66		457,61		0,818	0,854	0,795	0,822
75	Itanhangá	70,28	91,44	74,30		650,96		0,755	0,857	0,854	0,822
76	Tauá	71,24	93,20	83,99		416,19		0,771	0,901	0,780	0,817

77	Rocha Miranda	70,99	96,62	87,07		338,10		0,766	0,934	0,745	0,815
78	Marechal Hermes	70,11	96,09	87,78		366,28		0,752	0,933	0,758	0,814
79	Turiaçu	70,11	97,37	87,15		336,57		0,752	0,940	0,744	0,812
80	Guadalupe	70,11	97,27	85,58		336,89		0,752	0,934	0,744	0,810
81	Inhaúma	70,64	96,39	86,56		324,30		0,761	0,931	0,738	0,810
82	Campo Grande	69,80	95,98	87,42		351,11		0,747	0,931	0,751	0,810
83	Cavalcanti, Engenheiro Leal, Vaz Lobo	70,41	96,29	84,68		328,64		0,757	0,924	0,740	0,807
84	Ricardo de Albuquerque	70,97	96,42	89,06		283,00		0,766	0,940	0,715	0,807
85	Coelho Neto	70,86	96,88	84,77		299,89		0,764	0,928	0,725	0,806
86	Padre Miguel	70,11	95,72	87,21		313,85		0,752	0,929	0,732	0,804
87	Penha	69,59	95,12	82,23		373,05		0,743	0,908	0,761	0,804
88	Honório Gurgel	69,88	96,56	88,09		303,98		0,748	0,937	0,727	0,804
89	Realengo	69,63	95,97	87,44		316,41		0,744	0,931	0,734	0,803
90	Senador Vasconcelos	69,68	95,88	88,68		302,44		0,745	0,935	0,726	0,802
91	Tomás Coelho	69,88	95,89	83,80		325,92		0,748	0,919	0,739	0,802
92	Magalhães Bastos	68,90	95,72	90,24		318,03		0,732	0,939	0,735	0,802
93	Catumbi	69,60	95,81	85,41		324,83		0,743	0,923	0,738	0,802
94	Mangueira, São Francisco Xavier	68,34	94,20	88,51		357,43		0,722	0,923	0,754	0,800
95	Vista Alegre, Irajá	62,81	98,08	92,99		473,39		0,630	0,964	0,801	0,798
96	Bangu	69,78	95,45	82,95		296,55		0,746	0,913	0,723	0,794
97	Saúde, Gamboa, Santo Cristo	70,28	94,21	77,52		320,57		0,755	0,886	0,736	0,792
98	Cordovil	68,32	95,83	87,92		290,49		0,722	0,932	0,720	0,791
99	Pavuna	69,27	95,96	82,51		286,38		0,738	0,915	0,717	0,790
100	Anchieta	68,90	95,65	84,75		278,18		0,732	0,920	0,712	0,788
101	Santíssimo	69,36	95,04	80,94		256,08		0,739	0,903	0,698	0,780
102	Galeão, Cidade Universitária	67,79	93,92	80,64		300,31		0,713	0,895	0,725	0,778
103	Vicente de Carvalho	67,51	93,79	78,52		296,63		0,709	0,887	0,723	0,773
104	Jacarepaguá	67,51	90,18	77,14		331,44		0,709	0,858	0,742	0,769
105	Senador Camará	67,39	93,63	83,67		251,09		0,707	0,903	0,695	0,768
106	Gardênia Azul	67,79	93,78	76,40		274,68		0,713	0,880	0,710	0,768
107	Vigário Geral	66,66	93,52	74,73		296,60		0,694	0,873	0,723	0,763
108	Colégio	67,33	94,52	74,33		262,37		0,706	0,878	0,703	0,762
109	Sepetiba	66,30	93,64	79,65		264,80		0,688	0,890	0,704	0,761
110	Cosmos	67,51	94,86	82,17		205,90		0,709	0,906	0,662	0,759
111	Caju	68,90	90,43	71,97		236,59		0,732	0,843	0,685	0,753
112	Paciência	66,66	94,36	81,02		203,43		0,694	0,899	0,660	0,751
113	Cidade de Deus	66,66	93,56	81,10		207,56		0,694	0,894	0,663	0,751
114	Barros Filho	66,66	93,60	82,15		198,96		0,694	0,898	0,656	0,750
115	Inhoaíba	65,99	93,63	81,38		207,61		0,683	0,895	0,663	0,747
116	Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande	66,30	90,80	69,28		279,09		0,688	0,836	0,713	0,746

117	Parada de Lucas	65,35	92,38	82,15		220,27		0,672	0,890	0,673	0,745
118	Guaratiba, Barra de Guaratiba, Pedra de Guaratiba	66,66	90,74	74,37		234,37		0,694	0,853	0,684	0,744
119	Santa Cruz	65,52	93,19	79,82		206,23		0,675	0,887	0,662	0,742
120	Rocinha	67,33	87,90	69,50		219,95		0,706	0,818	0,673	0,732
121	Jacarezinho	66,30	92,20	75,68		177,98		0,688	0,867	0,638	0,731
122	Manguinhos	66,30	91,48	69,64		188,86		0,688	0,842	0,648	0,726
123	Maré	66,58	89,46	68,76		187,25		0,693	0,826	0,646	0,722
124	Acari, Parque Colúmbia	63,93	91,68	79,44		174,12		0,649	0,876	0,634	0,720
125	Costa Barros	63,93	91,34	74,09		175,00		0,649	0,856	0,635	0,713
126	Complexo do Alemão	64,79	89,07	72,04		177,31		0,663	0,834	0,637	0,711

Fonte: Dados básicos: IBGE-microdados dos Censos Demográficos 1991 e 2000.

Cálculos - Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP-MG.

(a) Para efeito de cálculo do IDH, foi utilizado o valor de 100%

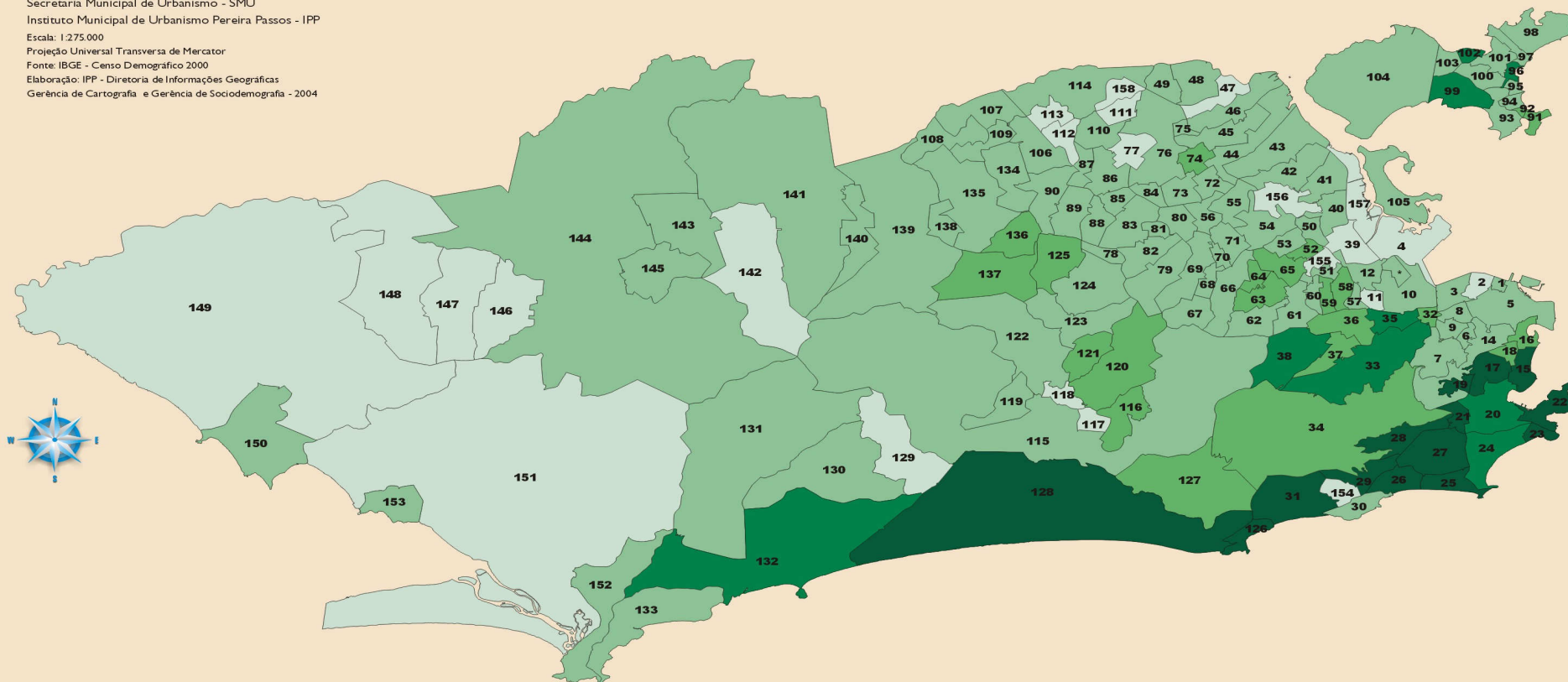
(b) Para efeito de cálculo do IDH, foi utilizado o valor de R\$ 1.559,24

ANEXO II

Mapas e Gráficos

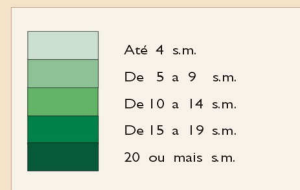
Rendimento médio mensal em salários mínimos do responsável pelo domicílio, por Bairros - 2000

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Escala: 1:275.000
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000
Elaboração: IPP - Diretoria de Informações Geográficas
Gerência de Cartografia e Gerência de Sociodemografia - 2004



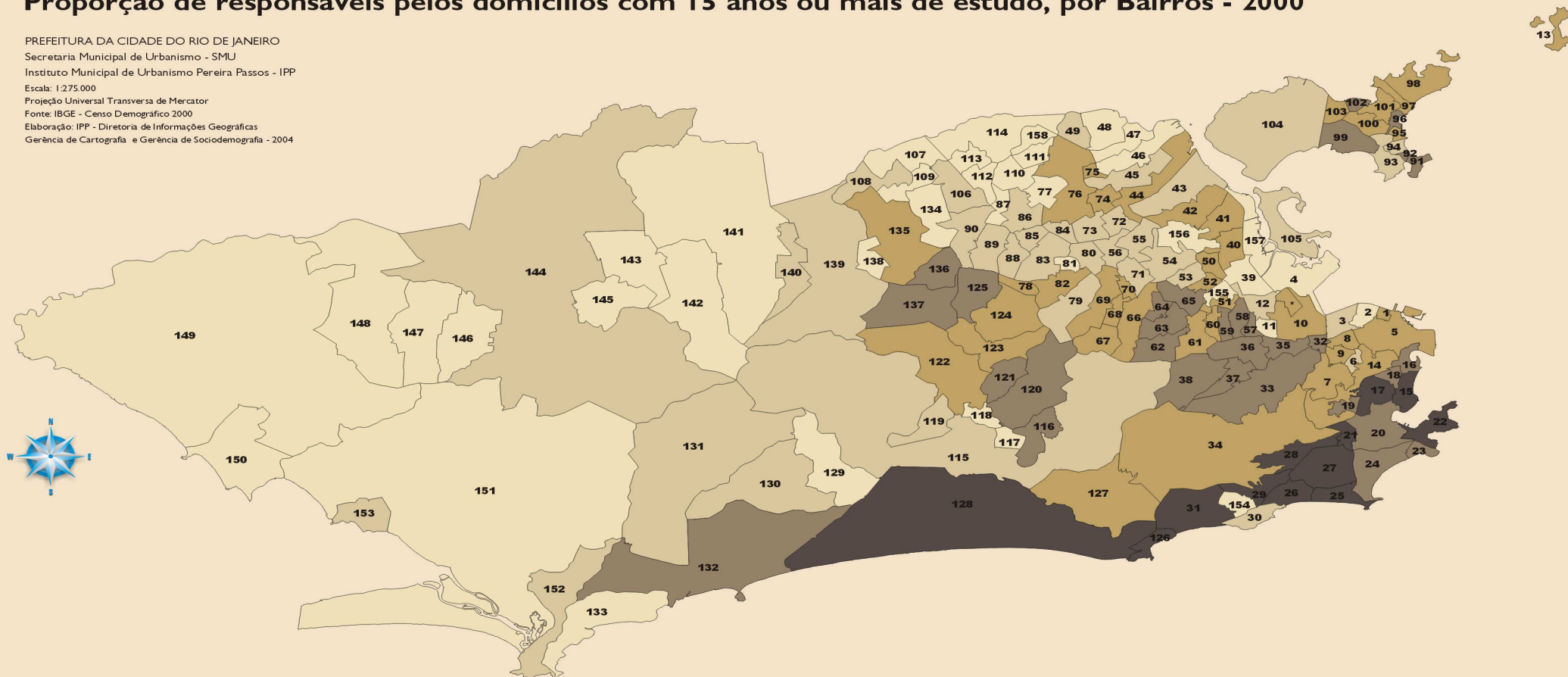
001 - Saúde	022 - Urca	043 - Penha	064 - Todos os Santos	085 - Turiaçu	106 - Guadalupe	127 - Itanhangá	148 - Paciência
002 - Gamboa	023 - Leme	044 - Penha Circular	065 - Cachambi	086 - Rocha Miranda	107 - Anchieta	128 - Barra da Tijuca	149 - Santa Cruz
003 - Santo Cristo	024 - Copacabana	045 - Brás de Pina	066 - Engenho de Dentro	087 - Honório Gurgel	108 - Parque Anchieta	129 - Camorim	150 - Sepetiba
004 - Caju	025 - Ipanema	046 - Brás de Pina	067 - Água Santa	088 - Oswaldo Cruz	109 - Ricardo de Albuquerque	130 - Vargem Pequena	151 - Guaratiba
005 - Centro	026 - Leblon	047 - Parada de Lucas	068 - Encantado	089 - Bento Ribeiro	110 - Coelho Neto	131 - Vargem Grande	152 - Barra de Guaratiba
006 - Catumbi	027 - Lagoa	048 - Vigário Geral	069 - Piedade	090 - Marechal Hermes	111 - Acari	132 - Recreio dos Bandeirantes	153 - Pedra de Guaratiba
007 - Rio Comprido	028 - Jardim Botânico	049 - Jardim América	070 - Abolição	091 - Ribeira	112 - Barros Filho	133 - Grumari	154 - Rocinha
008 - Cidade Nova	029 - Gávea	050 - Higienópolis	071 - Pilares	092 - Zumbi	113 - Costa Barros	134 - Deodoro	155 - Jacarezinho
009 - Estácio	030 - Vidigal	051 - Jacaré	072 - Vila Kosmos	093 - Cacuia	114 - Pavuna	135 - Vila Militar	156 - Complexo do Alemão
010 - São Cristóvão	031 - São Conrado	052 - Maria de Graça	073 - Vicente de Carvalho	094 - Pianguaçu	115 - Jacarepaguá	136 - Campo dos Afonsos	157 - Complexo da Maré
011 - Mangueira	032 - Praça da Bandeira	053 - Del Castilho	074 - Vila da Penha	095 - Praia da Bandeira	116 - Anil	137 - Jardim Sulacap	158 - Parque Cumbia
012 - Benfica	033 - Tijuca	054 - Inhaúma	075 - Vista Alegre	096 - Cocotá	117 - Gardânia Azul	138 - Magalhães Bastos	* - Vasco da Gama
013 - Paqueta	034 - Alto da Boa Vista	055 - Engenho da Rainha	076 - Irajá	097 - Bancários	118 - Cidade de Deus	139 - Realengo	
014 - Santa Teresa	035 - Maracanã	056 - Tomás Coelho	077 - Colégio	098 - Freguesia	119 - Curitica	140 - Padre Miguel	
015 - Flamengo	036 - Vila Isabel	057 - São Francisco Xavier	078 - Campinho	099 - Jardim Guanabara	120 - Freguesia	141 - Bangu	
016 - Glória	037 - Andaraí	058 - Rocha	079 - Quintino Bocaiuva	100 - Jardim Carioca	121 - Pechincha	142 - Senador Camará	
017 - Laranjeiras	038 - Grajaú	059 - Riachuelo	080 - Cavalcanti	101 - Tauá	122 - Taquara	143 - Santíssimo	
018 - Catete	039 - Manguinhos	060 - Sampaio	081 - Engenheiro Leal	102 - Moneró	123 - Tanque	144 - Campo Grande	
019 - Cosme Velho	040 - Bonsucesso	061 - Engenho Novo	082 - Cascadura	103 - Portuguesa	124 - Praça Seca	145 - Senador Vasconcelos	
020 - Botafogo	041 - Ramos	062 - Lins de Vasconcelos	083 - Madureira	104 - Galeão	125 - Vila Valqueire	146 - Inhoaíba	
021 - Humaitá	042 - Olaria	063 - Meier	084 - Vaz Lobo	105 - Cidade Universitária	126 - Joá	147 - Cosmos	

* - sem número



Proporção de responsáveis pelos domicílios com 15 anos ou mais de estudo, por Bairros - 2000

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP
Escala: 1:275.000
Projeção Universal Transversa de Mercator
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000
Elaboração: IPP - Diretoria de Informações Geográficas
Gerência de Cartografia e Gerência de Sociodemografia - 2004



001 - Saúde	022 - Urca	043 - Penha	064 - Todos os Santos	085 - Turiaçu	106 - Guadalupe	127 - Itanhangá	148 - Paciência
002 - Gamboa	023 - Leme	044 - Penha Circular	065 - Cachambi	086 - Rocha Miranda	107 - Anchieta	128 - Barra da Tijuca	149 - Santa Cruz
003 - Santo Cristo	024 - Copacabana	045 - Brás de Pina	066 - Engenho de Dentro	087 - Honório Gurgel	108 - Parque Anchieta	129 - Camorim	150 - Sepetiba
004 - Caju	025 - Ipanema	046 - Cordovil	067 - Água Santa	088 - Oswaldo Cruz	109 - Ricardo de Albuquerque	130 - Vargem Pequena	151 - Guaratiba
005 - Centro	026 - Leblon	047 - Parada de Lucas	068 - Encantado	089 - Bento Ribeiro	110 - Coelho Neto	131 - Vargem Grande	152 - Barra de Guaratiba
006 - Catumbi	027 - Lagoa	048 - Vigário Geral	069 - Piedade	090 - Marechal Hermes	111 - Acari	132 - Recreio dos Bandeirantes	153 - Pedra de Guaratiba
007 - Rio Comprido	028 - Jardim Botânico	049 - Jardim América	070 - Abolição	091 - Ribeira	112 - Barros Filho	133 - Grumari	154 - Rocinha
008 - Cidade Nova	029 - Gávea	050 - Higienópolis	071 - Pilares	092 - Zumbi	113 - Costa Barros	134 - Deodoro	155 - Jacarezinho
009 - Estácio	030 - Vidigal	051 - Jacaré	072 - Vila Kosmos	093 - Cacua	114 - Pavuna	135 - Vila Militar	156 - Complexo do Alemão
010 - São Cristóvão	031 - São Conrado	052 - Maria de Graça	073 - Vicente de Carvalho	094 - Pitangueiras	115 - Jaquepaguá	136 - Campo dos Afonsos	157 - Complexo da Maré
011 - Mangueira	032 - Praça da Bandeira	053 - Del Castilho	074 - Vila da Penha	095 - Praia da Bandeira	116 - Anil	137 - Jardim Sulacap	158 - Parque Colúmbia
012 - Benfica	033 - Tijuca	054 - Inhaúma	075 - Vista Alegre	096 - Cocotó	117 - Gardênia Azul	138 - Magalhães Bastos	* - Vasco da Gama
013 - Paqueta	034 - Alto da Boa Vista	055 - Engenho da Rainha	076 - Irajá	097 - Bancários	118 - Cidade de Deus	139 - Realengo	
014 - Santa Teresa	035 - Maracanã	056 - Tomás Coelho	077 - Colégio	098 - Freguesia	119 - Curicica	140 - Padre Miguel	
015 - Flamengo	036 - Vila Isabel	057 - São Francisco Xavier	078 - Campinho	099 - Jardim Guanabara	120 - Freguesia	141 - Bangu	
016 - Glória	037 - Andaraí	058 - Rocha	079 - Quintino Bocaiuva	100 - Jardim Carioca	121 - Pechincha	142 - Senador Camará	
017 - Laranjeiras	038 - Grajaú	059 - Riachuelo	080 - Cavalcanti	101 - Tauá	122 - Taquara	143 - Santíssimo	
018 - Catete	039 - Mangueiros	060 - Sampaio	081 - Engenheiro Leal	102 - Moneró	123 - Tanque	144 - Campo Grande	
019 - Cosme Velho	040 - Bonsucesso	061 - Engenho Novo	082 - Cascadura	103 - Portuguesa	124 - Praça Seca	145 - Senador Vasconcelos	
020 - Botafogo	041 - Ramos	062 - Lins de Vasconcelos	083 - Madureira	104 - Galeão	125 - Vila Valqueire	146 - Inhoaíba	
021 - Humaitá	042 - Olaria	063 - Méier	084 - Vaz Lobo	105 - Cidade Universitária	126 - Joá	147 - Cosmos	



* - sem número

Índice de Desenvolvimento Humano/ Geral, por Regiões Administrativas - 2000

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Urbanismo - SMU
Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos - IPP

Escala: 1:275.000

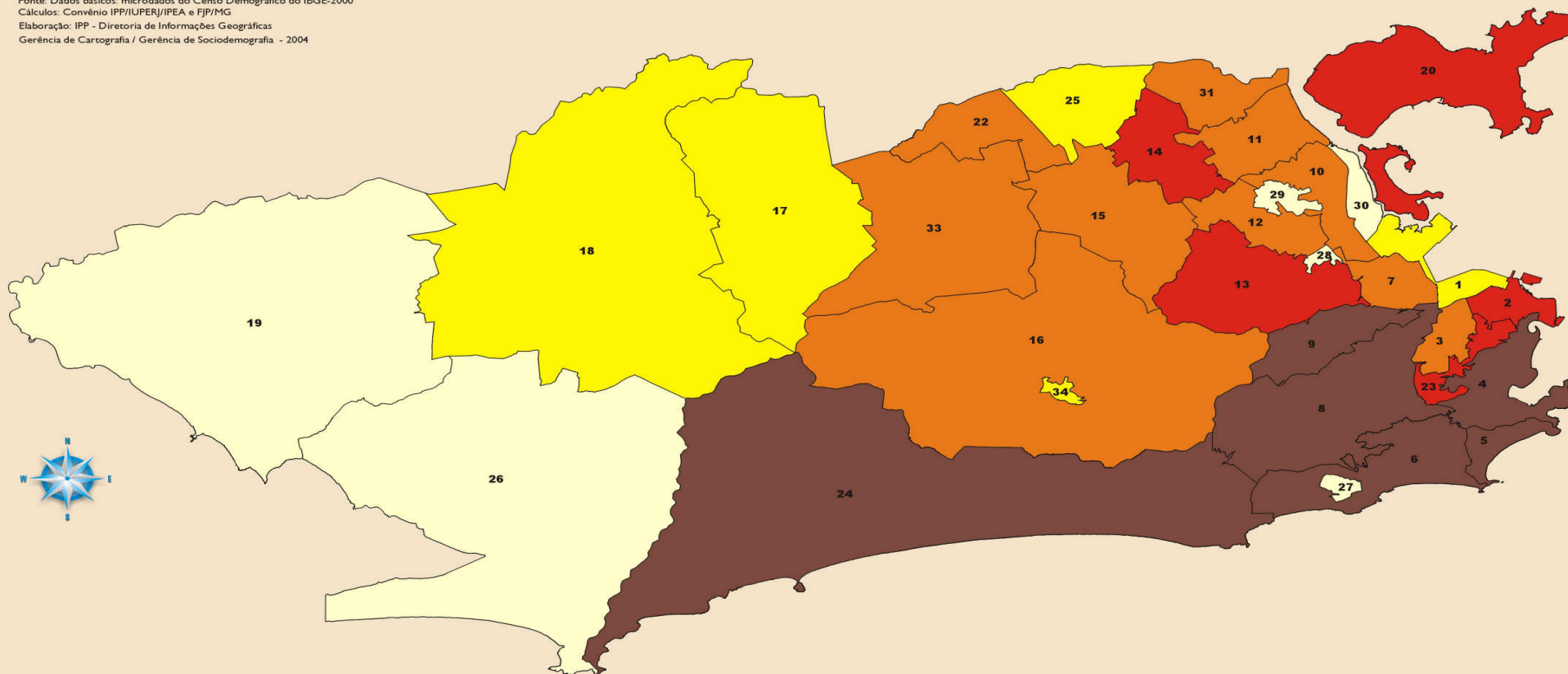
Projeção Universal Transversa de Mercator

Fonte: Dados básicos: microdados do Censo Demográfico do IBGE-2000

Cálculos: Convênio IPP/IUPERJ/IPEA e FJP/MG

Elaboração: IPP - Diretoria de Informações Geográficas

Gerência de Cartografia / Gerência de Sociodemografia - 2004



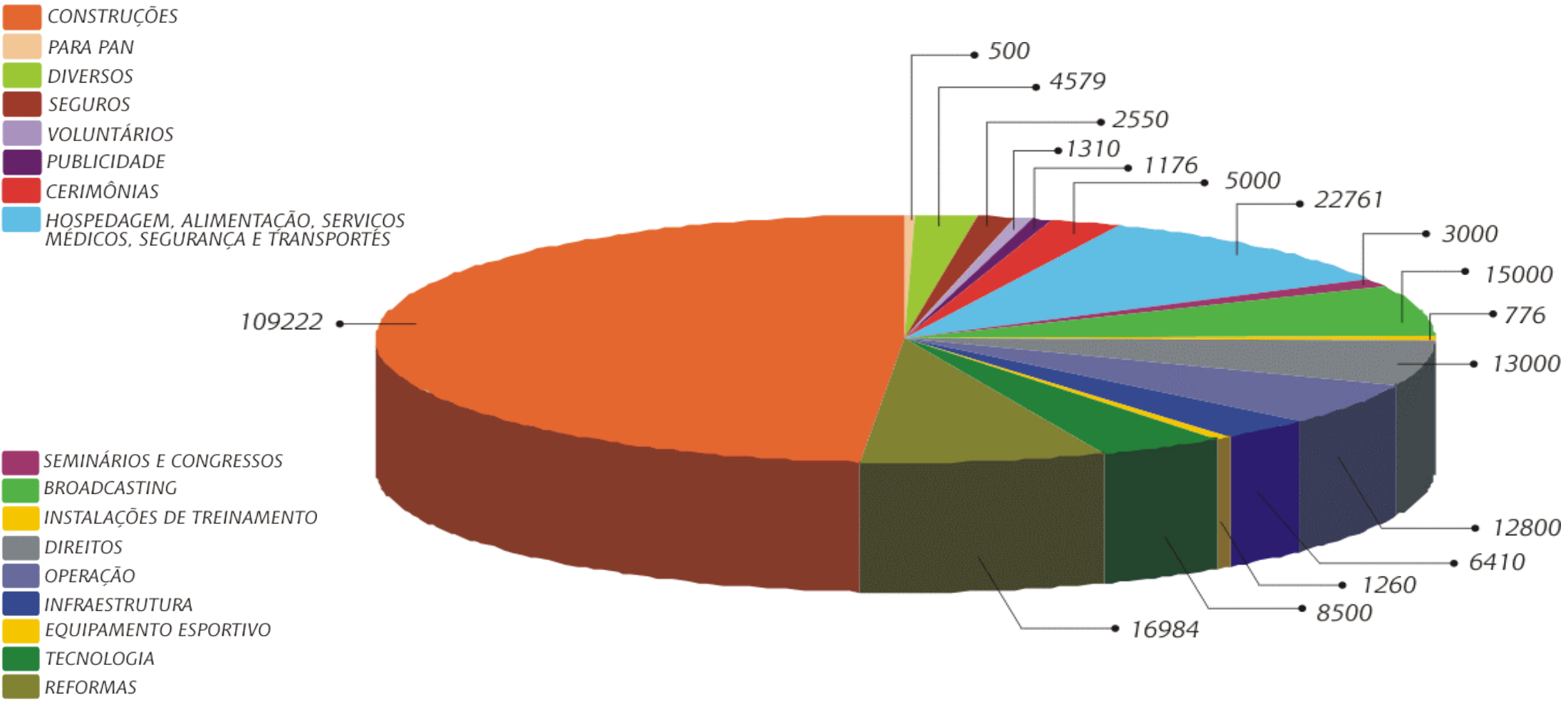
- | | | |
|-------------------------|------------------------------|--------------------------------|
| 1 . I - Portuária | 12 . XII - Inhaúma | 23 . XXIII - Santa Teresa |
| 2 . II - Centro | 13 . XIII - Méier | 24 . XXIV - Barra da Tijuca |
| 3 . III - Rio Comprido | 14 . XIV - Irajá | 25 . XXV - Pavuna |
| 4 . IV - Botafogo | 15 . XV - Madureira | 26 . XXVI - Guaratiba |
| 5 . V - Copacabana | 16 . XVI - Jacarepaguá | 27 . XXVII - Rocinha |
| 6 . VI - Lagoa | 17 . XVII - Bangu | 28 . XXVIII - Jacarezinho |
| 7 . VII - São Cristóvão | 18 . XVIII - Campo Grande | 29 . XXIX - Complexo do Alemão |
| 8 . VIII - Tijuca | 19 . XIX - Santa Cruz | 30 . XXX - Maré |
| 9 . IX - Vila Isabel | 20 . XX - Ilha do Governador | 31 . XXXI - Vigário Geral |
| 10 . X - Ramos | 21 . XXI - Paqueta | 33 . XXXIII - Realengo |
| 11 . XI - Penha | 22 . XXII - Anchieta | 34 . XXXIV - Cidade de Deus |

Fonte: Reunião do Secretário Municipal de Esporte e Lazer ao Vice-Prefeito da cidade do Rio de Janeiro contendo as atualizações sobre o Panamericano.



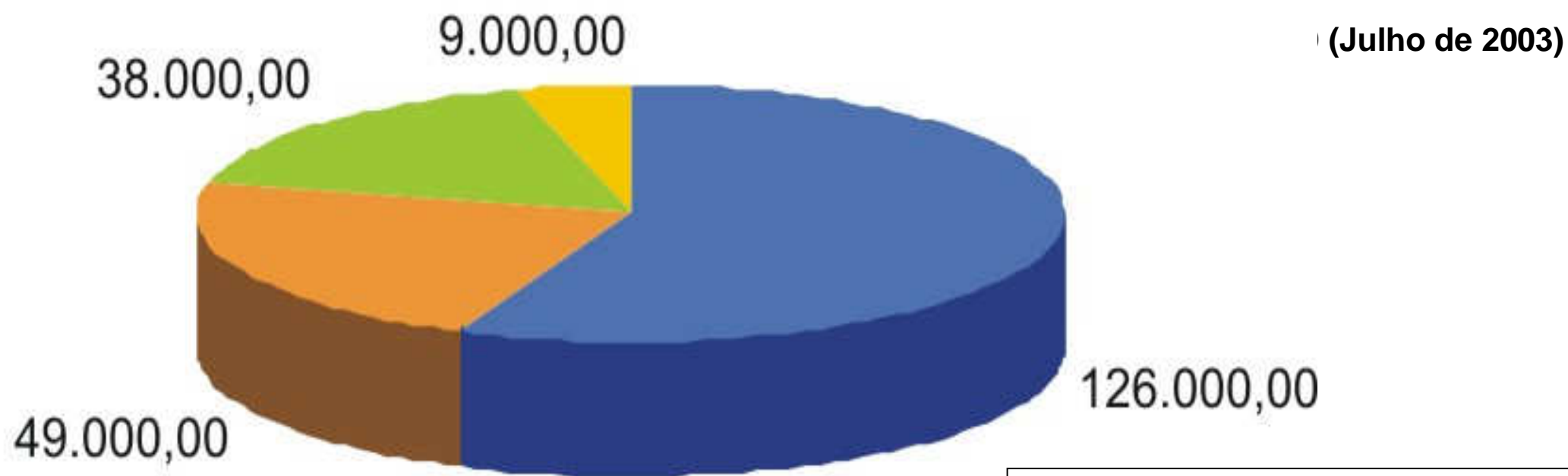
ORÇAMENTO (NATUREZA DE DESPESA)

US\$ 224,327,800.00 (Julho de 2003)



ORÇAMENTO POR ÁREA DE ATUAÇÃO

US\$ 224,327,800.00 (Julho de 2003)



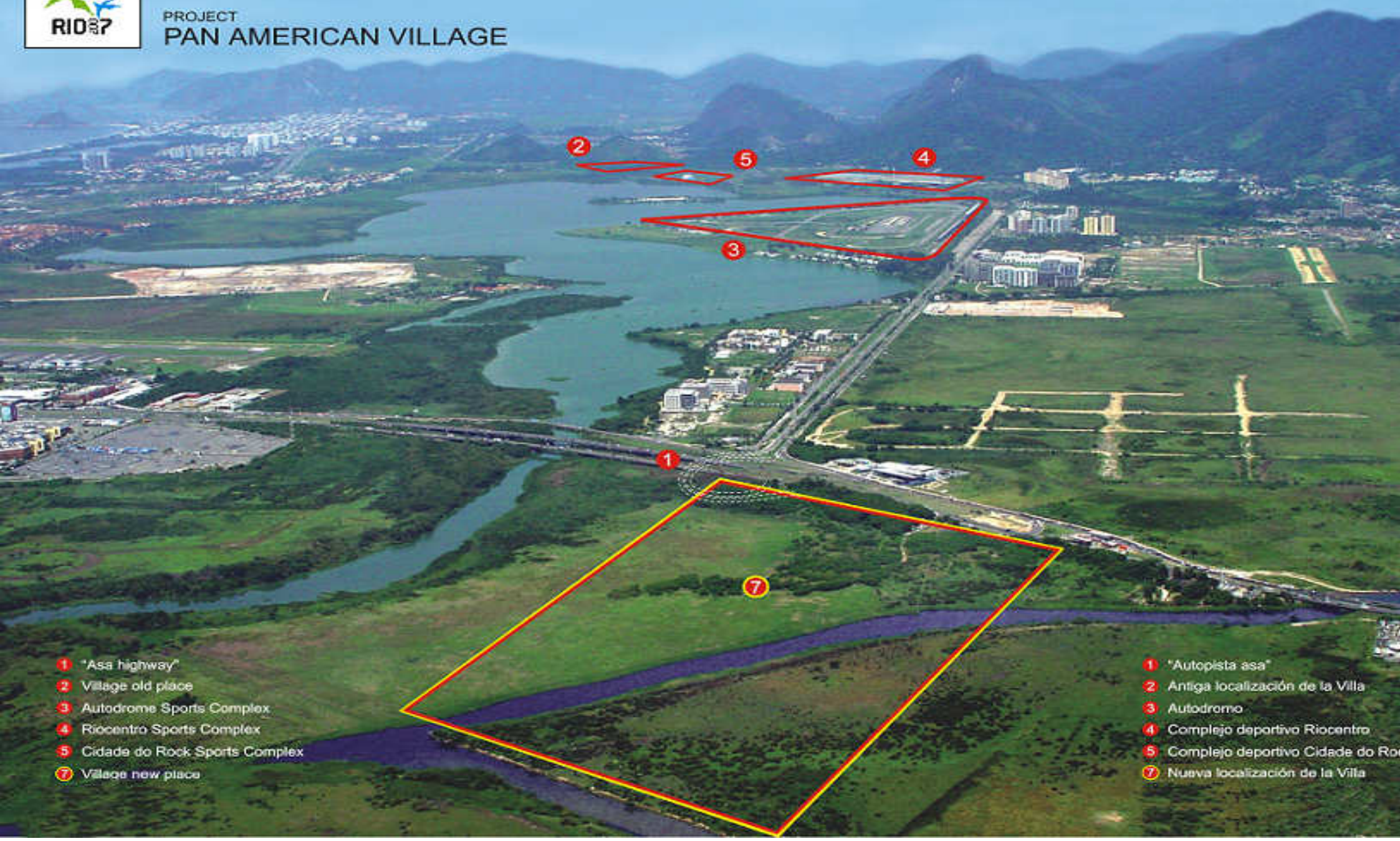
■ Município ■ Comitê Organizador ■ União ■ Estado

TRANSPORTES





ESTUDIO
VILLA PANAMERICANA
PROJECT
PAN AMERICAN VILLAGE



- 1 "Asa highway"
- 2 Village old place
- 3 Autodrome Sports Complex
- 4 Riocentro Sports Complex
- 5 Cidade do Rock Sports Complex
- 7 Village new place

- 1 "Autopista asa"
- 2 Antiga localização de la Villa
- 3 Autodromo
- 4 Complexo deportivo Riocentro
- 5 Complexo deportivo Cidade do Rock
- 7 Nueva localização de la Villa

ANEXO III

Definições dos tipos de turismo e de turistas segundo o Glossário do Turismo da EMBRATUR

TURISMO

Descrição: 1. É uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 1992). 2. Conjunto de relações e fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do lugar de domicílio, desde que tais deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa.

TURISMO

Descrição: É "... o movimento de pessoas, por tempo determinado, para destinações fora de seu local de residência, e as atividades realizadas durante o tempo de permanência nas localidades visitadas" (CONGRÉS DE L'AIEST, 31°. 1981).

Categoria: PLA - Planejamento e gestão do turismo

TURISMO "POPULAR" ou TURISMO "SOCIAL"

Descrição: Vários autores usam a expressão "turismo social" para denominar as características desse estrato da demanda, o que invariavelmente leva o leigo a confundi-lo com o turismo de massa, visto que este representa o maior segmento social no mercado de Turismo, o que em parte se justifica. A melhor denominação no caso seria "turismo socializado", por suas próprias características. Entende-se por turismo socializado aquele que é fomentado com o objetivo de facilitar o turismo interno das classes menos favorecidas economicamente. Esse estrato da demanda somente poderá ser viabilizado em grandes

proporções com a decisiva intervenção do Estado, sem objetivos de lucro e recuperação dos investimentos. Para a implantação de projetos de turismo socializado, serão necessários equipamentos e instalações especiais de baixo custo unitário, planejados em economia de escala com base na alta ocupação dos serviços durante o maior tempo possível; e programas de redução de tarifas de transporte, a serem subsidiados pelo Estado, para facilitar o deslocamento das áreas receptoras especialmente escolhidas para esse segmento social. Paralelamente à ação do Estado, os sindicatos de distintas categorias profissionais e associações de classe também poderiam planejar e desenvolver programas de turismo socializado, implantando em áreas pré-selecionadas equipamentos básicos como colônias de férias e centros de recreação e lazer. No turismo socializado, devemos considerar três segmentos sociais: os jovens, as pessoas idosas, os deficientes e inválidos, e os trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos em média. Esses segmentos utilizarão os equipamentos básicos referidos anteriormente, com algumas adaptações às suas peculiaridades. No Brasil, notam-se iniciativas isoladas de empresas e associações de classe, voltadas ao fenômeno do turismo socializado, ao passo que a vasta maioria preocupa-se tão somente em intensificar o desenvolvimento do turismo de massa ou comercial, eis que este garante retorno rápido dos investimentos do setor. Podemos afirmar a inexistência de uma política que vise especificamente atender às classes populares na prática do turismo. Por outro lado, é inegável a existência de uma demanda latente, mesmo reconhecendo as dificuldades para quantificar-se com exatidão as necessidades da população menos favorecida, em termos de férias e de lazer. Pode-se avaliar a escala da demanda partindo-se do pressuposto de que a demanda potencial cresce rapidamente sob o efeito de alguns fatores conhecidos como crescimento demográfico, aumento da taxa de urbanização, do tempo livre, do nível de informação cultural e alterações na estrutura da composição da pirâmide etária.

TURISMO CONVENCIONAL

Descrição: É a atividade turística cuja motivação não está associada a interesses específicos como cultura, religião, recurso natural, esporte ou outras atividades isoladas, podendo focar um ou mais desses atrativos, porém com o intuito maior de descanso, lazer, entretenimento e obtenção de conhecimentos genéricos sobre a localidade visitada (EMBRATUR, s.d.).

TURISMO CULTURAL

Descrição: 1. É aquele que se pratica para satisfazer o desejo de emoções artísticas e informação cultural, visando á visitação a monumentos históricos, obras de arte, relíquias, antiguidades, concertos, musicais, museus, pinacotecas (EMBRATUR, 1992). 2. São viagens com amplo interesse, tanto pela diversidade de modalidades artísticas como pelos níveis ou origens de expressão: popular, de massa, erudita, urbana, rural, nativa... O que parece caracterizar mais fortemente o segmento é a intenção de apreciar manifestações e obras de arte, seja pelo aspecto estético ou histórico (VAZ, 1999). 3. Turismo cultural pode ser definido como um fenômeno social, produto da experiência humana, cuja prática aproxima e fortalece as relações sociais e o processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, ou de culturas diferentes. 4. Para ANDRADE (1997:71), turismo cultural pode ser definido como aquele tipo de turismo que possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para satisfação de objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade do homem.

TURISMO DA "CLASSE MÉDIA", "GRANDE TURISMO" OU "TURISMO DE MASSA"

Descrição: Sob todos os aspectos é o mais importante devido á expressiva quantidade de turistas envolvida tanto nos fluxos internacionais como no interno, porquanto reúne os estratos que formam a classe média, incluindo-se aí os profissionais liberais, funcionários categorizados, empresariais e públicos, que desfrutam da relativa disponibilidade de meios econômicofinanceiros, contando com subvenções ou poupanças próprias. Este estrato de demanda por Turismo, é o agente de substituição dos núcleos tradicionais de elite e consequentemente o incentivador e propulsor da expansão da infra-estrutura de equipamentos e serviços turísticos nos núcleos receptores, gerando dessa forma um consumo de equipamentos e serviços em larga escala. Considerando ainda as variáveis da demanda por Turismo verificam-se, em geral, gastos moderados no custo-dia com consumo de serviços e equipamentos de primeira categoria, mas não de luxo, utilização de meios de transporte mais econômicos com serviços incluídos nos pacotes comercializados pelas agências de viagens, com percursos mais curtos e permanência menos prolongada nos núcleos receptores visitados, menor nível de gastos supérfluos restringindo-se aos que atendem ás necessidades básicas,

caráter estaciona) coincidindo com a época de férias, ocupação de hotéis de nível médio de três a duas estrelas, ampla utilização do sistema de crediário para o financiamento da viagem. 1Estas informações estão originalmente registradas em: BENI, Mário C. Análise Estrutural do Turismo. São Paulo, Editora do SENAC de São Paulo, 1998.

TURISMO DA TERCEIRA IDADE

Descrição: É aquele destinado á melhoria da qualidade de vida da terceira idade (pessoas maiores de 50 anos) e diminuir os efeitos de sazonalidade do turismo, desenvolvendo roteiros, programas e atrativos para a maior idade e apoiando a criação de clubes (EMBRATUR, s.d.).

TURISMO DE AVENTURA

Descrição: 1. É o turismo que pressupõe uma programação com atividades participativas, onde o turista passa a ser protagonista, exigindo instalações, equipamentos, serviços auxiliares e guias especializados. Caracteriza-se por viagens em que predominam a busca do desconhecido, as aventuras românticas, de caça e pesca, conquista de acidentes geomorfológicos e assemelhados (EMBRATUR, 1992). 2. É a atividade turística que pressupõe uma programação participativa, em que o turista passa a ser protagonista, envolvendo diferenciados níveis de risco e imprevistos. Caracteriza-se por viagens em que predominam a busca do desconhecido, o desafio físico, a conquista de acidentes geomorfológicos e esportes assemelhados (EMBRATUR, s.d.). 3. São caminhadas (trekking), canoagem, ciclismo e mergulho são algumas das modalidades que compõem o turismo de aventura, cujos pacotes geralmente levam á prática dessas atividades em destinações exóticas, como garimpar ouro na Sibéria, descer corredeiras na América do Norte, fazer caminhadas no Himalaia, roteiros ciclísticos na África e mergulhos no Oceano Pacífico, em áreas habitadas por tubarões (VAZ, 1999).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO DE CLASSE "ALTA", DE "ELITE" OU "ALTO TURISMO"

Descrição: É o que é feito pelas classes sociais economicamente privilegiadas, que vão responder diretamente pelo desenvolvimento da prática de Turismo, pelas seguintes razões: têm considerável estabilidade econômica, constituem uma elite privilegiada; provocam o fenômeno do mimetismo nas demais classes sociais; descobrem e desenvolvem novos pólos de atração turística, criando a necessária infra-estrutura básica, em pequena escala, de acesso, equipamentos e serviços turísticos, favorecendo o Turismo de massa pelo efeito de substituição dos núcleos receptores tradicionais de elite, quando se tornam saturados pelo processo de ocupação desordenada, especulações imobiliárias e consequentemente massificação da oferta e da demanda, aliada à perda do prestígio. Em face das principais variáveis da demanda por Turismo observa-se que há um maior dispêndio no custo-dia com consumo de serviços e equipamentos mais sofisticados, como a utilização de meios de transporte mais rápidos, de serviços exclusivos de agências de viagens, com percursos mais longos e permanência mais prolongada nos núcleos receptores visitados, ocupação de hotéis mais seletos de cinco e quatro estrelas, maior nível de gastos supérfluos, frequência maior de viagens com distribuição temporal bastante regular durante todos os meses do ano, indiferença pelo nível de preços das tarifas dos transportes e dos equipamentos e serviços no núcleo receptor. Em suma, a independência econômica permite a essa classe eleger livremente datas de saída, permanência e retorno em diferentes alternativas de viagem.

TURISMO DE CONGRESSO E EVENTOS PROMOCIONAIS

Descrição: É o conjunto de atividades exercidas pelas pessoas que viajam a fim de participar de congressos, convenções, assembléias, simpósio, seminários, reuniões, ciclos, sínodos, concílios e demais encontros que visam ao estudo de alternativas, de dimensionamentos ou de interesses de determinada categoria profissional, associação, clube, crença religiosa, corrente científica ou outra organização com objetivos dos campos científicos, técnicos, religiosos para o alcance de objetivos profissionais, culturais, técnico-operacional, de aperfeiçoamento setorial ou de atualização (EMBRATUR, s.d.).

TURISMO DE INCENTIVO

Descrição: 1. É aquele constituído por viagens-prêmio concedidas com o objetivo de incentivar o desempenho profissional e/ou recompensar o cumprimento de metas, como cotas

de venda para o pessoal de vendas, de compra para consumidores, melhoria de padrões qualitativos, etc. (EMBRATUR, s.d.). 2. São viagens para premiar ou reconhecer a excelência profissional com um diferencial de forte apelo cultural, emocional e psicológico, que proporcionam aos vencedores o lazer e o descanso merecidos em meio às atividades grupais prazerosas e altamente socializadoras (HOELLER, 1999). 3. São viagens para recompensar as pessoas com objetos que marcam uma façanha realizada. Baseia-se em viagens de reconhecimento e recompensa (VAZ, 1999).

TURISMO DE NEGÓCIOS

Descrição: 1. É o conjunto de atividades de viagem, de hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores da atividade comercial ou industrial ou para conhecer mercados, estabelecer contatos, firmar convênios, treinar novas tecnologias, vender ou comprar bens e serviços (ANDRADE, 1997). 2. É o segmento formado por executivos e empresários que viajam para reuniões privadas, com o objetivo de discutir bases de transações, estabelecer alianças e parcerias, realizar fusões de empresas, bem como para fechar negócios, adquirindo produtos, insumos e artigos (VAZ, 1999). 3. São viagens motivadas por interesses voltados a uma atividade lucrativa ou de desenvolvimento profissional. É a ação cujo propósito é a possibilidade de realização de contatos, negócios ou obtenção de conhecimentos a eles relacionados (LLEIDA, 1993).

TURISMO DE SAÚDE

Descrição: 1. É aquele praticado por pessoas que se deslocam em busca de climas ou estações de tratamento, onde possam recuperar a saúde (EMBRATUR, 1992). 2. É a atividade turística praticada por indivíduos ou grupos que se deslocam em busca de recursos naturais terapêuticos ou estações de tratamento, onde possam recuperar a saúde física e/ou mental. Também pode ser chamado de turismo de tratamento ou terapêutico (EMBRATUR, s.d.).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO ECOLÓGICO

Descrição: 1. É "... uma forma responsável de viajarem áreas naturais, conservando o meio ambiente e proporcionando o bem estar para os moradores das destinações" (LINDERBERG & HAWKINS, 1993). 2. Denominação dada ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno - neste sentido, pode ser também chamado de turismo da natureza, turismo verde. Incluem-se aqui também aquelas que buscam uma observação participante e interativa com o meio natural, na prática de longas caminhadas, escalada, desbravamento e abertura de trilhas, rafting, outros esportes radicais em que a natureza é apenas o pano de fundo para o desafio de superar limites físicos de tolerância como canyoning, off-road, rappel (neste sentido, pode também confundir-se, segundo alguns autores, com o chamado turismo de aventura e inserir-se no desportivo como nos jogos da Natureza). Somam-se a essas atividades o exercício eventual da caça e pesca, excursões programadas para pontos geográficos de interesse turístico: rios, ilhas, montanhas e chapadas, grutas e cavernas, minas e jazidas. Em todos esses casos, ainda que haja uma preocupação de educação e conscientização ambiental, a característica dominante é uma maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e limites à utilização do espaço visitado (BENI, 1999).

Categoria: PLA - Planejamento e gestão do turismo

TURISMO ECOLÓGICO ou ECOTURISMO

Descrição: 1. É o turismo desenvolvido em localidades com potencial ecológico, de forma conservacionista, procurando conciliar a exploração turística ao meio-ambiente, harmonizando as ações com a natureza bem como oferecendo ao turista um contato íntimo com os recursos naturais e culturais da região, contribuindo para a formação de uma consciência ecológica (EMBRATUR, 1992). 2. É a atividade turística praticada em áreas naturais conservadas, cujo interesse é o contato com os elementos da natureza e com a cultura local, em estado original, constituindo-se como principais atrativos a fauna, a flora, os recursos hídricos, os acidentes geomorfológicos e as belezas cênicas, bem como as características socioculturais das comunidades locais (EMBRATUR, s.d.).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO EMISSIVO

Descrição: É aquele gerado pela saída de pessoas residentes no país/região, as quais permanecem mais de 24 horas e menos de um ano no local de chegada, não recebendo remuneração no local visitado (EMBRATUR, 1992).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO EQÜESTRE / TROPEIRISMO

Descrição: É a viagem realizada com a utilização de transporte por cavalos, ou envolvendo passeios deste tipo (SÃO PAULO, s.d.).

Categoria: ECO - Ecoturismo

TURISMO ESOTÉRICO

Descrição: É um tipo de viagem com motivação mística, espiritual e/ou pretensamente sobrenatural (visitas a lugares míticos e/ou mitológicos, por exemplo).

Categoria: ECO - Ecoturismo

TURISMO ÉTNICO

Descrição: É a atividade turística destinada a favorecer a criação de correntes turísticas específicas para conhecer, conviver e integrar-se com as diferentes etnias formadoras da raça brasileira (EMBRATUR, s.d.).

TURISMO NAÚTICO

Descrição: É aquela atividade turística cuja motivação está associada ao litoral, rios, lagos, lagoas, voltadas assim, às atividades e esportes náuticos (EMBRATUR, s.d.).

TURISMO RECEPTIVO

Descrição: É aquele gerado por visitantes de outros países ou regiões emissoras, os quais permanecem mais de 24 horas e menos de um ano no local de chegada, não recebendo remuneração no país/região visitada (EMBRATUR, 1992).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO RELIGIOSO

Descrição: 1. É aquele motivado pela fé ou necessidade de cultura religiosa, seja através de visitação a igrejas e santuários, seja por peregrinação, romarias ou congressos eucarísticos (EMBRATUR, 1992). 2. É o conjunto de atividades com a utilização parcial ou total de equipamentos e a realização de visitas a lugares ou regiões que despertam sentimentos místicos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade nos fiéis de qualquer tipo ou em pessoas vinculadas a religião (ANDRADE, 1997). 3. São viagens em função da amplitude e alcance das crenças, doutrina, corporação e a ordem, ou seja: a) Crença Religiosa: enquadram-se nesta característica todas as pessoas que acreditam em concepções de vida espiritual, de forças sobrenaturais e da divindade como origem do Universo e de suas leis; b) Doutrina Religiosa: esta característica diz respeito às grandes correntes religiosas, às doutrinas de maior expressão no mundo, como o Budismo, Confucionismo, Cristianismo, Islamismo e outras; c) Corporação Religiosa: corresponde às organizações formalmente constituídas que remetem a uma grande religião, como, por exemplo, as Igrejas Católicas, romana e grega, as Igrejas Protestantes (Históricas como o Luteranismo e o Calvinismo, ou Pentecostais, em suas diversas ramificações, as diversas variantes do Espiritismo; d) Ordem Religiosa ou Seita: viagens de dirigentes e afiliados a ordem religiosa ou seita (VAZ, 1999).

TURISMO RURAL

Descrição: É a denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas - neste sentido, alguns autores valem-se do excesso da expressão turismo no meio rural para incluir também o agroturismo. Mas, o turismo rural tem características próprias bem definidas. Em termos de permanência e de utilização de equipamentos, tanto

pode apresentar instalações de hospedagem em casas de antigas colônias de trabalhadores e imigrantes dos distintos períodos agrários do Brasil, bem como com sedes de fazendas e casas de engenho dos ciclos do café e da cana de açúcar, que tipificam o patrimônio histórico-arquitetônico e étnico-cultural de muitos Estados brasileiros, quanto também em propriedades modernas, complexos turísticos e hotéis-fazenda, particularmente voltados aos turistas que buscam lazer e recreação em atividades agropastoris. As origens do turismo rural podem ser identificadas em duas vertentes: a primeira está nas experiências já consolidadas em vários países e, também no Brasil, consubstanciadas no desenvolvimento de uma oferta de serviços de lazer e hospedagem em propriedades rurais no campo em pequenas, médias e grandes propriedades. Quando o turismo passa a ser então, a principal atividade produtiva, explicita o próprio conceito de turismo rural. A segunda vertente reside nos casos de propriedades não produtivas que possuem amplas instalações receptivas, algumas de valor histórico-patrimonial e arquitetônico de época que, adaptadas, permitem absorver parte de uma demanda diferenciada. Ainda nesta vertente incluem-se os modernos hotéis-fazenda e acampamentos de férias para jovens e idosos, especialmente edificadas nas áreas rurais de destacado valor cênico-paisagístico. Observa-se também que o turismo rural vem sendo considerado como alternativa de substituição viável às áreas turísticas em processo de saturação, principalmente em países europeus de longa tradição receptiva (BENI, 1999).

TURISMO RURAL / AGROTURISMO

Descrição: 1. viagem que envolve vivência em propriedades rurais, usualmente com o acompanhamento da rotina de trabalho destas (SÃO PAULO, sal.). 2. E a atividade turística praticada no espaço rural, constituindo um subproduto das atividades produtivas originais representadas pela agricultura, criação de animais e outras formas de produção rural, agregando a essas recursos remuneratórios oriundos da atividade turística. As características da produção rural, a forma como se dá essa produção nos espaços natural e construído, o modo de vida dos trabalhadores rurais, a arquitetura típica, a culinária, o artesanato e demais manifestações culturais tradicionais formam o universo de atrativos almejados pelo turista (EMBRATUR, s.d.).

Categoria: ECO - Ecoturismo

TURISMO SOCIAL

Descrição: É aquele que se pratica e fomenta com o objetivo de facilitar o turismo interno das classes economicamente menos favorecidas, constituindo-se em traço de união entre os meios sociais de poucos recursos (EMBRATUR, 1992).

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISMO SURPRESA

Descrição: É uma viagem com destino ignorado - característica central deste segmento (VAZ, 1999).

TURISMO SUSTENTÁVEL

Descrição: É, preliminarmente, para garantir e assegurar os componentes dos diferenciais turísticos, o processo racional de exploração dos recursos ambientais naturais, histórico-culturais e temáticoartificiais. Nos primeiros, exige-se, no processo de ocupação espacial, a preservação máxima possível de suas características originais. Nos segundos, requer-se, após o tombamento, o restauro e a conservação de sua integridade patrimonial e cultural. Considerando sua reutilização e ressignificação, poderão sofrer alterações estruturais da adaptabilidade e funcionalidade, mantendo obrigatoriamente a arquitetura de época e os elementos culturais na parte construtiva externa. Nos terceiros, flexibiliza-se o tratamento dos temas e o aproveitamento do espaço com estrita observância da legislação ambiental. Os conceitos que temos pesquisado vêm compreendendo definições limitadas porque somente contemplam recursos ambientais e econômicos, deixando, na maioria das vezes, de analisar a origem e a transformação do valor turístico intrínseco e sua conversabilidade em renda por meio da produção, distribuição e do consumo. Também não levam em consideração a inserção da população residente no processo produtivo e, com isso, não atentam até para o sistema de gestão, infra-estrutura, equipamentos e serviços receptivos e a competitividade local, regional e internacional dos preços praticados na comercialização do produto turístico final. Conforme entendido por BENI (1999), o conceito de turismo sustentável deve ser ampliado, justificado e necessariamente, portanto, ser definido como um processo estratégico de desenvolvimento interativo e articulado, espacialmente delimitado e localizado.

TURISTA

Descrição: 1. Segundo Inskip (1988), visitante temporário que fica pelo menos 24 horas no local visitado e o propósito da sua visita pode ser classificado em: a) Lazer (ex.: recreação, feriado, saúde, religião ou esporte); b) Negócios; c) Família; d) Missão; e) Encontros. 2. E aquele que se desloca para fora de seu local de residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pernoite, por motivo outro que não o de fixar residência ou exercer atividade remunerada, realizando gastos de qualquer espécie com renda auferida fora do local visitado (EMBRATUR, 1992).

TURISTA INTERNACIONAL

Descrição: É a pessoa residente no país, independente de sua nacionalidade, que se translada a outros) países) por diferentes motivos que não sejam o de exercer atividade remunerada ou fixar residência e cuja visita seja por período inferior a um ano (EMBRATUR, 1992).

TURISTA NACIONAL

Descrição: É a pessoa residente no país, independente de sua nacionalidade, que se desloca a um lugar dentro do país, distante de sua residência permanente, por mais de 24 horas, realizando pelo menos um pernoite, e que não exerce, no lugar visitado, qualquer atividade remunerada (EMBRATUR, 1992)

Categoria: MUN - Orientação às prefeituras municipais - potencial turístico

TURISTA POTENCIAL

Descrição: É a projeção de tendência, do "perfil" e da origem dos futuros turistas, com base em levantamentos e análises realizadas a partir do conhecimento das características do turista real.

TURISTA REAL

Descrição: É o visitante que está na localidade receptora pela primeira vez ou como consequência de viagens anteriores.

ⁱ A Teoria do Medalhão é um conto de Machado de Assis no qual este relata o dialogo entre um pai e seu filho na noite do aniversário deste, a conversa é o relato de como o filho deve proceder para obter e manter o status quo do seu emprego como medalhão.

ⁱⁱ A herança da miséria é a manutenção desta condição pela falta de oportunidades sociais destas pessoas em sair dela e pelas pressões e esforços de outros em manter parte da população neste estado para dela fazer usufruto como mão de obra barata e desqualificada.

ⁱⁱⁱ Hinterlândia é um neologismo utilizado pelo tradutor para traduzir “hinterland”. Hinterland são as zonas próximas a grandes cidades e que geralmente possuem uma relação com esta. Como exemplo podemos considerar a Região Metropolitana como a hinterlândia da cidade do Rio de Janeiro.

^{iv} Slum. Região esqualida dentro de uma área urbana populosa habitada por pessoas ou povos muito pobres.

^v “Economia da balinha” é uma expressão usada para denotar um comércio pouco variado destinado a atender as necessidades imediatas dos moradores, que devido aos poucos recursos destes o comércio se destina a produtos baratos e pouco variados.

^{vi} Programas projetados para assistir indivíduos através de educação, melhoria da moradia e do sistema de saúde e outros programas de desenvolvimento do bem estar social e da qualidade de vida.

^{vii} Angústia metafísica própria dos romancistas franceses podendo ser considerada um dos males do século.

^{viii} Centro geográfico é o lugar mais equidistante de todas as partes de uma região. No caso do Rio de Janeiro a Baixada de Jacarepaguá é o centro geográfico da cidade.

^{ix} Vide notícias na página eletrônica oficial do evento (<http://www.cob.org.br/pan2007>) nos dias 25 de fevereiro (http://www.cob.org.br/pan2007/portugues/noticias_det.asp?id=986) e 25 de janeiro (http://www.cob.org.br/pan2007/portugues/noticias_det.asp?id=936) de 2005.